U.PORTO

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

Online Grooming: Fatores de Risco sob uma Perspetiva Desenvolvimental

Lara Carolina de Cavalcanti Mello e Reyes Nápoles

M

2025

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Criminologia sob orientação da Doutora Inês Sousa Guedes e da Doutora Margarida Santos.

O texto que aqui se publica comporta correções introduzidas posteriormente à realização das provas públicas.

RESUMO

A vitimação de crianças e adolescentes na Internet tem vindo a assumir um lugar central nas preocupações societais. Entre os diversos perigos, encontra-se o *grooming online*, um crime que consiste na manipulação de jovens para o estabelecimento de relações de confiança e exploração sexual. Este fenómeno acarreta diversas consequências no bem-estar psicológico dos jovens e tem vindo a ganhar importância nos debates políticos e científicos. Assim, as vítimas, que geralmente se encontram na adolescência – uma fase marcada pela plasticidade psicossocial – são particularmente vulneráveis.

Neste seguimento, o presente estudo, caracterizado pelo seu desenho quantitativo, correlacional e transversal, teve como principal objetivo a identificação dos principais fatores de risco associados à vitimação por *grooming online*, pretendendo adicionalmente analisar como estes se reconfiguram em diferentes fases da adolescência, numa amostra de 240 adolescentes entre os 12 e os 19 anos. A investigação centrou-se em variáveis de natureza individual (autoestima, impulsividade, emocionalidade negativa), relacional (supervisão parental e qualidade do relacionamento familiar), comportamental (envolvimento em comportamentos digitais de risco) e histórico de vitimação por *(cyber)bullying*, além das próprias características sociodemográficas.

Na amostra total, foram identificados 3 fatores de risco principais: os comportamentos de risco *online,* o género e a experiência de *(cyber)bullying.* Quando analisados por grupo etário, apesar dos mesmos fatores de risco serem preditivos nos adolescentes mais novos (n=96), apenas os comportamentos de risco mantêm o seu poder explicativo no grupo mais velho (n=144). Estes padrões são consistentes com os pressupostos da Vitimologia Desenvolvimental, que enfatiza a transformação progressiva dos fatores de vulnerabilidade ao longo da adolescência. Estes resultados são, posteriormente, discutidos à luz da literatura científica, e feitas recomendações para investigações futuras.

Palavras-Chave: *online grooming;* vitimação juvenil; fatores de risco; vitimologia desenvolvimental

ABSTRACT

The victimisation of children and adolescents on the Internet has become a central concern in society. Among the various dangers is online grooming, a crime that involves manipulating young people to establish relationships of trust and sexual exploitation. This phenomenon has various consequences for the psychological well-being of young people and has become increasingly important in political and scientific debates. Thus, victims, who are usually adolescents – a phase marked by psychosocial plasticity – are particularly vulnerable.

In this context, the main objective of this quantitative, correlational and cross-sectional study was to identify the main risk factors associated with victimisation by online grooming, with the additional aim of analysing how these factors are reconfigured at different stages of adolescence, in a sample of 240 adolescents aged between 12 and 19 years. The research focused on variables of an individual nature (self-esteem, impulsivity, negative emotionality), relational (parental supervision and quality of family relationships), behavioural (involvement in risky digital behaviours) and history of victimisation by (cyber)bullying, in addition to sociodemographic characteristics.

In the total sample, three main risk factors were identified: online risk behaviours, gender, and experience of (cyber)bullying. When analysed by age group, although the same risk factors were predictive in younger adolescents (n=96), only risk behaviours retained their explanatory power in the older group (n=144). These patterns are consistent with the assumptions of Developmental Victimology, which emphasises the progressive transformation of vulnerability factors throughout adolescence. These results are then discussed in light of the scientific literature, and recommendations are made for future research.

Keywords: online grooming; juvenile victimisation; risk factors; developmental victimology

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Inês Sousa Guedes e à Professora Doutora Margarida Santos pela orientação ao longo deste percurso. Desde os primeiros anos da Licenciatura até à presente dissertação, foram uma presença constante, com ânimo e encorajamento. Trabalhar convosco foi uma honra e um privilégio. Obrigada por serem vozes norteadoras.

Agradeço ainda às escolas, diretores, professores, encarregados de educação e alunos que participaram neste estudo, pela forma generosa, empenhada e acolhedora com que tornaram este projeto possível e com que fizeram dele, seu também.

À minha mãe, e pessoa mais importante do mundo para mim: obrigada por seres a âncora mais forte nas tempestades mais intensas, por me amparares nas quedas invisíveis e me aconchegares nos silêncios gritantes. Por seres o abraço que devolve o fôlego, mesmo quando o mundo apertava o peito. És colo que renova, luz que não se extingue, e raiz que me prende à terra quando tudo parece desabar. Esta jornada só foi possível, porque levei comigo a tua força e o teu amor infindáveis. Esta conquista é nossa.

Ao João, obrigada por teres sido pensamento claro quando o nevoeiro tomava conta de mim, e abrigo calmo quando o cansaço reinava no peito. Pela forma como ouves, com o coração inteiro, e por me ajudares a ordenar o que às vezes parecia "inordenável". Obrigada por me teres oferecido sempre a tua lucidez, o teu silêncio cúmplice, e uma presença que nunca fraquejou. Nos teus gestos encontrei refúgio, nas tuas palavras, chão, e no teu amor, a força tranquila que me amparou sempre. Foste farol e cais, e há fragmentos de ti em tudo o que aqui construí.

À minha Kathy, companheira fiel, a quem eu devo um carinho silencioso.

À Sandra, pela presença e pelo entusiasmo que impulsiona. Obrigada por estar sempre por perto, com palavras que levantam e sorrisos que acalmam. Ao Miguel e à Catarina, pela companhia e boa disposição, que ajudaram a tornar este percurso mais leve.

A todos os que cruzaram este percurso e deixaram algo de si: obrigada por estarem no coração desta caminhada.

"Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a tornou tão importante."

Antoine de Saint-Exupéry, O Principezinho

ÍNDICE GERAL

RESUMO ..... **i**
ABSTRACT ..... **ii**
AGRADECIMENTOS ..... **iii**
INTRODUÇÃO ..... **viii**
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO **1**
1. Internet: Padrões de utilização e riscos digitais 1
2. *Grooming online* 4
3. *Grooming online* numa perspetiva desenvolvimental 13
3.1. Fatores de risco e vulnerabilidade ao longo da adolescência 14
3.1.1. Fatores de risco individuais 14
3.1.2. Fatores contextuais e ambientais 17
3.2 Variabilidade nas fases da adolescência 18
3.3. Criminologia e Vitimologia Desenvolvimentais: Perspetivas para o *grooming online* 21
3.3.1 A Criminologia do Curso de Vida e a Vitimologia Desenvolvimental 21
3.3.2. Trajetórias de vitimação e o papel do c*ontinuum* de dependência 23
3.3.3. *Grooming online* numa perspetiva desenvolvimental 25
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO **26**
1. Objetivos e hipóteses 26
2. Metodologia 27
2.1. Desenho de investigação 27
2.2. Seleção e constituição da amostra 27
2.3. Instrumento e operacionalização das variáveis 29
2.3. Procedimentos 34
2.4. Recolha de dados 35
3. Questões éticas 35
4. Processos analíticos 37
CAPÍTULO III – RESULTADOS DO ESTUDO EMPÍRICO **39**
1.Caracterização da amostra global e grupos de vitimação 39
1.1.Caraterização sociodemográfica 40
1.2.Análise das variáveis independentes 42
1.2.1.Caraterísticas de utilização da Internet 42
1.2.2.Atividades e comportamentos online 42
1.2.3.Relacionamento familiar e supervisão parental 43

1.2.4.Impulsividade, emocionalidade negativa e autoestima 43
1.2.5.Experiências de (cyber)bullying 44
2.Comparação de grupos desenvolvimentais 45
2.1.Caracterização sociodemográfica dos grupos 45
2.2.Análise das variáveis independentes 47
2.2.1.Caraterísticas de utilização da Internet 47
2.2.2.Atividades e comportamentos online 48
2.2.3.Relacionamento familiar e supervisão parental 48
2.2.4.Impulsividade, emocionalidade negativa e autoestima 48
2.2.5.(Cyber)bullying 48
2.3. Prevalência de *grooming online*, solicitação de cariz sexual e interações sexuais com adultos 49
3.Regressão logística – fatores de risco para vitimação 50
4.Regressão logística – fatores de risco por grupo etário 51
5.Modelo de mediação – Impulsividade, comportamentos de risco e vitimação 54
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO 55
1.Perfil Comparativo de Vítimas e Não Vítimas–Fatores de Risco para a Vitimação 55
2.Fatores de Risco sob uma perspetiva desenvolvimental 60
3.Implicações Teóricas 65
4.Implicações Práticas 66
5.Limitações e implicações para futuras investigações 67
6.Considerações finais 68
BIBLIOGRAFIA 69
ANEXOS 69
Anexo I – Fatores de Risco para a Vitimação por *Online Grooming* 85
Anexo II – Análise de Escalas Existentes 86
Anexo III – Exemplar de Pedido de Autorização para Utilização de Escalas 93
Anexo IV – Pedido de Autorização para Tradução de Escala 94
Anexo V – Exemplar do Pedido de Colaboração Enviado às Escolas 95
Anexo VI – Nota Metodológica 96
Anexo VII – Consentimento Informado 99
Anexo VIII – Regressões Logísticas Binárias por Domínio Temático: Fatores Associados à Vitimação por *Online* Grooming nos Grupos 1 (12–15 anos) e 2 (16–19 anos) 100

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Caraterização Sociodemográfica da Amostra Global e dos Grupos de Vitimação 41
Tabela 2 – Tempo Médio *Online* e Frequência de Utilização de Dispositivos..... 42
Tabela 3 – *Scores* relativos às Atividades *Online*, Competências Digitais, Comportamentos de Risco, Supervisão Parental e Emocionalidade Negativa na Amostra Global e Grupos de Vitimação..... 44
Tabela 4 – Prevalência de Vitimação por *(cyber)bullying* na Amostra Global e nos Grupos de Vitimação 44
Tabela 5 – Prevalência de *Grooming online*, Solicitação de Cariz Sexual & Interações com Adultos na Amostra Global..... 45
Tabela 6 – Caracterização sociodemográfica por grupo etário..... 46
Tabela 7 – Tempo Médio *Online* e Frequência de Utilização de Dispositivos nos Grupos Desenvolvimentais 47
Tabela 8 – *Scores* relativos às Atividades *Online*, Competências Digitais, Comportamentos de Risco, Supervisão Parental, Emocionalidade Negativa e Prevalência de Vitimação por *(cyber)bullying* nos Grupos Desenvolvimentais 49
Tabela 9 – Prevalência *Grooming online*, Solicitação de Cariz Sexual & Interações com Adultos nos Grupos Desenvolvimentais 49
Tabela 10 – Regressão Logística (Fatores de Risco para a Vitimação)..... 51
Tabela 11 – Regressão Logística (Fatores de Risco para a Vitimação para o Grupo 1) 52
Tabela 12 – Regressão Logística (Fatores de Risco para a Vitimação para o Grupo 2). 53
Tabela 13 – Efeito de Mediação (Impulsividade → Risco → Vitimação) 54
Tabela 14 - Fatores de risco identificados 85
Tabela 15 - Escalas consideradas para avaliação das variáveis em estudo 86
Tabela 16 - Regressões Logísticas Binárias por Domínio Temático: Fatores Associados à Vitimação por *Online Grooming* nos Grupos 1 (12–15 anos) e 2 (16–19 anos)..... 100

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema do Efeito de Mediação (Impulsividade, Comportamentos de Risco e Vitimação 55
Figura 2 - Exemplar de Pedido de Autorização para Utilização de Escalas 93
Figura 3 - Pedido de Autorização para Tradução de Escala 94
Figura 4 - Exemplar do Pedido de Colaboração Enviado às Escolas 95
Figura 5 - Consentimento Informado 99

ABREVIATURAS

EATQ-R – *Early Adolescent Temperament Questionnaire – Revised*

ICAD – Instituto para os Comportamentos Aditivos e nas Dependências

INE – Instituto Nacional de Estatística

IS – Interação sexual

LCC – *Life-Course Criminology*

RSES – *Rosenberg Self-Esteem Scale*

SCS – Solicitação de cariz sexual

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e a crescente integração da Internet na vida quotidiana dos indivíduos têm alterado as dinâmicas sociais, especialmente entre os jovens, que utilizam o ciberespaço para funções variadas, entre as quais entretenimento e autoexpressão. Embora seja uma ferramenta que proporciona inúmeros benefícios, a Internet também expõe os jovens a ameaças graves, entre as quais se destacam formas de violência, que segundo Patton et al. (2014), não só replicam dinâmicas de agressão interpessoal e autodirigida já existentes, como as potencializam. Esta exponencial preocupação reflete-se também em medidas políticas. Países, como a França[1], Suécia, Austrália[2], China, Noruega, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal[3] discutem a imposição de restrições à utilização das redes sociais por menores, incluindo o aumento da idade mínima e a exigência de identificação.

Entre os riscos mais graves do ambiente *online* surge o *grooming*, um processo no qual adultos manipulam e aliciam (*groom*) menores de idade para a sua futura exploração sexual, beneficiando das vantagens proporcionadas pela Internet, como o anonimato (De Santisteban et al., 2018). Este fenómeno representa um tipo grave e complexo de cibercrime, árduo de detetar e, consequentemente, de combater (Craven et al., 2006). Portugal não é uma exceção à presença deste fenómeno: um estudo exploratório conduzido em 2016 revelou que, numa amostra de 151 participantes, 20.5% revelou uma experiência de vitimação (Casa Branca et al., 2016).

A suscetibilidade dos adolescentes a este tipo de exploração é influenciada por uma variedade de fatores de risco para o envolvimento com agressores, entre os quais o género, a baixa autoestima, os problemas familiares e o uso excessivo de dispositivos conectados à Internet (Greene-Colozzi et al., 2020; Pasca et al., 2022; Whittle et al., 2014). Além disso, a imaturidade emocional e cognitiva que caracterizam a adolescência torna esta fase particularmente vulnerável a determinados tipos de manipulação, dado que os ofensores abusam frequentemente da necessidade de aceitabilidade social e das exigências emocionais características desta fase (Turanovic, 2023; Finkelhor, 1995).

Neste seguimento e dadas as complexidades e os perigos do *grooming online*, é

[1]https://pt.euronews.com/my-europe/2025/06/11/macron-diz-que-franca-vai-proibir-o-acesso-dos-menores-de-15-anos-as-redes-sociais-se-a-ue
[2]https://pplware.sapo.pt/redes_sociais/depois-da-australia-suecia-planeia-proibir-o-acesso-dos-adolescentes-as-redes-sociais/
[3]https://sicnoticias.pt/mundo/2024-11-28-que-medidas-estao-os-paises-a-tomar-para-regular-o-acesso-das-criancas-as-redes-sociais-e-smartphones--20d17f0c

fundamental examinar os fatores de risco que vulnerabilizam os adolescentes, mas apesar do crescente corpo de investigação sobre a vitimação juvenil no contexto digital, permanece uma lacuna no estudo dos fatores de risco à luz das diferentes fases do desenvolvimento adolescente. Muitos estudos (eg., Donmez & Soylu, 2020; Greene-Colozzi et al., 2020; Machimbarrena et al., 2018; Berliner & Conte, 1990) abordam os adolescentes como um grupo homogéneo, desconsiderando as diferenças psicossociais, cognitivas e relacionais que distinguem jovens de diferentes faixas etárias. Esta ausência de uma visão desenvolvimental limita a compreensão das vulnerabilidades específicas associadas a cada etapa da adolescência, dificultando a construção de estratégias de prevenção mais eficazes. Assim, o objetivo principal deste estudo é preencher esta lacuna, sendo a sua relevância dupla: teórica, ao contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre os fatores de risco do *grooming online* numa perspetiva desenvolvimental; e prática, ao fornecer pistas para intervenções ajustadas às necessidades de diferentes grupos etários.

O presente documento organiza-se em quatro capítulos principais, sendo o primeiro capítulo dedicado ao enquadramento teórico do fenómeno em análise, delimitando o conceito de *grooming online* e as suas implicações no contexto digital, passando depois à identificação dos principais fatores de risco associados à vitimação. Integra ainda uma análise desenvolvimental da adolescência, considerando as especificidades que tornam esta fase particularmente vulnerável à vitimação, bem como uma reflexão sobre os contributos da Vitimologia e da Criminologia Desenvolvimentais para a compreensão das trajetórias de risco. Por sua vez, o segundo capítulo apresenta a fundamentação metodológica do estudo. Inicia-se com a exposição dos objetivos de investigação e das hipóteses formuladas, seguindo-se a descrição dos instrumentos de recolha de dados e a exposição dos procedimentos de amostragem e analíticos, bem como as salvaguardas éticas. O terceiro capítulo apresenta os resultados empíricos obtidos. A análise organiza-se em função dos objetivos delineados e contempla a caracterização da amostra, bem como a apresentação dos resultados das análises bivariadas e multivariadas, com especial atenção à identificação dos preditores significativos da vitimação geral e diferenciada por grupos etários. Por fim, o quarto e último capítulo é dedicado à discussão dos resultados, à luz do enquadramento teórico e empírico previamente delineado, encerrando com a apresentação das principais limitações do estudo e sugestões para investigação futura.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Internet: Padrões de utilização e riscos digitais

Em Portugal, verifica-se uma ampliação do acesso à Internet entre os lares com crianças (Amaral et al., 2017) e um início de uso cada vez mais precoce por parte dos jovens (Carapinha et al., 2022; Dashlane, 2020), que se estende e se intensifica durante a adolescência (Ponte & Batista, 2019). Esta faixa etária destaca-se como a que mais utiliza as tecnologias digitais (Delicado et al., 2011), enfrentando riscos adicionais, como o uso excessivo da Internet, desentendimentos familiares, desconforto emocional, exposição a conteúdos sexuais ou violentos e experiências de *(cyber)bullying* (Azevedo et al., 2022; Kim & Haridakis, 2009; Ponte & Batista, 2019; Willoughby, 2019)

De acordo com um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), denominado "*Inquérito à utilização de tecnologias de informação e da comunicação pelas famílias*" em 2016, verificou-se que 74% dos agregados familiares têm ligação à Internet, e que as famílias com crianças (96%) são as que apresentam os valores mais elevados de acesso à Internet (Amaral et al., 2017). Adicionalmente, segundo um estudo realizado pela empresa de cibersegurança *Dashlane*, cerca de 53.6% das crianças entre os 5 e os 6 anos têm acesso a dispositivos com Internet, e 100% dos jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos têm acesso a, pelo menos, um dispositivo com acesso à Internet (Dashlane, 2020[4]). Ainda, um estudo do Observatório da Comunicação, realizado em 2015, mostra também que a faixa etária compreendida entre os 15 e os 25 anos pode ser caracterizada como sendo dependente da utilização do telemóvel e da Internet (Amaral et al., 2017). Assim, os adolescentes pertencem também ao grupo geracional que mais se apropria e utiliza as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) (Delicado et al., 2011). No ano de 2010, Portugal liderava entre os membros da UE no acesso de menores de idade à Internet (Ponte & Batista, 2019).

Adicionalmente, é importante destacar que o uso da Internet varia consideravelmente ao longo das diferentes etapas da infância e da adolescência. No grupo etário entre os 5 e os 8 anos, verifica-se uma intensificação do uso ativo da Internet, motivado sobretudo pelo interesse em jogos educativos e atividades que promovem a competição (Priewasser et al., 2013; Valcke et al., 2011). Durante o início da adolescência, por volta dos 11 anos, ocorre uma transição para atividades relacionadas com as redes sociais e o

[4] https://www.forbespt.com/536-das-criancas-tem-dispositivo-com-acesso-a-Internet-em-portugal/

entretenimento, acompanhada de diferenças de género: enquanto as raparigas tendem a priorizar as interações em redes sociais, os rapazes demonstram maior interesse por jogos *online* e outras formas de lazer (Leonhardt & Overa, 2021). No entanto, estas diferenças começam a esbater-se progressivamente com o avançar da idade (Brandtzæg et al., 2011).

Ainda, de acordo com o estudo EU Kids *Online* desenvolvido em Portugal, os jovens começam a utilizar a Internet, em média, aos 10 anos de idade. Este fenómeno reflete a crescente centralidade da tecnologia na vida das crianças e adolescentes. Contudo, o uso intensivo da tecnologia aumenta a sua exposição a riscos *online*, levantando preocupações quanto às consequências educativas, familiares e sociais associadas (Martínez De Morentin et al., 2014; Livingstone et al., 2011).

Além disso, durante a adolescência, a necessidade de conexão social torna-se um elemento central no comportamento dos jovens. A Internet, nesse sentido, é amplamente utilizada para reforçar laços de amizade e promover a integração em contextos sociais (Gonçalves & Nuernberg, 2012). Contudo, embora a Internet ofereça oportunidades para expandir conexões, o uso inadequado pode gerar isolamento social, dificuldades emocionais e impactos negativos na qualidade das relações interpessoais a longo prazo (Kim & Haridakis, 2009). Este fenómeno reflete a complexidade das dinâmicas digitais na vida dos adolescentes, evidenciando a importância de abordagens educativas para fomentar um uso responsável.

O relatório "Comportamentos Aditivos aos 18 anos: Utilização da Internet", concebido pelo Instituto para os Comportamentos Aditivos e nas Dependências (ICAD) (Carapinha et al., 2022), apresenta dados adicionais que reforçam esta preocupação. De acordo com o estudo, 61% dos jovens relataram utilizá-la por quatro ou mais horas diárias. Relativamente às redes sociais, 27% dos jovens fazem um uso intensivo destas plataformas, definido como 6 ou mais horas. Este comportamento é mais comum entre o género feminino, que utiliza as redes sociais por períodos superiores ao masculino. Além disso, 31% dos jovens reportaram problemas associados ao uso da Internet, com destaque para o mal-estar emocional (18%), dificuldades escolares ou laborais (17%) e conflitos familiares (10%). Estes dados indicam que o uso excessivo da Internet pode estar associado a desafios emocionais e comportamentais consideráveis.

Outro aspeto relevante é a exposição a riscos *online*: cerca de 24% das crianças entre os 9 e os 10 anos reportam ter sido vítimas de (c*yber)bullying*, e 26 % já receberam mensagens de teor sexual (Ponte & Batista, 2019). Em Portugal, 27% dos adolescentes afirmaram ter acedido a conteúdos de cariz sexual, com maior prevalência entre jovens

de 15 a 16 anos e oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis (Azevedo et al., 2022). Estes dados sublinham a necessidade de uma educação digital que prepare os jovens para enfrentar riscos e desafios associados ao ambiente *online*.

Adicionalmente, estudos apontam para uma tendência decrescente na exposição não solicitada a conteúdos sexuais por parte dos adolescentes (Madigan et al., 2018). De acordo com a autora, esta redução poderá estar associada a uma maior sensibilização e literacia digital, tanto entre os jovens, como entre os seus cuidadores.

Assim, a Internet desempenha um papel que vai além do entretenimento na vida dos adolescentes. Para muitos jovens, os contactos *online* tornam-se uma alternativa preferida às interações presenciais, influenciados por recursos como "gostos", "seguidores" e "partilhas", que têm um impacto direto na autoimagem e confiança dos adolescentes, promovendo uma valorização externa frequentemente associada à necessidade de aprovação social (Guan & Subrahmanyam, 2009; Moreno et al., 2016).

Adicionalmente, as características associadas ao uso da Internet incluem a impulsividade e a evasão (Kim & Haridakis, 2009). De facto, jovens que recorrem à Internet de forma inadequada tendem a apresentar comportamentos impulsivos, frequentemente motivados pela procura de gratificação imediata e pela evasão de emoções negativas, proporcionada por notificações ou *feedback* instantâneo nas redes sociais. Simultaneamente, o uso da Internet como estratégia para escapar de problemas ou emoções desagradáveis é comum, dado que muitos jovens recorrerem ao ambiente digital para lidar com ansiedade ou depressão (Kim et al., 2016; Pluhar et al., 2019).

Neste contexto, os riscos digitais tornam-se uma preocupação central. Entre os principais perigos destacam-se os associados ao uso intensivo das redes sociais, nomeadamente plataformas como Instagram, TikTok e YouTube (Hong, 2024). A elevada exposição a estas plataformas aumenta a vulnerabilidade de crianças e adolescentes ao desenvolvimento de, entre outros, depressão, ansiedade, distúrbios do sono e adição. Este grupo etário também apresenta uma maior probabilidade de ser exposto a conteúdos inapropriados, como material de cariz sexual ou violento (Bozzola et al., 2022; Livingstone et al., 2014; Willoughby, 2019). Outro risco significativo diz respeito ao *cyberbullying* e ao assédio *online* que, embora apresentem prevalências variáveis, permanecem como uma preocupação (Guan & Subrahmanyam, 2009; Livingstone & Smith, 2014; Willoughby, 2019). Adicionalmente, a exposição das crianças a conteúdos prejudiciais *online*, como pornografia e imagens violentas, é frequente e pode causar choque, repulsa e medo, tendo impactos, por sua vez, na sua saúde mental dos jovens

(Symons et al., 2017; Livingstone & Smith, 2014). Os riscos sexuais, como o *grooming online* e o *sexting*, são também amplamente prevalentes, sendo o sexo feminino e os adolescentes os grupos mais vulneráveis a estes perigos (Livingstone & Smith, 2014; Vandoninck et al., 2013).

A necessidade de compreender estas dinâmicas é, assim, urgente para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção eficazes. Criar um ambiente digital mais seguro e responsável exige esforços coordenados que envolvam pais, educadores e decisores políticos, sendo a sua consciencialização, a promoção da literacia digital, e a implementação de políticas públicas específicas medidas essenciais para mitigar os riscos e promover um ambiente digital mais seguro para os jovens.

2. *Grooming online*

A crescente presença de jovens na Internet e o uso intensivo das redes sociais não apenas os expõem a conteúdos inapropriados e ao *cyberbullying*, mas também os tornam particularmente vulneráveis a crimes sexuais, como o *grooming online*. Este fenómeno constitui uma das formas mais insidiosas de exploração *online*, envolvendo estratégias sofisticadas por parte dos ofensores para manipular e abusar das suas vítimas.

O g*rooming* tradicional é, assim, definido como sendo "um processo através do qual um adulto prepara uma criança para o abuso da mesma, e cujos objetivos principais são aceder à criança ou adolescente, obter a sua submissão e a manutenção do segredo de modo a evitar a descoberta" (Gillespie, 2002, p. 411; cit in Craven et al., 2006, p. 288[5]).

Por sua vez, o *grooming online* (ou *e-grooming*; Wurtele & Kenny, 2016) ocorre quando um adulto utiliza um dispositivo eletrónico com o intuito de cometer um crime sexual (Wurtele & Kenny, 2016). Deste modo, o *grooming online*, à semelhança do *grooming offline*, é um processo que se inicia com o estabelecimento de uma relação de amizade e/ou outra natureza, onde o ofensor expressa interesses similares com a vítima, fazendo com que esta se sinta especial através de elogios ou simpatizando com as frustrações e preocupações do mesmo (Wurtele & Kenny, 2016).

Compreender este fenómeno requer uma análise detalhada das características dos ofensores, das etapas do processo de *grooming* e das técnicas que estes utilizam para manipular as vítimas, temas que serão aprofundados na secção seguinte.

2.1. Características dos ofensores e processos do *grooming online*

O grupo de ofensores deste tipo de crime apresenta-se como bastante heterogéneo,

[5] Tradução própria

tal como ocorre com o crime na sua forma tradicional (Briggs et al., 2011). Este facto levanta um problema sobre as variações no estilo, duração e intensidade do *grooming*, uma vez que estas podem variar conforme a personalidade e comportamento do ofensor (Whittle et al., 2013).

Briggs e colegas (2011), após análise de transcrições das conversas *online* uma amostra de 51 participantes condenados por *grooming online*, afirmam que existem dois tipos de *online groomers*: os que pretendem satisfazer as suas fantasias e desenvolver uma relação *online* com os jovens para esse efeito; e os que pretendem conhecer os adolescentes *offline* para, assim, realizar o abuso pessoalmente. DeHart e colegas (2017) afirmam, no entanto, que existem quatro tipologias de *online groomers*, mais precisamente (1) os ofensores "*cybersex only*", que se expõem às suas vítimas enquanto comunicam ou que pretendem receber imagens ou outro conteúdo sexualmente explícito; (2) os "*schedulers*", que são ofensores que tentam agendar um encontro pessoal com intuitos sexuais, mas que são pouco prováveis de se exporem *online*, pedindo conteúdos da vítima com maior frequência do que enviam conteúdos seus; (3) os "*cybersex schedulers*" que procuram comunicar-se com as suas vítimas, obter informação sobre a sua aparência física e frequentemente se masturbam em tempo real enquanto estão *online* com as vítimas (esta tipologia também planeia ou tenta planear um encontro pessoal num futuro relativamente próximo); e (4) os "*buyers*" que são ofensores que priorizam o agendamento de um encontro com as vítimas para negociarem os tipos de ações sexuais que querem realizar.

Alguns estudos salientam ainda que a Internet pode alterar o processo de g*rooming*, uma vez que facilita o anonimato e o acesso a uma maior diversidade de vítimas (Smith et al., 2014). Algumas das técnicas utilizadas pelos ofensores passam por subornos, ameaças, controlo, persuasão e engano (eg, o ofensor fazer-se passar por um par da mesma idade) (Gámez-Guadix et al., 2018).

Seto (2019) apresenta, no modelo **"***Motivation-Facilitation Model of Sexual Offending***",** três fatores principais que contribuem para o abuso sexual de crianças: um traço antissocial no ofensor, um interesse sexual por crianças e fatores situacionais, como o acesso às vítimas. Segundo este modelo, o comportamento antissocial e a existência de oportunidades específicas podem ser os elementos que desencadeiam o abuso físico. Estudos mostram que os principais fatores associados à reincidência em ofensores que utilizam imagens indecentes de crianças incluem a falta de barreiras para agir de acordo com os impulsos desviantes (Babchishin et al., 2015). Neste seguimento, a ofensa pode

ser explicada de acordo com a Teoria das Atividades de Rotina (Cohen & Felson, 1979), que sugere que o crime ocorre devido à convergência de três fatores no tempo e no espaço: um alvo adequado, um ofensor motivado e a ausência de um guardião capaz.

Relativamente aos processos subjacentes ao *grooming* a literatura normalmente caracteriza este fenómeno como um processo multifacetado e complexo, sendo difícil a tarefa de estabelecer onde é que o mesmo começa e onde termina (Gillespie, 2004).

Craven e colegas (2006) identificaram três fases no processo: (1) "*grooming the self"*, que corresponde à fase em que o ofensor se vai preparar para perpetuar o abuso; (2) "*grooming the surroundings and significant others"*, sendo esta uma fase em que o ofensor irá identificar uma criança ou adolescente vulnerável (Conte et al., 1989), podendo essas vulnerabilidades passar por uma má relação familiar ou a falta de amigos ou pares (Berliner & Conte, 1990), ou que já tenham sido vitimadas (Leberg, 1997). Seria nesta fase que, no g*rooming* tradicional, o ofensor tentaria integrar-se na sociedade e em lugares onde seria mais provável conhecer crianças e adolescentes, aproximando-se dos adultos de confiança das mesmas (Craven et al., 2006). Contudo esta fase não parece ser relevante no que concerne ao *grooming online*. Por fim, o (3) "*grooming of the young person"*, que se apresenta como a fase mais conhecida do *grooming*, já acima definida.

Alguns estudos salientam ainda que a Internet pode alterar o processo de *grooming*, uma vez que facilita o anonimato e o acesso a uma maior diversidade vítimas (Smith et al., 2014). Este processo é geralmente mais curto, uma vez que logo na primeira conversa entre o ofensor e a vítima é habitual que já existam mensagens de cariz sexual (Jones et al., 2012).

Chaing e Grant (2017) identificaram, por sua vez, 14 passos recorrentes que compõem a estrutura manipulativa do *grooming online* através da análise de transcrições de interações de aliciamento em salas de conversação, aplicando o modelo de análise de movimentos retóricos de Swales (1981) para identificar as estruturas comunicativas e funções linguísticas características do discurso de *grooming online*: (1) saudação; (2) construção de relações; (3) relacionamento sexual; (4) manutenção da conversação; (5) probabilidade/extensão da avaliação do trabalho; (6) avaliação da acessibilidade; (7) avaliação do cumprimento dos critérios; (8) avaliação e gestão de riscos; (9) avaliação de papéis; (10) introdução de temas sexuais; (11) manutenção/aumento da frequência dos temas sexuais nas conversas; (12) gratificação sexual imediata; (13) planeamento/organização do contacto *offline*; (14) *sign off*. Estas etapas representam uma sequência adaptável de estratégias, cuidadosamente articuladas para manipular e

controlar a vítima, maximizando as possibilidades de cooperação e minimizando o risco de deteção. Esta categorização permite aos autores mapear e visualizar as interações, revelando a forma como os agressores se adaptam para estabelecer e manter o poder sobre a vítima ao longo da conversa.

A etapa de construção de relações é uma fase crítica em que o ofensor tenta estabelecer uma ligação emocional com a vítima, incentivando a confiança e fomentando a ilusão de amizade ou compreensão. Esta etapa é realizada através de elogios, interesse pelos passatempos e preferências da vítima, e gestos de empatia, como a "promessa de amor" e *flattery* (Chaing & Grant, 2017; Marcum, 2007). Esta ligação emocional facilita o avanço para o passo seguinte, mais invasivo, preparando a vítima para conversas mais íntimas sem levantar suspeitas da mesma.

Uma vez criado este vínculo inicial, o *groomer* passa para a introdução de conteúdo sexual, sendo o seu objetivo dessensibilizar a vítima, normalizar as conversas sobre sexualidade e aumentar a sua disponibilidade para aceitar informação gráfica. Segundo Chiang e Grant (2017; p.117), isto é alcançado através da "introdução cautelosa da linguagem e dos temas sexuais" e, em algumas situações, da "modificação da linguagem sexual para manter o envolvimento" da vítima (Chiang & Grant, 2017; Briggs et al., 2011). Esta etapa é crítica, porque permite ao ofensor testar os limites da vítima e determinar até onde pode ir sem perturbar a relação que criou.

A terceira etapa estratégica deste processo, conhecida como "avaliação e gestão de riscos", envolve uma sequência de movimentos destinados a limitar as hipóteses de exposição do ofensor e a evitar a deteção. Nesta fase, o *groomer* utiliza perguntas e táticas para melhor compreender o ambiente da vítima, como a presença de familiares, a localização do computador/dispositivo com acesso à Internet e os horários de acesso, garantindo que o contacto decorre de forma tranquila e sem interrupções. O *groomer* realça ainda a necessidade de manter as interações em segredo, fortalecendo a noção de cumplicidade. As estratégias utilizadas nesta fase incluem afirmações sobre a "necessidade de privacidade" e tentativas de transferência da responsabilidade para a vítima através de perguntas formuladas com referência ao "tu" e não ao "eu", como "onde gostarias que isto acontecesse?", que dão à vítima a ilusão de consentimento e desejo (Chaing & Grant, 2017). Estas abordagens destinam-se a preservar o controlo do processo, enquanto incentivam a conformidade e a discrição da vítima.

A fase de planeamento/organização do contacto *offline* é realizada por ofensores que pretendem encontrar-se pessoalmente com a vítima. Nesta altura, o *groomer* começa

a planear os aspetos práticos de um encontro presencial, criando um sentido de urgência e exclusividade que incentiva a vítima a cooperar. Nesta fase, a conversa alterna entre temas sexuais e questões práticas, introduzindo factos concretos sem alarmar a vítima, mantendo o seu interesse e conduzindo-a ao contacto físico (Chaing & Grant, 2017).

Como referem Chiang e Grant (2017), as interações do *grooming online* são flexíveis e adaptativas, com alterações das técnicas em resposta aos comportamentos da vítima. Ao contrário de uma abordagem linear, o *grooming online* é implementado como uma rede de táticas interligadas que permitem ao ofensor manipular a vítima com alguma flexibilidade. Estas etapas incluem fatores psicológicos e linguísticos, tirando partido da fragilidade e da falta de experiência da vítima para a persuadir a aceitar a relação e, por fim, o envolvimento pretendido. A investigação abrangente dos recursos linguísticos e das táticas retóricas demonstra que o processo de preparação virtual é essencialmente manipulador e intrincado, sublinhando a importância da compreensão da linguagem e dos padrões comportamentais nestes contextos, o que é crucial para a formulação de métodos eficazes de identificação e prevenção de abusos.

O *grooming online* é, assim, uma parte essencial do ciclo de abuso (Sullivan & Beech, 2004), não se limitando ao ambiente *online*, embora este seja um foco de preocupação crescente. Durante este processo, o ofensor constrói uma relação de confiança com a vítima ao longo do tempo, preparando-a para o abuso sexual e evitando que este seja descoberto (Webster, 2015). Estudos recentes mostram que a Internet não altera as etapas do ciclo de abuso, mas acelera significativamente o seu desenvolvimento (Martellozzo, 2012; Webster et al., 2012). Assim, compreender estas características e processos é fundamental para os prestadores de cuidados e decisores políticos que procuram prevenir a vitimização.

2.3. Consequências da vitimação

O fenómeno do *grooming online* apresenta diversas consequências para as suas vítimas, especialmente quando estas são menores de idade (Ortega-Barón et al., 2022), sendo estas consequências consideradas particularmente sérias.

Entre as consequências mais graves destacam-se os impactos na saúde mental, física, social e comportamental. De acordo com diversos estudos, as vítimas menores de idade apresentam sintomas de depressão e ansiedade (Schittenhelm et al., 2024; De Santisteban & Gámez-Guadix, 2017; Whittle et al., 2013); uma sensação de solidão e menor satisfação com a vida (Festl et al., 2019), bem como medo e stress (Mitchell, 2001).

Por sua vez, no âmbito social, as vítimas enfrentam problemas para estabelecer relações interpessoais e enfrentam isolamento social, conforme relatado por Pasca et al. (2022) e Wachs et al. (2016). Ademais, podem adotar mais comportamentos de risco, como interagir com estranhos e partilhar informações pessoais *online*, o que aumenta a sua vulnerabilidade ao *grooming,* e inicia um ciclo vicioso de revitimação (Whittle et al., 2013a, 2013b). Ademais, podem surgir comportamentos de automutilação como resposta ao trauma (Schittenhelm et al., 2024).

Do ponto de vista comportamental, a literatura destaca a ocorrência de comportamentos agressivos em vítimas de *grooming online* (Calvete et al., 2023; Machimbarrena et al., 2018), além da normalização do envio de material sexualizado, um processo descrito por Broome e colegas (2018), no qual as vítimas passam a internalizar esse comportamento como esperado e normal.

A solicitação de cariz sexual (SCS), por sua vez, tem vindo a ser facilitada através das novas tecnologias, mais precisamente das redes sociais e constitui uma das consequências do *grooming online*. Este é um tipo de crime sexual e é definido como sendo um processo de incitação de adolescentes para o envio de conteúdos de cariz sexual, informações sexuais ou envolvimento em comportamentos sexuais (Ybarra et al., 2007). Nesta sequência, torna-se importante distinguir Solicitação de Cariz Sexual de Interações Sexuais (IS) entre um menor e um adulto, sendo exemplos destas últimas *cybersex*; encontros com objetivos sexuais, entre outros (Leander et al., 2008). Assim, a grande distinção entre SCS e IS é a resposta do menor, ou seja, no que concerne à SCS, a mesma pode não surtir resposta por parte do menor, o relevante no processo é o pedido por parte do adulto, enquanto na IS é necessária resposta e envolvimento do menor (De Santisteban & Gámez-Guadix, 2017). Geralmente, a SCS é apenas uma parte de um fenómeno mais global de *grooming* (Ringenberg et al., 2022). Posto isto, a SCS pode ser desejada ou indesejada e pode resultar num contacto *offline* ou manter-se *online* (Hornor, 2020). O autor afirma que a Internet é uma ferramenta poderosa para predadores sexuais, uma vez que fornece acesso a adolescentes por um longo período, permitindo que ganhem a confiança das suas vítimas e que, subsequentemente, as controlem. Adicionalmente, o autor salienta que os ofensores geralmente utilizam comportamentos de *grooming* para obter acesso, desenvolver confiança da vítima, criar oportunidades, desenvolver complacência e manter o segredo. Wurtele & Kenny (2016) afirmam que a frequência das SCS tem vindo a aumentar e que se trata de uma epidemia, mas que, devido a diversas dificuldades, é difícil ter a certeza dos números. Estas dificuldades englobam a perceção

por parte da vítima de que está a conversar com um par da mesma idade quando tal não se verifica, ou se o adulto é conhecido ou desconhecido, uma vez que tem vindo a existir um sentimento de conhecimento sobre pessoas com quem as vítimas apenas conversaram *online*, o que leva a um esbatimento da distinção entre amigos e desconhecidos. A SCS encontra-se consagrada nos artigos 171.º, nº 3, alíneas a) e b) do Código Penal Português (CPP) (para menores de 14 anos) e 170º do CPP.

No âmbito legal e societal, verifica-se que o *grooming online* é criminalizado nalgumas regiões precisamente por ser um ato preparatório, permitindo assim prevenir crimes mais graves, como a *Sextortion*, destacando o seu dano inerente (Sorell, 2017).

Neste seguimento, a literatura tem vindo a apontar também que, nos EUA, 5% dos adolescentes já foram vítimas de *cyber Sextortion* e 3% já haviam perpetrado a ofensa, sendo apontado por Patchin & Hinduja (2020) uma clara sobreposição da vitimação e da perpetração. Com efeito, um estudo realizado por Wolak & Finklehorn (2016) numa amostra de 1.631 vítimas constatou que uma parte considerável destas eram menores de idade (46%). De acordo com Wittes e colegas (2016), os adolescentes são abordados e manipulados a enviar fotografias de conteúdo explícito (possivelmente na sequência de processos de *grooming online*) e estas são posteriormente utilizadas como forma de extorquir mais fotografias ou conteúdos sexuais dos mesmos. Apresentando-se como uma possível consequência da resposta a uma a *Cyber Sextortion* acarreta por si só um incremento das consequências psicológicas.

Carlton (2021) afirma que a literatura diverge no que concerne à definição do conceito de *Sextortion* tradicional, apresentando as seguintes definições e utilizando ambas no seu estudo: (1) *Sextortion* ocorre quando um perpetrador ameaça partilhar as imagens privadas da vítima de modo a extorquir algo da mesma; (2) *Sextortion* ocorre quando uma vítima é coagida a enviar material sexual ao perpetrador. A esta definição, O'Malley & Holt (2022) acrescentam que geralmente os ofensores tentam criar um sentimento de medo e insegurança nas vítimas ao ameaçá-las da divulgação do conteúdo íntimo, levando-as a acatar às suas exigências.

De acordo com as autoras, a *Cyber Sextortion* apresenta-se como parte de um *continuum* maior de ofensas sexuais, cujas imagens são usadas para prejudicar alguém e que engloba *revenge pornography* e *sexting* não consensual (O'Malley & Holt, 2022). Por sua vez, Bates (2017) e Açar (2016) afirmam que a metodologia e motivações que levam à prática da *Cyber Sextortion* são semelhantes às de outros crimes interpessoais como violência nas relações de intimidade, e exploração infantil. No entanto, a *Cyber*

Sextortion distancia-se das primeiras no que concerne à proximidade entre o ofensor e a vítima, dado que estes poderão nunca estar no mesmo espaço físico ou interagir *offline*. Especificamente no que concerne à obtenção das imagens, esta pode ser realizada através de diversos meios, com ou sem o consentimento da vítima (O'Malley & Holt, 2022). Uma questão altamente relevante apresenta-se quando se fala sobre a proteção legal das vítimas deste crime. De acordo com Mcglynn e colaboradores (2017), embora se tenha vindo a verificar um esforço crescente para combater legalmente algumas formas de abuso sexual baseado em imagens, a maioria desta atenção tem sido dada à distribuição das imagens, deixando de parte a questão da ameaça de divulgação e a coação para a perpetuação de outros crimes. Além desta questão, o exponencial desenvolvimento tecnológico permitiu a globalização deste problema, facilitou o acesso às vítimas (relembrando que os adolescentes, como mencionado anteriormente, estão cada vez mais conectados à Internet) e permitiu um maior anonimato dos ofensores (O'Malley & Holt, 2022).

Em Portugal, a *Sextortion* é punida como extorsão (Art. 223º do CPP) e devassa da vida privada (Art. 192º do CPP), praticados com recurso a meios tecnológicos.

2.4. Enquadramento legal do *grooming online*

Tom Sorell (2017) refletiu sobre o papel da justiça preventiva na criminalização do *grooming online* e defendeu que este deve ser considerado crime devido às suas consequências, mesmo na ausência de toque físico direto. O autor afirma que a ação do sistema judicial nesta fase inicial é razoável e ética, protegendo o adolescente de suportar as repercussões mais catastróficas de uma relação abusiva.

A associação entre a justiça preventiva e o *grooming online* é explicada pela natureza do ato preparatório, que tem uma influência emocional e psicológica nas crianças, mesmo que não haja contacto físico imediato envolvido. Segundo Sorell (2017), a manipulação psicológica utilizada no g*rooming* causa ansiedade, perplexidade e culpa nos jovens que se sentem ameaçados por chantagens que envolvem a divulgação de imagens ou textos de cariz sexual. Neste sentido, o *grooming* não é uma técnica "inofensiva", razão pela qual a justiça preventiva é vital para antecipar potenciais danos.

Assim, é relevante ressaltar que o *grooming online* não é abrangido, na maioria dos países, pelas leis que criminalizam o abuso sexual de crianças, sendo geralmente considerado um ato preparatório (Casa Branca et al., 2016).

No contexto internacional, os Estados Unidos da América foram os pioneiros na criação de legislação específica contra o *grooming online*, seguindo-se outros países.

Contudo, muitos estados europeus, entre os quais Portugal, não possuem uma tipificação penal específica (Davidson et al., 2011).

No entanto, a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, também conhecida como Convenção de Lanzarote, trouxe um avanço significativo ao incluir o artigo 23.º (Abordagem de crianças para fins sexuais), que criminaliza tais atos. Portugal assinou esta convenção a 25 de outubro de 2007, estabelecendo 6 ofensas criminais relacionadas com o abuso sexual de menores, incluindo o abuso sexual (artigo 18.º da Convenção de Lanzarote), a prostituição de menores (artigo 19.º da Convenção de Lanzarote), a pornografia de menores (artigo 20.º da Convenção de Lanzarote), a participação em espetáculos pornográficos (artigo 21.º da Convenção de Lanzarote), a corrupção de menores (artigo 22.º da Convenção de Lanzarote) e a abordagem de crianças para fins sexuais (artigo 23.º da Convenção de Lanzarote). Este documento é considerado fundamental em qualquer intervenção na proteção de menores contra a violência sexual (Procuradoria-Geral da República, 2013).

No ordenamento jurídico português, os crimes sexuais dividem-se em crimes contra a autodeterminação sexual e crimes contra a liberdade sexual. Os primeiros condenam atos sexuais com menores de 18 anos, presumindo a incapacidade destes para prestar consentimento informado, protegendo assim o livre desenvolvimento da sua personalidade no domínio sexual. Já os crimes contra a liberdade sexual condenam qualquer ato sexual cometido sem consentimento, independentemente da idade da vítima.

Entre os crimes contra a autodeterminação sexual, destacam-se o abuso sexual de crianças (artigo 171.º do CPP), o abuso de menores dependentes (artigo 172.º do CPP), os atos sexuais com adolescentes (artigo 173.º do CPP), a pornografia de menores (artigo 176.º do CPP) e o *Grooming* de menores para fins sexuais (artigo 176.º-A do CPP). Este último foi introduzido para criminalizar atos de *grooming* que visam abusos sexuais *offline* ou a produção de pornografia infantil. O artigo prevê penas de prisão até 1 ano, ou até 2 anos se o *grooming* for seguido de atos materiais conducentes a um encontro (Queijo, 2020; Silva, 2016).

Apesar desta inclusão, o *grooming online per se*, como conversas sexualizadas ou troca de imagens para estabelecimento de uma relação de confiança, ainda não se encontra claramente legislado em Portugal (Abrantes, 2016; Queijo, 2020). Esta lacuna é significativa, considerando que estudos recentes identificam ofensores que interagem com menores na Internet sem intenção de cometer crimes físicos, mas que ainda causam danos significativos às vítimas (Briggs et al., 2011).

Além da Convenção de Lanzarote, Portugal ratificou a Convenção de Budapeste sobre Cibercrime (em vigor desde 2010) e aderiu à Aliança Global contra o Abuso Sexual de Crianças *online* (concebida em Bruxelas em 2012), comprometendo-se a desenvolver ações nesse âmbito. Contudo, como supramencionado, o *grooming online* continua sem uma qualificação criminal autónoma, embora os crimes contra a autodeterminação sexual sejam, na sua maioria, crimes públicos, permitindo a intervenção direta do Ministério Público sem necessidade de queixa da vítima (Procuradoria-Geral da República, 2013).

Finalmente, a obrigatoriedade de denúncia destes crimes aplica-se a profissionais do setor público, em conformidade com o artigo 12.º da Convenção de Lanzarote, garantindo um compromisso na proteção das crianças e no combate ao abuso sexual.

3. *Grooming online* numa perspetiva desenvolvimental

A maioria das experiências *online* de crianças e jovens são positivas e trazem diversos benefícios significativos em termos sociais, educativos e criativos (Martellozzo, 2019). O uso da tecnologia tornou-se tão essencial no seu quotidiano que a distinção entre atividades *online* e *offline* tornou-se irrelevante. No entanto, a liberdade e o anonimato proporcionados pela Internet aumentam a suscetibilidade de alguns jovens a riscos, incluindo a vitimação por *grooming online* (Pollard et al., 1999), resultando da interação complexa entre fatores individuais, relacionais e contextuais que, em muitos casos, refletem processos desenvolvimentais característicos da adolescência.

Nesta perspetiva, importa não apenas descrever os fatores de risco, mas também compreender como estes se manifestam e se transformam ao longo das fases da adolescência, numa lógica de Vitimologia Desenvolvimental (Finkelhor, 2008; Sampson & Laub, 1993). Tal abordagem requer uma análise multidimensional, que considere não só as características individuais e contextuais associadas à vitimação, mas também a forma como estas interagem com os processos de crescimento psicológico, social e relacional característicos da adolescência.

Assim, a presente secção explora, num primeiro momento, os fatores de risco e vulnerabilidade mais associados ao fenómeno, distinguindo entre dimensões intrapessoais e ambientais. De seguida, aprofunda-se a variabilidade destes fatores ao longo das diferentes fases da adolescência, destacando as especificidades desenvolvimentais que podem potenciar ou mitigar a suscetibilidade ao aliciamento *online*. Por fim, mobilizam-se contributos teóricos da Criminologia e da Vitimologia

Desenvolvimentais, de forma a enquadrar estas vulnerabilidades em trajetórias mais amplas de risco, dependência e vitimação ao longo do tempo.

3.1. Fatores de risco e vulnerabilidade ao longo da adolescência

Os fatores de risco associados ao *grooming online* levantados (anexo I) podem ser agrupados em duas grandes categorias: fatores individuais, que refletem vulnerabilidades intrínsecas ao desenvolvimento dos jovens, e fatores contextuais e ambientais, que dizem respeito ao ambiente familiar, social e digital em que estão inseridos. Esta distinção permite uma compreensão mais integrada das dinâmicas de risco que potenciam a vitimação *online*. Nos fatores individuais destacam-se o género, a idade, a impulsividade, a autoestima, e a emocionalidade negativa, e nos fatores contextuais e ambientais a experiência prévia de *(cyber)bullying,* a supervisão parental, a qualidade do relacionamento familiar, os comportamentos de risco *online* e características relativas ao contexto socioeconómico e ao capital cultural familiar.

3.1.1. Fatores de risco individuais

Diversos fatores individuais têm sido associados à vitimação por *grooming online*, sendo essenciais para compreender os mecanismos que aumentam a vulnerabilidade de determinados adolescentes. O género constitui uma variável preditiva amplamente estudada. A literatura tem identificado uma maior incidência de vitimação sexual *online* entre raparigas (Reneses et al., 2024; Whittle et al., 2013; Greene-Colozzi et al., 2020; Wolak & Finkelhor, 2013), o que pode estar relacionado com a hipersexualização feminina em ambientes digitais e com padrões de socialização que favorecem a exposição e a procura de validação através das redes sociais. Contudo, esta prevalência não deve obscurecer a vulnerabilidade dos rapazes. A masculinidade normativa, alicerçada em ideais de força e controlo emocional, pode inibir a denúncia por parte de vítimas do sexo masculino, perpetuando um ciclo de silêncio e invisibilização (Davidson & Martellozzo, 2008). Num estudo qualitativo, Davidson e Martellozzo (2013) concluíram que muitos rapazes não reconhecem a sua vulnerabilidade ao *grooming*, acreditando que apenas as raparigas estão em risco, o que contribui para comportamentos *online* menos cuidadosos.

A idade, por seu turno, revela-se um fator de risco particularmente relevante, dada a vulnerabilidade acrescida que acompanha o desenvolvimento psicossocial dos adolescentes. Nesta fase, os jovens tendem a explorar a sua identidade, autonomia e sexualidade, muitas vezes em ambientes digitais, o que potencia a exposição a situações de risco (Baumgartner et al., 2010; Reneses et al., 2024). Embora não exista consenso

quanto à faixa etária mais vulnerável, estudos apontam para um risco acrescido entre os 11 e os 17 anos, com especial incidência na adolescência intermédia e tardia (De Santisteban & Gámez-Guadix, 2017; Mitchell et al., 2014; Quayle et al., 2012). Quayle (2011) defende que jovens entre os 9 e os 12 anos, embora menos frequentemente estudados, podem estar igualmente expostos ao risco, sobretudo quando apresentam elevada literacia digital e acesso irrestrito à Internet, mas não possuem ainda competências emocionais e cognitivas consolidadas. Estes dados sugerem que a vulnerabilidade não depende apenas da idade cronológica, mas da interação entre desenvolvimento, maturidade emocional e contexto digital.

Num estudo realizado por Greene-Colozzi et al. (2020), foi explorada a perceção que jovens adultos têm das experiências de solicitação de cariz sexual e de *grooming online* vividas durante a adolescência. A investigação envolveu 1133 estudantes universitários, entre os 18 e os 30 anos, que responderam a um questionário *online* centrado em comportamentos digitais, relações com adultos desconhecidos e consequências percebidas dessas interações. Os autores concluíram que cerca de 23% dos participantes recordaram ter mantido, na adolescência, conversas *online* prolongadas com adultos desconhecidos, sendo que a maioria desses participantes era do sexo feminino (72%) e tinha, em média, 16 anos no momento da interação. Estes dados evidenciam não só a prevalência do fenómeno, mas também a sua incidência mais acentuada em raparigas e em adolescentes na fase intermédia da adolescência.

No mesmo sentido, Reneses et al. (2024) conduziram entrevistas numa amostra de 8 adolescentes, com uma média de idades de 15 anos, com o objetivo de identificar fatores associados à vitimação por *grooming online*. A idade média de vitimação rondou os 13 anos e verificaram que o género feminino estava associado a maior prevalência de vitimação. Ainda denotaram que os participantes do género masculino subestimavam o risco e menosprezavam contactos de *grooming*.

Em contrapartida, Whittle et al. (2014) realizaram entrevistas qualitativas com oito jovens vítimas de *grooming online*, com uma idade média no momento da entrevista de 15.88 anos, enquanto a idade média aquando da vitimação era de apenas 12.88 anos.

Outro fator psicológico central é a impulsividade, entendida como a tendência para agir de forma precipitada, sem considerar as consequências (Bakhshani, 2014). Este traço de personalidade tem sido associado ao envolvimento em comportamentos de risco *online*, como a partilha de conteúdos íntimos ou o contacto com desconhecidos (Reneses et al., 2024; Jonsson et al., 2019).

Num estudo conduzido por Schoeps et al. (2020), com 1200 adolescentes entre os 12 e os 16 anos, foi examinada a associação entre competências socioemocionais e envolvimento em situações de risco *online*. Os resultados mostraram que níveis mais elevados de impulsividade estavam significativamente associados à maior frequência de comportamentos digitais de risco e à exposição a situações de vitimação *online*, incluindo solicitação sexual e contacto com desconhecidos. A análise indicou que a impulsividade apresentava uma relação positiva significativa com o risco de vitimação (p<.001).

A autoestima constitui outro fator individual decisivo. Jovens com baixa autoestima apresentam maior vulnerabilidade à manipulação emocional, dificuldade em estabelecer limites e propensão para procurar validação em interações *online* (Álvarez-García et al., 2015). Esta necessidade de reconhecimento externo, especialmente em contextos de exclusão *offline*, pode ser explorada por predadores que se apresentam como figuras de apoio ou afeto.

Num estudo com 316 adolescentes, entre 13 e 18 anos, Pasca et al. (2022) identificaram a baixa autoestima como um preditor significativo da aceitação de mensagens ambíguas de estranhos *online*. Os autores verificaram uma associação negativa e significativa entre autoestima e envolvimento inicial com potenciais ofensores (p<.05), indicando que níveis mais baixos de autoestima aumentam a probabilidade de os adolescentes responderem positivamente a estratégias de *grooming* nas fases iniciais da interação de *grooming*.

Adicionalmente, Jonsson et al. (2019) realizaram um estudo com 5715 adolescentes, com uma idade média de 17.97 anos, onde foi analisada a relação entre características individuais e vitimação sexual *online* por ofensores conhecidos apenas através da Internet. Os resultados revelaram que os adolescentes vítimas de abuso sexual *online* reportavam níveis significativamente mais baixos de autoestima em comparação com os não vítimas, com uma diferença média estatisticamente significativa (p<.001). Além disso, a baixa autoestima mostrou-se associada a outros fatores de vulnerabilidade, como sentimentos de solidão e menor apoio social.

Por fim, a emocionalidade negativa, definida como a tendência para experienciar sentimentos de tristeza, frustração ou ansiedade, também emerge como um traço de risco relevante (Whittle et al., 2014; Reneses et al., 2024), dado que jovens emocionalmente vulneráveis tendem a engajar mais frequentemente em comportamentos de risco (Hessler & Katz, 2010).

No estudo longitudinal de Gámez-Guadix & Mateos-Pérez (2019), com uma amostra de 1111 adolescentes espanhóis entre os 12 e os 16 anos, foi analisada a estabilidade da vitimação por *grooming online* e os seus principais preditores individuais. Entre os fatores de risco identificados, destacam-se os sintomas de ansiedade e depressão. Os resultados demonstraram que adolescentes com níveis mais elevados destes sintomas apresentavam uma probabilidade significativamente superior de serem vítimas de *grooming* ao longo do tempo, mesmo após controlo por variáveis sociodemográficas.

3.1.2. Fatores contextuais e ambientais

A par dos traços individuais, o contexto social e digital em que os adolescentes estão inseridos desempenha um papel determinante na explicação da vitimação *online*. Um dos fatores contextuais mais relevantes é a experiência prévia de *(cyber)bullying*. Jovens que foram repetidamente alvo de agressões digitais revelam maior isolamento social, baixa autoestima e fraca confiança em adultos, o que os torna particularmente suscetíveis a interações manipulativas (Machimbarrena et al., 2018; Shannon, 2008). Macaulay et al. (2020) argumentam que o histórico de vitimação compromete a perceção de risco e favorece a aceitação acrítica de novas relações, sobretudo quando estas oferecem uma aparente proteção ou reconhecimento. Este padrão é especialmente preocupante entre jovens com fracas redes de apoio *offline* ou que enfrentam dificuldades de integração escolar e familiar.

A supervisão parental é outro fator contextual fundamental. A ausência de monitorização ativa, o fraco envolvimento emocional dos cuidadores e a escassa comunicação sobre os riscos *online* têm sido associados a uma maior exposição ao *grooming* (Davidson & Martellozzo, 2016; Whittle et al., 2013). À medida que os adolescentes adquirem maior independência, o controlo parental torna-se mais difícil, especialmente com o uso de dispositivos móveis e aplicações encriptadas. Nestes casos, o envolvimento parental protetor deixa de operar como barreira, permitindo uma maior vulnerabilidade a interações de risco.

Os comportamentos digitais de risco, como o uso intensivo das redes sociais, a partilha de dados pessoais e o contacto frequente com desconhecidos, são apontados como mecanismos diretos de exposição ao *grooming* (Baumgartner et al., 2010; Whittle et al., 2014; Saridakis et al., 2016). Reneses et al. (2024) sublinham que a criação de perfis públicos e a ausência de filtros de privacidade são práticas comuns entre os jovens, frequentemente negligenciadas por pais e educadores. A literacia digital, enquanto

competência crítica, surge assim como uma variável mediadora entre comportamento e risco, influenciando a capacidade de identificar ameaças e gerir a presença *online*.

Por fim, variáveis estruturais como o contexto socioeconómico e o capital cultural familiar exercem influência significativa. Embora o estatuto económico afete o acesso à tecnologia, a escolaridade dos pais parece ter um peso mais determinante na prevenção da vitimação, ao traduzir-se em maior acesso à informação, maior consciência dos riscos e práticas educativas mais participativas (Mitchell et al., 2007; Vilacampa & Gómez, 2016). A pertença a minorias étnicas ou culturais pode, adicionalmente, acentuar barreiras no acesso a recursos de apoio ou a estratégias de *coping* eficazes (Hammer, 2011), agravando o impacto da vitimação e dificultando a denúncia.

Whittle e colegas (2014) além dos fatores de risco individuais, abordam características ambientais ou contextuais, relatando que todos os participantes haviam contactado previamente com desconhecidos na Internet e 75% referiram uso prolongado e diário da Internet, maioritariamente sem supervisão parental. O estudo identificou ainda três trajetórias de vulnerabilidade: acumulação de fatores de risco ao longo da infância, eventos desencadeadores (como luto ou doença familiar) e comportamentos de risco *online* em jovens sem antecedentes de vulnerabilidade *offline*.

Por sua vez, Tintori et al. (2023) afirmam que, no seu estudo com 410 jovens italianos, a relação com o mundo virtual revela-se particularmente perigosa no contexto da vitimação por *grooming online*, sobretudo quando os adolescentes não dispõem de supervisão parental adequada. Os autores destacam que, nestes casos, o tempo despendido em frente ao ecrã, tanto em videojogos como em redes sociais e aplicações, constitui o principal preditor do envolvimento em situações de *grooming online*.

3.2 Variabilidade nas fases da adolescência

A compreensão dos fatores de risco associados ao *grooming online* exige uma análise aprofundada das fases da adolescência, período crítico em que a vulnerabilidade *online* é particularmente acentuada. As rápidas transformações biológicas, cognitivas e sociais (Steinberg & Lerner, 2004) que caracterizam esta etapa da vida podem moldar a forma como os jovens interagem no espaço digital e influenciar a sua suscetibilidade à manipulação por ofensores *online*. Estas mudanças, que não ocorrem de forma uniforme, criam momentos de vulnerabilidade distintos em diferentes etapas do desenvolvimento. Nesta secção, analisa-se como as especificidades da *early adolescence* (11–13 anos) e da *mid/late adolescence* (14–19 anos) interagem com fatores de risco previamente

identificados, potenciando ou atenuando a suscetibilidade ao *grooming online*.

A puberdade, enquanto processo normativo e multifásico, exerce efeitos complexos sobre a saúde mental, o comportamento e a construção da identidade dos adolescentes (Pfeifer & Allen, 2021). Mais do que uma sequência de alterações físicas, este processo implica mudanças profundas nos eixos neuroendócrinos (HPA[6] e HPG[7]), que interagem com fatores psicológicos, sociais e contextuais para modelar trajetórias desenvolvimentais distintas (Bonnie & Backes, 2019; Christie & Viner, 2005). Assim, o *timing* e o ritmo da puberdade (respetivamente, a idade relativa e a velocidade com que ocorrem as transformações pubertárias) são hoje reconhecidos como fatores cruciais na explicação de variações individuais no ajustamento adolescente.

Estudos longitudinais (e.g Hoyt et al. 2020; Ge et al., 2001) demonstram que adolescentes que experienciam uma puberdade mais precoce, especialmente raparigas, apresentam maior vulnerabilidade a sintomas de ansiedade, depressão, baixa autoestima e envolvimento precoce em comportamentos de risco, como consumo de substâncias e iniciação sexual precoce (Bonnie & Backes, 2019; Perry & Pauletti, 2011). Por outro lado, nos rapazes, efeitos mais adversos tendem a surgir em casos de puberdade tardia, sendo observadas dificuldades de autoestima, maior isolamento e risco de rejeição pelos pares (Christie & Viner, 2005). Estes efeitos são mediados por aspetos como a comparação social com os pares, o ideal de corpo veiculado pelos media e a capacidade de integrar mudanças corporais numa identidade coerente (Perry & Pauletti, 2011). Em contrapartida, a literatura também tem apontado para tendências, tais como o aumento da emocionalidade negativa ao longo da adolescência (Grisanzio et al., 2025); picos na impulsividade por volta dos 16 ou 19 anos, conforme o género, e um auge no envolvimento em comportamentos de risco por volta dessa idade (National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2019).

Outro aspeto crítico reside na forma como normas culturais de género moldam a vivência da puberdade. A menarca, por exemplo, apesar de ser um marco esperado e natural, é muitas vezes experienciada com desconforto, vergonha ou ansiedade pelas raparigas, devido a representações sociais que sexualizam precocemente os seus corpos

[6] Eixo HPA (hipotálamo–pituitária–adrenal): sistema neuroendócrino responsável pela regulação da resposta ao stress, envolvendo a libertação de cortisol. Está também implicado na modulação do humor, da emoção e da adaptação ao ambiente (Ludwig et al., 2018).

[7] Eixo HPG (hipotálamo–pituitária–gonadal): sistema neuroendócrino que controla o desenvolvimento sexual e a função reprodutiva, regulando a produção de hormonas sexuais (como estrogénios e testosterona) e iniciando os processos da puberdade (Ludwig et al., 2018).

ou impõem silenciamento sobre a menstruação (Bonnie & Backes, 2019). Estas pressões culturais interagem com aspetos intrapsicológicos, como o desenvolvimento da autoimagem, a formação da identidade de género e a regulação emocional, criando vulnerabilidades específicas e, por vezes, invisíveis (Perry & Pauletti, 2011).

Apesar dos riscos, a adolescência é simultaneamente uma fase de elevada plasticidade neurobiológica e emocional. O modelo biopsicossocial contemporâneo reconhece o potencial deste período para a reversibilidade de trajetórias negativas, através de intervenções que promovam o bem-estar, a literacia emocional e a inclusão social (Steinberg & Morris, 2001; Christie & Viner, 2005). Relações familiares de apoio, supervisão parental adequada e ambientes escolares seguros e responsivos funcionam como fatores de proteção que podem mitigar os efeitos da maturação precoce ou rápida. Assim, a puberdade deve ser compreendida não apenas como um evento biológico, mas como um processo altamente influenciado pela história de vida, pelas condições sociais e pelas políticas públicas em vigor.

Deste modo, um jovem de 12 anos difere consideravelmente de um jovem de 14 ou 17 anos em termos da sua compreensão do mundo, competências socioemocionais, estrutura de identidade e capacidade de autorregulação (Salmela-Aro, 2011; Steinberg & Morris, 2001). Neste sentido, Salmela-Aro (2011) propõe uma divisão tripartida da adolescência: *early adolescence* (11–13 anos), *mid-adolescence* (14–16 anos) e *late adolescence* (17–19 anos), considerando que estas fases apresentam exigências desenvolvimentais distintas.

Na *early adolescence*, o início da puberdade e a instabilidade emocional aumentam a sensibilidade às influências externas, enquanto as capacidades cognitivas ainda emergentes limitam a avaliação crítica de riscos (Pfeifer et al., 2011). A necessidade de aceitação pelos pares pode levar a comportamentos *online* mais arriscados, agravados pela baixa autoestima e pela procura de pertença (Harter, 2012).

A *mid-adolescence* é marcada por maior autonomia e exploração da identidade, mas também por uma intensificação emocional e pela pressão social, muitas vezes amplificada pelas redes digitais (Salmela-Aro, 2011; Valkenburg et al., 2021). Apesar de um pensamento mais abstrato e introspetivo, a vulnerabilidade à rejeição e ao julgamento dos pares persiste, tornando os jovens suscetíveis a estratégias manipulativas *online*.

Por fim, na *late adolescence*, observa-se uma maior estabilidade emocional e consolidação da identidade, com relações interpessoais mais profundas e uma crescente capacidade de adiar a gratificação (Bailen et al., 2019). No entanto, fatores como pressões

culturais e experiências adversas anteriores podem continuar a afetar o bem-estar psicológico (Harter, 2012). Esta fase reflete uma autonomia mais equilibrada, mas ainda exposta a riscos relacionados com a procura de intimidade e validação *online*.

Compreender estas fases de desenvolvimento e as suas vulnerabilidades específicas é fundamental para analisar de que modo os fatores de risco se manifestam de forma diferenciada entre adolescentes mais novos e mais velhos. Esta leitura permite articular o desenvolvimento biopsicossocial com as dinâmicas do *grooming online*, servindo de ponte para uma perspetiva criminológica e vitimológica do curso de vida.

3.3. Criminologia e Vitimologia Desenvolvimentais: Perspetivas para o *grooming online*

Embora a Criminologia tradicional se tenha centrado sobretudo na análise das causas do comportamento desviante e na figura do perpetrador, as abordagens desenvolvimentais e do curso de vida ampliaram a análise para incluir os percursos de vitimação. Esta perspetiva é particularmente relevante para compreender o *grooming online*, ao permitir identificar como os fatores de risco se acumulam e se transformam em diferentes etapas da adolescência, e como determinados eventos biográficos e vínculos sociais podem funcionar como pontos de viragem na trajetória dos indivíduos (Blokland & Niewbeerta, 2010; Piquero, 2008).

3.3.1 A Criminologia do Curso de Vida e a Vitimologia Desenvolvimental

A *Life-Course Criminology* (LCC) propõe-se a descrever, prever e explicar padrões de continuidade e mudança no comportamento delinquente ao longo da vida, partindo do princípio de que o desenvolvimento humano é influenciado por múltiplas dimensões individuais, relacionais, contextuais e históricas, que se articulam de forma dinâmica ao longo do tempo. Embora tenha emergido com um foco primário na delinquência e nas carreiras criminais, a sua aplicabilidade à vitimação revelou-se igualmente frutífera, ao permitir identificar momentos de maior vulnerabilidade, a acumulação de riscos e os efeitos duradouros da exposição a experiências adversas (Sampson & Laub, 1994; Farrington, 2003; Piquero, 2008).

No campo da vitimação juvenil, esta abordagem permite compreender como experiências adversas precoces, como o abuso, a negligência ou o *bullying*, podem aumentar o risco de revitimação em fases subsequentes, designadamente na adolescência e idade adulta (Cuevas et al., 2010; Finkelhor, 2008). Ao mesmo tempo, destaca-se a

importância dos fatores protetores, como a presença de adultos significativos, redes de apoio ou mecanismos de supervisão, que podem funcionar como pontos de inflexão capazes de interromper ciclos de vulnerabilidade (Sampson & Laub, 2005).

Neste sentido, a LCC constitui uma lente valiosa para a análise dos percursos de vitimação, ao articular dimensões desenvolvimentais, contextuais e relacionais com uma visão longitudinal da experiência humana. O seu contributo é particularmente pertinente para a compreensão das dinâmicas que sustentam a continuidade ou descontinuidade da vitimação, oferecendo fundamentos sólidos para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção ajustadas às diferentes etapas da vida.

A Vitimologia Desenvolvimental, ao articular os pressupostos da LCC com os dados empíricos sobre vitimação, reconhece que os indivíduos não são vítimas de forma estática, mas que a vitimação ocorre e se transforma ao longo do tempo, em interação com outras dimensões da vida. Por exemplo, vários estudos (eg Marcos et al., 2025; Espino et al., 2025) indicam que a adolescência constitui um período de risco acrescido para a vitimação interpessoal, em especial no contexto *online*, o que poderá ser explicado pela conjugação de fatores próprios desta fase (impulsividade, busca de autonomia, socialização digital) com contextos relacionais e familiares em mudança (Finkelhor, 2008). A abordagem do curso de vida permite, assim, contextualizar estes episódios dentro de trajetórias mais amplas, incluindo a análise dos seus impactos subsequentes na saúde mental, nos padrões de relação e na perceção de segurança.

Adicionalmente, teorias como a Taxonomia Dual de Moffitt (1993) podem ser mobilizadas para explicar não só a continuidade ou desistência do comportamento delinquente, mas também a persistência ou interrupção da vitimação. A ideia de Moffitt de que alguns jovens apresentam trajetórias mais persistentes de comportamento desajustado (*life-course persistent*) implica considerar que estes mesmos indivíduos poderão também estar sujeitos a trajetórias de vitimação crónica. Já a o Modelo de Controlo Social Informal *age-graded*, desenvolvido por Sampson e Laub (1993), ao sublinhar o papel de eventos de vida significativos (como o casamento ou o emprego) como *turning points*, poderá igualmente ser aplicada à vitimação, ao sugerir que certos vínculos ou rotinas convencionais podem funcionar como fatores de proteção contra novos episódios vitimizantes.

À semelhança da bem conhecida curva idade-crime, a vitimação também segue uma trajetória marcada por um pico na adolescência, diminuindo gradualmente com o avanço da idade adulta (Macmillan, 2001; DeCamp & Zaykowski, 2015; Turanovic,

2016). Esta tendência tem sido amplamente estudada através de modelos de trajetórias desenvolvimentais, os quais indicam que a exposição a contextos de risco se intensifica na transição da infância para a adolescência, e que a diminuição da vitimação na idade adulta poderá refletir mudanças nas rotinas, compromissos sociais e contextos relacionais (Finkelhor, 2008; Chopin et al., 2023).

As teorias das Atividades de Rotina e dos Estilos de Vida (Cohen & Felson, 1979; Hindelang et al., 1978) oferecem uma explicação estruturada para este fenómeno: a vitimação não ocorre ao acaso, mas resulta da convergência de três elementos - um agressor motivado, um alvo e a ausência de um guardião capaz. Esta estrutura teórica, além de iluminar os riscos acrescidos vividos na adolescência, como a maior frequência de deslocações não supervisionadas, a socialização em espaços públicos e o envolvimento em atividades recreativas noturnas, também realça a importância das mediações sociais na prevenção da vitimação.

Contudo, apesar do valor explicativo destes modelos, Turanovic (2016) argumenta que o progresso teórico nesta área tem permanecido limitado, negligenciando fatores mais amplos e dinâmicos, como a evolução dos contextos tecnológicos e as desigualdades estruturais que afetam desigualmente a exposição ao risco. A integração de uma perspetiva desenvolvimental pode suprir esta lacuna, permitindo compreender não só os padrões de vitimação ao longo do tempo, mas também as vulnerabilidades específicas que acompanham cada fase do desenvolvimento humano (Finkelhor, 1995, 2008).

3.3.2. Trajetórias de vitimação e o papel do c*ontinuum* de dependência

O conceito de *continuum* de dependência (Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994) complementa a perspetiva desenvolvimental ao evidenciar como a dependência infantil não é apenas física, mas também emocional e relacional. Esta dependência, variável ao longo das fases da adolescência, torna os jovens vulneráveis a várias formas de vitimação, incluindo o *grooming online*, não sendo esta vulnerabilidade homogénea, mas antes situacional e relacional: em certos contextos, a dependência prende-se com necessidades físicas básicas (como segurança e alimentação); noutros, com apoio emocional, orientação ou validação. O *continuum* abrange desde situações de negligência, em que há falência direta do cuidado por parte dos adultos, até formas de vitimação onde a dependência não é óbvia, como o rapto por desconhecidos ou o abuso digital, onde a ausência de competências de autoproteção continua a colocar a criança em risco (Finkelhor, 2007; Chopin et al., 2023).

Esta conceptualização mostra-se particularmente útil para compreender o fenómeno do *grooming online*. Neste contexto, a dependência manifesta-se de forma relacional e emocional: muitas crianças e adolescentes procuram nas interações *online* apoio, pertença ou validação, numa fase em que os pares assumem uma importância crescente e a identidade ainda se encontra em construção (Lee & Chae, 2012). Predadores sexuais *online* exploram essas necessidades, construindo relações aparentemente afetuosas e protetoras, num processo de manipulação progressiva. Tal como na negligência, a ausência de supervisão parental, aliada a baixos níveis de literacia digital, deixa os menores expostos e incapazes de reconhecer o perigo (Finkelhor et al., 2000).

A articulação entre o *continuum* de dependência e a Vitimologia Desenvolvimental permite identificar pontos críticos de intervenção preventiva. A proposta de Finkelhor (2007) para uma abordagem compreensiva da vitimação infantil, que inclui crimes convencionais, maus-tratos, e "equivalentes não criminais" como o *bullying*, sublinha a importância de considerar a experiência da criança em toda a sua complexidade. De acordo com esta perspetiva, o impacto da vitimação depende do estágio desenvolvimental em que ocorre, sendo que eventos traumáticos precoces podem interromper marcos fundamentais do desenvolvimento emocional, social e cognitivo (Finkelhor, 1995).

Estudos como o de Turner et al. (2016) reforçam a ideia de que a vitimação infantil raramente é um evento isolado. Antes, é comum a ocorrência de polivitimação, ou seja, a experiência simultânea ou acumulada de múltiplos tipos de vitimação (Finkelhor, 2009). Esta realidade tem implicações importantes para o *grooming online*, uma vez que crianças com histórias de vitimação prévia, especialmente no seio familiar, parecem apresentar maior risco de serem alvos de predadores *online*, não só pela sua maior necessidade de afeto, mas também por terem fronteiras emocionais menos definidas (Chopin et al., 2023).

Além disso, DeCamp & Zaykowski (2015) identificam quatro trajetórias distintas de vitimação entre os 10 e os 29 anos: vítimas raras, vítimas na infância, vítimas persistentes e vítimas na idade adulta jovem. Estes dados evidenciam a heterogeneidade das experiências de vitimação e reforçam a importância de considerar os percursos de risco ao longo do tempo. A desistência da vitimação, analogamente ao conceito de desistência do crime, é compreendida como o resultado da integração dos indivíduos em rotinas mais estruturadas (por exemplo, relações afetivas duradouras) que reduzem a exposição a contextos de risco (DeCamp & Zaykowski, 2015; Chopin et al., 2023).

No contexto da era digital, as formas de vitimação expandiram-se e tornaram-se mais complexas. A exposição involuntária a pornografia, as solicitações sexuais *online* e o *cyberbullying* são fenómenos que afetam desproporcionalmente crianças e adolescentes, mesmo quando não envolvem contacto físico (Finkelhor et al., 2000). Apesar de nem todas estas experiências configurarem crimes legais, muitas delas têm impactos psicológicos comparáveis aos de formas mais tradicionais de vitimação (Finkelhor, 2007; Baldry et al., 2019).

Esta perspetiva desenvolvimental sobre as trajetórias de vitimação permite identificar momentos críticos de vulnerabilidade, mas não explica totalmente as dinâmicas relacionais que sustentam o aliciamento *online*. Para compreender como os ofensores exploram necessidades emocionais e lacunas no suporte social dos adolescentes, importa recorrer ao conceito de continuum de dependência, que oferece uma perspetiva mais fina sobre a dependência enquanto fator estrutural de risco.

3.3.3. *Grooming online* numa perspetiva desenvolvimental

A análise desenvolvimental aplicada ao *grooming online* permite compreender como os fatores de risco associados ao uso problemático da Internet e às dinâmicas de vitimação e agressão entre pares poderão variar significativamente ao longo das diferentes fases do desenvolvimento adolescente, uma vez que estas mudanças refletem as transformações cognitivas, emocionais e sociais características de cada etapa, bem como o aumento gradual da autonomia e da influência dos pares.

Estudos recentes, como os de Diaz-López et al. (2025) e González-Cabrera et al. (2023), destacam que a supervisão parental, a imaturidade emocional e o contexto escolar desempenham papéis cruciais na *early adolescence*, enquanto a maior independência e as exigências sociais e culturais tornam-se fatores determinantes na *mid* e *late adolescence*. Assim, compreender essas alterações é essencial para desenvolver estratégias de prevenção e intervenção que respondam às necessidades específicas de cada fase, promovendo o bem-estar dos jovens e reduzindo os impactos negativos desses fatores.

Por sua vez, os estudos desenvolvidos no âmbito da Vitimologia Desenvolvimental sugerem, igualmente, que os agressores poderão explorar caraterísticas específicas de cada fase de desenvolvimento. Por exemplo, tirarão partido da curiosidade e da compreensão limitada dos perigos *online* que caracterizam frequentemente o início da adolescência, bem como da necessidade de validação social e de formação de identidade que prevalece a meio da adolescência (Finkelhor, 2007).

Além disso, os impactos do *grooming online* poderão variar consoante as fases de desenvolvimento. Os adolescentes mais jovens, que dependem fortemente das relações interpessoais para formar a sua identidade, podem debater-se com baixa autoestima e dificuldades sociais. Em contrapartida, os adolescentes mais velhos podem desenvolver perturbações emocionais, como a depressão. Além disso, o conceito de *Continuum* de Dependência (Finkelhor & Dzuiba-Leatherman, 1994) ajuda a explicar como os adolescentes, apesar de procurarem mais autonomia, ainda dependem dos adultos para proteção e orientação, podendo os infratores explorar esta dependência, posicionando-se como figuras de confiança.

Neste seguimento, a Vitimologia Desenvolvimental enfatiza a necessidade de intervenções específicas para cada idade, desde o ensino da segurança digital até ao reforço da autoestima e à sensibilização dos adolescentes vulneráveis. Assim, uma abordagem desenvolvimental permite uma melhor compreensão dos fatores de risco e a proposta de soluções adequadas, respeitando as necessidades únicas de cada fase de desenvolvimento.

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

1. Objetivos e hipóteses

O presente estudo tem como objetivo geral identificar fatores de risco associados à vitimação por *grooming online* na adolescência, analisando em particular se e como esses fatores variam entre diferentes fases do desenvolvimento adolescente (12-19 anos).

Especificamente, pretende-se analisar (1) a prevalência de *grooming online* numa amostra de adolescentes, tendo em particular consideração as respetivas fases desenvolvimentais; (2) a relação entre características individuais, como autoestima, impulsividade e género, e uma maior probabilidade de vitimação por *grooming online*; (3) explorar o impacto das práticas de uso da Internet (como tempo *online* contacto com desconhecidos e privacidade) na probabilidade de vitimação; (4) examinar o possível efeito moderador da supervisão parental sobre o risco de vitimação em diferentes fases desenvolvimentais. Assim, as hipóteses que regem o presente estudo são:

H_1. O género feminino estará associado a um maior risco de vitimação por *grooming online*.

H_2. Uma menor autoestima, maior impulsividade e maior emocionalidade negativa estarão associadas a uma maior probabilidade de vitimação por *grooming online*.

H_3. Uma fraca supervisão parental estará associada a níveis mais elevados de vitimação por *grooming online*.

H_4. A adoção de comportamentos de risco *online*, como a partilha de informações pessoais e a interação com desconhecidos, estará associada a uma maior probabilidade de vitimação por *grooming online*.

H_5. A experiência prévia de (*cyber)bullying* estará associada a uma maior suscetibilidade à vitimação por *grooming online*.

H_6. A prevalência de vitimação por *grooming online* será mais elevada na fase final (16–19 anos), em comparação com a fase inicial da adolescência (12–15 anos).

H_7. A impulsividade e a emocionalidade negativa estarão mais fortemente associadas à vitimação por *grooming online* na fase final da adolescência (16–19 anos), em comparação com a fase inicial da adolescência (12–15 anos).

H_8. A associação entre baixos níveis de autoestima e vitimação por *grooming online* será mais pronunciada na fase inicial da adolescência (12–15 anos).

H_9. O efeito protetor da supervisão parental será mais significativo na fase inicial (12–15 anos), em comparação com a fase final da adolescência (16–19 anos).

H_{10}. Os comportamentos digitais de risco terão um impacto mais acentuado na vitimação por *grooming online* durante a fase final da adolescência (16–19 anos).

2. Metodologia

2.1. Desenho de investigação

O presente estudo enquadra-se na esfera da investigação quantitativa, dado ter-se feito valer da utilização de um questionário no âmbito da recolha e análises estatísticas para operacionalizar e aferir os fatores de risco para a vitimação por *grooming online* numa amostra de adolescentes portugueses (Carmo & Ferreira, 2015). Ademais, o mesmo trata-se de um estudo correlacional, dado que apenas se mediu e observou variáveis de interesse (eg., género, idade, comportamentos de risco), de modo a avaliar possíveis relações estatísticas, bem como a sua intensidade e sentido, sem qualquer manipulação experimental das mesmas. Por fim, dado que os dados foram recolhidos num só momento temporal, este estudo é caracterizado pelo seu carácter transversal (Stockemer, 2019).

2.2. Seleção e constituição da amostra

A constituição de amostra é um processo imprescindível na investigação científica, uma vez que a definição e acesso a toda a população é uma tarefa árdua, quase impossível (Almeida & Freire, 2017). De acordo com Murteira & Black (1983), "*a*

amostragem é um processo utilizado há muitos anos, baseando-se na experiência e na intuição da ideia de que uma amostra pode informar sobre as propriedades do universo" (Murteira & Black, 1983, p. 8 cit in Freire & Almeida, 2008, p. 114).

No presente estudo, dadas as limitações temporais, financeiras e de acessibilidade, a amostra foi constituída por conveniência, um método não probabilístico de amostragem através da qual são selecionados participantes da população *target* baseado na facilidade de acesso (Golzar et al., 2022). Apesar de esta técnica não permitir a generalização dos resultados à população total, considerou-se adequada à natureza exploratória do estudo, permitindo obter dados relevantes que, ainda que interpretados com cautela, oferecem contributos significativos para a compreensão do fenómeno (Carmo & Ferreira, 1998). Para tal, foram inicialmente identificadas 126 escolas com ensino básico e secundário na Área Metropolitana do Porto, incluindo agrupamentos e escolas não agrupadas. Destas, 2 foram excluídas (devido a escolaridade errada – 1º ciclo; ou encerramento da escola). Assim, foram contactadas 124 escolas, das quais 98 não responderam a nenhuma das tentativas de contacto, 16 recusaram participar e 12 aceitaram a participação. Importa referir que, destas 12, houve 4 desistências, participando no estudo alunos de 8 escolas.

A amostra final (N=240) integrou adolescentes dos 12 aos 19 anos, posteriormente agrupados em vítimas (*n*=118) e não vítimas (*n*=122), e em duas faixas etárias, as fases inicial (*n*=96) e final (*n*=144) da adolescência, de forma a possibilitar uma análise comparativa entre diferentes estádios do desenvolvimento juvenil. A opção pela divisão bipartida, em contraste com a divisão tripartida sugerida por Salmela-Aro (2011), baseia-se na necessidade de garantia de um número de participantes mais equilibrado por grupo, de modo a evitar problemas de ajustamento ou falta de poder estatístico no que concerne a procedimentos estatísticos multivariados como a regressão logística (Burke et al., 2015). Assim, a divisão tripartida (*early, mid* e *late adolescence*) implicaria uma fragmentação excessiva da amostra total. Por sua vez, inclusão de participantes com 19 anos justifica-se com base em critérios desenvolvimentais, contextuais e criminológicos, os quais asseguram a coerência teórica e metodológica da investigação. Embora os 18 anos correspondam, em termos legais, ao início da maioridade, a ONU e a própria literatura reconhecem que a adolescência, enquanto fase do desenvolvimento, se prolonga frequentemente até aos 19 ou 20 anos. (Salmela-Aro, 2011; Bonnie & Backes, 2019). Do mesmo modo, Steinberg (2014) sublinha que, ao nível neurobiológico e comportamental, os jovens nesta faixa etária continuam a apresentar traços típicos da adolescência, nomeadamente em termos de impulsividade e autorregulação emocional.

No contexto do *grooming online*, esta perspetiva mostra-se particularmente relevante. A investigação criminológica e vitimológica tem vindo a demonstrar que a vitimação por *grooming online* pode estender-se para além da menoridade legal, afetando jovens adultos que, apesar da sua idade, mantêm vulnerabilidades pessoais, relacionais e contextuais (Whittle et al., 2013). Nestes casos, o fator central não é apenas a idade cronológica, mas a conjugação de fatores de risco que tornam estes jovens suscetíveis à manipulação afetiva, psicológica e sexual por parte de ofensores *online*. Acresce que, no presente estudo, os participantes com 19 anos se encontravam ainda integrados no ensino secundário, partilhando o mesmo ambiente escolar, rotinas e padrões de socialização digital que os restantes adolescentes da amostra. Esta continuidade institucional reforça a pertinência da sua inclusão, permitindo captar com maior precisão os contornos do fenómeno e a transição entre adolescência e idade adulta.

2.3. Instrumento e operacionalização das variáveis

O questionário consiste num método que aplica um instrumento estandardizado de forma sistemática, com vista a realizar medições ou avaliações a um elevado número de unidades ou participantes (Maxfield & Babbie, 2015; Stockemer, 2019). De acordo com Maxfield & Babbie (2015), a investigação com recurso a questionários extensamente utilizada nas áreas da Justiça Criminal. Stockemer (2019, p.26) adiciona, ainda, que a investigação com recurso a questionários é "um dos pilares na investigação em ciências sociais no século XXI"[8]. A estrutura padronizada do questionário possibilita a recolha de grandes volumes de dados de forma organizada e comparável, o que favorece a identificação de padrões e a produção de conhecimento generalizável (Gault, 1907). Importa ainda referir que o questionário favorece a colaboração científica, na medida em que pode ser facilmente aplicado por diferentes observadores ou agentes no terreno (Gault, 1907).

Ademais, Selm e Jankowski (2006) consideram que o questionário *online* facilita a perceção de anonimato, o que pode potenciar respostas mais honestas, sobretudo quando se trata de temas sensíveis como a exposição a SCS ou estratégias de manipulação.

No que concerne ao presente estudo, a construção do questionário configurou-se uma fase longa do projeto. Para o efeito, realizou-se um levantamento das diversas medidas existentes na literatura, procurando selecionar as que demonstrassem bons valores nas medidas psicométricas, mais precisamente na consistência interna (anexo II),

[8] Tradução própria.

tendo sido solicitada a autorização de utilização das escalas originais ou das traduções para português validadas. Dentre estas, a equipa de investigação selecionou as medidas que se mostraram mais adequadas no âmbito do estudo.

Neste seguimento, optou-se pela elaboração de um questionário com oito secções, organizadas e apresentadas aos respondentes pela ordem abaixo exposta.

A **Secção I** destina-se à recolha de **Características Sociodemográficas**, essenciais para a caracterização do perfil dos participantes. Foram utilizadas questões adaptadas do inquérito *EU Kids Online*[9] (Ponte, 2017), que contemplam variáveis como género, idade, ano de escolaridade, nacionalidade, perceção do estatuto socioeconómico, escolaridade dos progenitores e natureza da instituição de ensino (pública ou privada). No caso de alunos do ensino secundário, foi ainda incluída a identificação da tipologia do curso frequentado (regular ou profissional). O *EU Kids Online* é um projeto europeu de referência que visa analisar as tendências associadas aos novos ambientes digitais, ampliar o conhecimento sobre competências e direitos digitais, bem como identificar fatores e mediações que capacitam crianças e adolescentes para lidar com riscos *online* (Ponte & Batista, 2019). Tendo em conta que o questionário já foi traduzido e aplicado em Portugal, foi utilizada essa mesma versão validada, assegurando a sua adequação linguística e cultural. Por sua vez, as respostas foram recolhidas de formas variadas. Para o género, a resposta foi solicitada aos participantes através de 3 opções de resposta, posteriormente codificadas como (0) "masculino" e (1) "feminino", uma vez que a opção "outro" não foi assinalada por nenhum participante. A idade foi recolhida através de uma resposta aberta programada para ser exclusivamente em numeração; a escolaridade foi recolhida através de resposta de múltipla escolha, em que (1) "7º ano" e (6) "12º ano". Por sua vez, a natureza da escola foi avaliada através de respostas dicotómicas, sendo (1) "pública" e (2) "privada" e a nacionalidade dos alunos através da questão "Nasceste em Portugal?", podendo as respostas variar entre (0) "não" e (1) "sim". Por fim, a perceção subjetiva do estatuto socioeconómico foi aferida através da questão "Se te comparares com outras pessoas da tua idade: tens mais dinheiro, o mesmo dinheiro ou menos dinheiro para gastar (dinheiro de bolso, para prendas ou outras finalidades)?", na qual as respostas, numa escala do tipo *Likert*, variavam entre (1) "muito pior" e (7) "muito melhor".

A **Secção II** visa aferir as **características de utilização da Internet**, com base,

[9] Embora o instrumento não apresente escalas com propriedades psicométricas formais, possui forte validade de conteúdo, sendo desenvolvido a partir de evidência empírica e amplamente testado na Europa.

novamente, no *EU Kids Online* (Ponte, 2017). Inclui itens sobre a frequência de acesso à Internet por dispositivo (telemóvel, tablet e computador), variação da utilização entre dias úteis e fins de semana, atividades *online* (como comunicação, entretenimento ou pesquisa de informação), bem como comportamentos de risco, como amizades virtuais, fornecer dados pessoais a desconhecidos, contactar estranhos ou marcar encontros presenciais, sendo solicitado aos participantes que indiquem a frequência das diversas atividades ou acessos, utilizando uma escala *Likert* de 7 pontos, variando entre (0) "nunca" e (6) "quase todo o tempo". No que concerne às competências digitais, foram aferidas a concordância com 11 afirmações (eg., "sei guardar uma foto que encontrei *online*") através de uma escala *Likert* de 5 pontos, sendo (1) "não é verdade" e (5) "é mesmo verdade".

A **Secção III** incide sobre a **Supervisão Parental**, explorando o grau de envolvimento dos cuidadores nas atividades digitais dos adolescentes. São avaliadas a qualidade da relação com os pais (eg., "Eu dou-me bem com o meu pai"), a supervisão geral (eg., "Um adulto da minha casa sabe onde estou quando saio"), a supervisão especificamente orientada para o uso da Internet (eg., "Um adulto da minha casa sabe o que eu faço na Internet") e o uso de controlos parentais (eg., "Controlos parentais, filtros ou outros modos de bloquear certos conteúdos"). Assim, foi solicitado aos participantes que se manifestassem quanto à frequência com que determinadas afirmações se aplicavam a si próprios, utilizando uma escala *Likert* variando de (0) "nunca" a (4) "sempre". Em relação à questão dos bloqueios parentais, a resposta foi dicotómica, sendo (0) "não" e (1) "sim".

A **Secção IV** tem como objetivo medir a **Impulsividade** dos participantes, uma variável associada à vulnerabilidade a riscos *online*. Para tal, foram utilizados itens do *International Self-Reported Delinquency Study 4* (ISRD-4), retirados da Escala de Grasmick (Grasmick et al., 1993; Pechorro et al., 2023), um instrumento internacionalmente reconhecido na avaliação de comportamentos desviantes e traços de personalidade em adolescentes. A Escala de Baixo Autocontrolo de Grasmick e colegas (1993), traduzida e validada por Pechorro e colegas (2023) apresentou uma consistência interna (α de Cronbach) de .71 no que respeita à subescala referente à Impulsividade. Nesta secção, foi solicitado aos participantes que manifestassem a sua concordância, numa escala *Likert*, de (1) "discordo completamente" a (5) "concordo completamente", face a diversas afirmações que remetiam para si próprios (eg., "Ajo de forma impulsiva, sem pensar"; "Faço tudo o que me dá prazer no momento").

A **Secção V** centra-se na avaliação da **Autoestima**, utilizando a *Rosenberg Self-*

Esteem Scale (RSES; Rosenberg, 1965), um dos instrumentos mais utilizados e validados na literatura. A RSES apresenta excelentes índices de consistência interna, com valores de alfa de Cronbach geralmente situados entre .77 e .88 (Pechorro et al., 2011), e uma estrutura fatorial unidimensional estável. A escala demonstra ainda elevada validade convergente, sendo correlacionada com indicadores de bem-estar psicológico e ajustamento emocional. Assim, instou-se aos participantes que manifestassem a sua concordância face a diferentes afirmações (eg., "De um modo geral, estou satisfeito comigo próprio") numa escala *Likert* de 4 pontos, sendo (1) "discordo fortemente" e (4) "concordo fortemente". Teve-se ainda o cuidado de inverter esta escala para os itens indicados como *reversed items* (eg., "Por vezes penso que não presto").

A **Secção VI** é dedicada à **Emocionalidade Negativa**, operacionalizada através da subescala homónima do *Early Adolescent Temperament Questionnaire – Revised (Short Form)* (EATQ-R). Esta subescala avalia três dimensões: frustração (α = .70) (eg., "Fico irritado quando tenho que parar de fazer alguma coisa que gosto"), humor depressivo (α=.69) (eg., "Os meus amigos parecem gostar mais deles do que eu gosto de mim").e agressividade (α = .80) (eg., "Quando estou zangado, atiro ou parto objetos"). As três dimensões apresentam consistência interna adequada e alta validade convergente com a versão longa do instrumento (correlações>.90), bem como estrutura fatorial confirmada (Ellis & Rothbart, 2001). Deste modo, os participantes responderam aos diversos itens, relatando com que frequência determinadas afirmações de aplicavam a si, através de uma escala *Likert* de 5 pontos, sendo (1) "quase nunca se aplica" e (5) "quase sempre se aplica", à exceção de um *reversed item* ("Sinto-me bastante feliz a maior parte do dia"), para o qual a escala *Likert* foi também revertida.

A **Secção VII** procura aferir a **vitimação por *(cyber)bullying***, com base em questões do *EU Kids Online* (Ponte, 2017). A secção explora experiências de tratamento ofensivo ou humilhante em contexto real ou digital (eg., No último ano, alguém te tratou de uma maneira ofensiva ou desagradável?"), através de respostas dicotómicas, sendo (0) "não" e (1) "sim". Ademais, aferiu-se a frequência do modo como tal vitimação tinha acontecido, distinguindo-se entre *bullying* tradicional (eg., "cara a cara") e *cyberbullying* (eg., Pela Internet, por telemóvel, computador, tablet, etc.). As respostas foram dadas através de uma escala *Likert* de 5 pontos, sendo (0) "nunca" e (4) "todos ou quase todos os dias". Ainda nesta secção, auferiu-se vários acontecimentos, como "recebi mensagens desagradáveis", ou "recebi ameaças na Internet", onde os participantes deveriam relatar se no ano anterior havia acontecido - (1) "sim" ou não (0) "não".

A **Secção VIII** aborda a **vitimação por *grooming online***, subdividida em dois momentos: o processo de manipulação e o desfecho associado à solicitação e interação sexuais. Após um levantamento de várias escalas que avaliam o fenómeno, dentre a quais o instrumento desenvolvido por Casa Branca e colegas (2016); a Escala de Grooming (Hernandez & Mateo, 2018; traduzido por Costa, 2025); o *Multidimensional Online Grooming Questionnaire* (Gámez-Guadix et al., 2021) e o *Questionnaire for Online Sexual Solicitation and Interactions with Adults* (Gámez-Guadix et al., 2018; traduzido por Almeida & Pereira, 2024), foram selecionadas estas duas últimas devido à sua complexidade na avaliação do processo de *grooming* através das diferentes subescalas, e das consequências do processo (solicitação sexual e interação sexual com adultos), bem como aos seus valores de consistência interna. Neste seguimento, foi solicitada a autorização para utilizar e traduzir para português o *Multidimensional Online Grooming Questionnaire* ao primeiro autor da escala, tendo estas sido autorizadas. Assim, o processo de *grooming* é avaliado através do *Multidimensional Online Grooming Questionnaire* (Gámez-Guadix et al., 2021), que apresenta um α de Cronbach global de .90, com valores entre .72 e .90 nas subescalas individuais (*use of deception*: eg., "disse-me que era mais novo do que realmente era"; *gift giving:* eg., "ofereceu-me sessões fotográficas gratuitas"*; interest in victims' environment*: eg., "mostrou interesse pelo meu horário da escola, família, etc."*; sexualization*: eg., "no início, ele/ela não falava comigo sobre sexo, mas depois falou"*; agression*: eg., "mandou-me mensagens ameaçadoras ou insultuosas"*)*, refletindo excelente consistência interna. Relativamente a estas questões, foi solicitado aos participantes que se manifestassem quanto à frequência, nos 12 meses anteriores, em que haviam ocorrido as situações mencionadas nas afirmações, numa escala *Likert* de 4 pontos, sendo (0) "nunca" e (3) "5 ou mais vezes". De forma a possibilitar a divisão da amostra entre vítimas e não vítimas, foi solicitado ao autor da escala que indicasse um ponto de corte a partir do qual fosse possível considerar a ocorrência de vitimação por *grooming online*. O autor recomendou como critério a resposta afirmativa (≥1) a pelo menos dois itens da escala, devendo o *score* mínimo para a assunção de vitimação ser 2. Já a avaliação da Solicitação de Cariz Sexual foi realizada com o *Questionnaire of Sexual Solicitation and Interactions with Adults* (Gámez-Guadix et al., 2018), cuja versão traduzida (Almeida & Pereira, 2024) apresenta igualmente fortes propriedades psicométricas (α=.89), validação convergente e concorrente. Esta medida é composta por duas subescalas, uma relativa à solicitação de cariz sexual (eg., "um adulto pediu-me que lhe enviasse fotos ou vídeos meus com conteúdo íntimo ou sexual, através da Internet ou

telemóvel") e uma outra relativa à interação sexual com adultos (eg., "Enviei, a um adulto, fotos ou vídeos meus com conteúdo sexual."). Foi solicitado aos participantes que respondessem a estas questões, numa escala *Likert* de 4 pontos, variando entre (0) "nunca" e (3) "6 vezes ou mais".

2.3. Procedimentos

A investigação científica com crianças implica desafios logísticos (como o acesso à população jovem), metodológicos (incluindo a adequação da linguagem e dos instrumentos) e éticos, ao longo de todo o processo. Assim, foi considerada fundamental a revisão prévia de toda a investigação pela Comissão de Ética. Preliminarmente, foi enviado um pedido de parecer à Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Neste parecer, foram descritos os objetivos do estudo, as hipóteses de investigação e a metodologia detalhada, de modo a garantir que os limites éticos não fossem ultrapassados, tendo sido obtido um juízo favorável ao prosseguimento do estudo (Parecer nº63/2024). Também foi solicitada, de acordo com o despacho n.º 15847/2007, publicado no Diário da República, 2ª série n.º 140 de 23 de julho, a apreciação e autorização por parte da Direção-Geral da Educação, através do sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME).

Simultaneamente, foram realizados pedidos de autorização[10] para a utilização dos instrumentos de avaliação mencionados e efetuado o processo de tradução do *Multidimensional Online Grooming Questionnaire* (Gámez-Guadix et al., 2021), seguindo o modelo proposto por Campbell et al. (1970, cit in Brislin, 1970). Este processo incluiu a tradução dos instrumentos por dois tradutores fluentes em ambas as línguas, seguida de uma retroversão (*back-translation*) por um falante nativo da língua original. Posteriormente, ambas as versões foram analisadas por um revisor bilingue ou investigador com competência linguística, com o objetivo de detetar eventuais discrepâncias, erros ou desvios de significado em relação à versão original.

Paralelamente, foram enviados pedidos de colaboração às escolas selecionadas para participação no estudo (N=124). Decorrida uma semana do 1º email, as escolas foram contactadas por telefone.

O consentimento informado (anexo VI) foi tratado como um dos pilares da conduta ética, sendo estruturado em torno de três eixos principais: o fornecimento de

[10] Exemplares dos pedidos de autorização para a utilização e tradução dos instrumentos constam em anexo (anexos III e IV, respetivamente).

informação clara e completa, a compreensão dessa informação pelos participantes e a sua participação voluntária (Marshall, 2006). Assim, os consentimentos foram recolhidos apenas após a aprovação ética e confirmação da colaboração das escolas e finalização dos instrumentos. Foi obtido o consentimento informado, tanto por parte dos adolescentes como dos seus representantes legais, após o esclarecimento dos objetivos, riscos, benefícios e alternativas associadas à participação no estudo.

Quanto aos seus benefícios, e tendo em conta o subdesenvolvimento da participação de crianças e jovens em investigação sobre vitimação sexual, a inclusão das mesmas no estudo valorizou a oportunidade de afirmação do seu direito à participação ativa em estudos científicos, desafiando o silêncio e estigma sobre o tema (Hackett, 2017).

2.4. Recolha de dados

A recolha de dados apenas foi possível após a autorização dos/as diretores/as dos agrupamentos ou das escolas em questão. Seguidamente, foi agendada uma visita à escola para apresentação do questionário aos alunos e para a resposta dos mesmos.

A recolha de dados decorreu entre abril e junho de 2025 e a aplicação do questionário foi realizada através da plataforma *Microsoft Forms*, permitindo uma administração digital segura e acessível. Esta ferramenta possibilitou a recolha automática das respostas, que foram subsequentemente exportadas para ficheiros em *Microsoft Excel*, facilitando o seu tratamento estatístico posterior. Cada sessão de preenchimento do questionário teve uma duração média de 30 minutos, decorrendo num contexto supervisionado, em sala de aula, com o apoio da investigadora principal e dos professores responsáveis. Este procedimento assegurou o cumprimento dos princípios éticos subjacentes à investigação com menores, nomeadamente no que diz respeito ao consentimento informado, confidencialidade e respeito pelo bem-estar dos participantes.

3. Questões éticas

> "(…) *Our primary obligation is to the people we study, not to our project or to a larger discipline. The lives and stories that we hear and study are given to us under a promise, that promise being that we protect those who have shared them with us*." (Denzin, 1989, p.83; cit in Flewitt, 2005, p. 553).

As crianças e adolescentes têm visto o seu papel na investigação científica tornar-se substancialmente mais importante, na medida em que possibilitam a caracterização das suas realidades e contextos, sendo essenciais para a teorização de temáticas estudadas em

torno da infância e adolescência (Cocks, 2006). Assim, Gallacher & Gallagher (2008) afirmam que os argumentos políticos e éticos que sustentam o direito desta população de participar na investigação (Artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança) associam-se a argumentos epistemológicos, afirmando que a investigação com crianças e adolescentes é uma forma de produzir conhecimento significativo e autêntico. Contudo, esta atividade desperta questões éticas em todos os seus aspetos, mas são particularmente salientes quando a população que se pretende investigar é composta por membros vulneráveis da sociedade, como é o caso de crianças e adolescentes (Flewitt, 2005).

A investigação com menores de idade é dominada por relações de poder e estatuto entre o participante menor e o investigador adulto, uma vez que este último exerce o controlo nestas relações, tal como se verifica na relação entre adultos e crianças no quotidiano (Punch, 2002). De modo a mitigar estes desequilíbrios relacionais, é essencial que a metodologia seja cuidadosa e preserve os princípios éticos que regem a investigação com os menores, entre as quais a possibilidade da criança/adolescente recusar participar no estudo ou cessar a sua participação (Punch, 2002). Desta forma, é essencial que todos os envolvidos na investigação sejam informados acerca do propósito e objetivos da mesma, metodologias, tempo de resposta e publicação de resultados, bem como assegurados de que as suas respostas serão confidenciais e a sua participação totalmente voluntária, algo conseguido através dos consentimentos informados que terão de ser assinados pelas crianças (que, por não poderem dar o seu consentimento legal, providenciaram assentimento) e pais, e pelos termos de responsabilidade distribuídos pelos mesmos. Também é consensual na investigação que devem ser suprimidas até as formas mais subliminares de influência ou cooptação das crianças ou adolescentes para opiniões ou decisões que advenham da vontade do investigador, devendo ser valorizada a autonomia e iniciativa dos participantes (Fernandes & Tomás, 2011).

Também são levantadas questões éticas no que concerne ao acesso aos participantes, mais precisamente no que se refere aos *gatekeepers,* os representantes legais dos participantes menores de idade. Existe uma preocupação com o facto dos mesmos sentirem uma obrigação de aceitar participar na investigação para manter uma boa relação com a escola, contexto em que a investigação será realizada (Flewitt, 2005), pelo que foi relembrado, num ambiente seguro e supervisionado, que a participação era voluntária e que nenhuma consequência negativa adviria da não participação ou desistência no início de todas as sessões de aplicação do questionário nas várias turmas e escolas. Ademais, foi essencial um período inicial de negociação para o consentimento,

dando tempo aos participantes para que ponderassem a informação que a investigadora passou acerca da investigação e do estudo, expressassem e esclarecessem dúvidas, estabelecendo relações de confiança com os investigadores (Flewitt, 2005). Foi também estabelecido e reiterado que o consentimento é provisório e poderia ser retirado a qualquer momento, e foi protegida a privacidade dos participantes, particularmente no que concerne a menores de idade, pelo que foi respeitado o direito à confidencialidade, e apenas foram recolhidos dados relevantes para as questões que se pretendia analisar (Flewitt, 2005)A linguagem do questionário era também ser adaptada à faixa etária que se pretendia estudar, uma vez que é essencial que sejam compreendidas todos os objetivos, perguntas e respostas por parte dos participantes, pelo que os conceitos e metodologias têm de ser adaptadas (Gallacher & Gallagher, 2008).

4. Processos analíticos

A análise estatística foi conduzida com recurso ao software *IBM SPSS Statistics* (versão 29), seguindo um plano sequencial que integrou procedimentos descritivos, comparações inferenciais entre grupos e modelação preditiva, com o objetivo de compreender os fatores associados à vitimação por *grooming online*.

Num primeiro momento, realizaram-se análises descritivas univariadas destinadas à caracterização sociodemográfica da amostra e à exploração dos principais construtos psicológicos e comportamentais em estudo. Para as variáveis categóricas (eg., género, natureza da escola), calcularam-se frequências absolutas e relativas; no caso das variáveis contínuas (eg., idade, ano de escolaridade), apuraram-se medidas de tendência central e de dispersão (média, desvio padrão, valores mínimo e máximo).

Importa referir que a base de dados não apresentou valores omissos, uma vez que todas as perguntas do questionário foram configuradas como obrigatórias no momento da aplicação. Paralelamente, procedeu-se à recodificação dos itens com base nas orientações originais dos instrumentos utilizados, assegurando a coerência interna. Este procedimento incluiu a inversão de itens formulados negativamente em duas escalas: a *Rosenberg Self-Esteem Scale* (RSES) (Rosenberg, 1965; Pechorro et al., 2011) e a subescala de Emocionalidade Negativa do *Early Adolescent Temperament Questionnaire – Revised* (EATQ-R) (Ellis & Rothbart, 2001). No caso da RSES, itens como "Por vezes penso que não presto" foram codificados de forma inversa. O mesmo procedimento foi aplicado ao item "Sinto-me bastante feliz a maior parte do dia", da subescala do EATQ-R, invertendo-se a escala de resposta para manter a direção negativa da variável. Em ambos os casos, a

escala original foi preservada, mas os valores de resposta foram recodificados na base de dados (eg., uma resposta "1" passou a ser codificada como "4", e vice-versa), garantindo que todos os itens contribuíam de forma coesa e lógica para o *score* das respetivas escalas.

Com vista à operacionalização das variáveis centrais, foram criadas variáveis *dummy* para representar a ocorrência de vitimação (0 = não vítima; 1 = vítima), bem como para distinguir os grupos etários em análise (Grupo 1: 12–15 anos e Grupo 2: 16–19 anos), o que permitiu a condução de análises comparativas e testes de hipóteses.

De seguida, construíram-se variáveis compostas (*scores*) para os principais domínios conceptuais do estudo, através da soma ou média dos itens de cada escala, respeitando a sua estrutura original. Foram assim obtidos scores para autoestima, impulsividade, emocionalidade negativa, competências digitais, supervisão parental, relacionamento familiar, variedade de atividades *online* e comportamentos de risco *online*. A consistência interna de cada escala foi avaliada através do *alpha* de Cronbach, sendo todos os valores superiores a .70, o que indicia níveis considerados adequados[11].

Para efeitos de análise inferencial, realizaram-se testes *T-Student* para amostras independentes nas variáveis contínuas, bem como testes *Chi-Square* para a análise de proporções em variáveis categóricas. A escolha de testes paramétricos foi sustentada pelo Teorema do Limite Central (Zhang et al., 2023), considerando-se que os tamanhos amostrais dos grupos asseguram uma distribuição amostral da média suficientemente aproximada à normal, mesmo na presença de alguma assimetria nas distribuições.

Posteriormente, procedeu-se à avaliação da colinearidade entre os preditores, com base nos valores de Tolerância e do Fator de Inflação da Variância (VIF). Em todos os modelos estimados, os valores de VIF foram inferiores a 5 e os valores de Tolerância superiores a .20, não se identificando indícios de multicolinearidade.

Por fim, foram conduzidas três análises de regressão logística binária, tendo como variável dependente a ocorrência de vitimação por *grooming online*. O primeiro modelo foi aplicado à amostra total, dividindo-a em vítimas (n=118) e não vítimas (n=122), com inclusão simultânea das variáveis independentes recolhidas no estudo. Em seguida, foram estimados dois modelos adicionais, um para o grupo 1 (12–15 anos) e outro para o grupo 2 (16–19 anos), permitindo avaliar em que medida os fatores de risco variam conforme o estádio desenvolvimental.

[11] A apresentação detalhada dos coeficientes α de Cronbach referentes às escalas utilizadas no presente estudo encontra-se na Secção 1 do Capítulo III – Resultados do Estudo Empírico.

A qualidade do ajustamento foi analisada através do teste de Hosmer e Lemeshow (considerando-se $p>.05$ como indicativo de bom ajustamento), da estatística de log-verosimilhança (−2LL) e do coeficiente de determinação de Nagelkerke (R^2). A interpretação dos efeitos individuais baseou-se nos coeficientes de regressão (B), nos *odds ratio* (Exp(B)) e nos respetivos valores de significância ($p<.05$).

Importa sublinhar que, no modelo relativo ao grupo dos 16–19 anos, a variável referente ao tempo médio diário despendido na Internet foi excluída da análise, uma vez que o seu coeficiente se revelou incoerente e não significativo.

Adicionalmente, para explorar um possível mecanismo explicativos entre a impulsividade, os comportamentos de risco, e a vitimação, foi conduzida uma análise de mediação simples com recurso ao PROCESS Macro v5.0 para SPSS (Hayes, 2022), especificamente o Modelo 4, que permite estimar o efeito indireto de uma variável independente (X) sobre a variável dependente (Y) por intermédio de uma variável mediadora (M). A análise foi realizada sobre a amostra total (N=240), com base em 5.000 reamostragens por *bootstrapping*, considerando-se os intervalos de confiança a 95%. A significância da mediação foi avaliada pela ausência de zero no intervalo de confiança do efeito indireto (*bootstrapped confidence intervals*)

CAPÍTULO III – RESULTADOS DO ESTUDO EMPÍRICO

1. Caracterização da amostra global e grupos de vitimação

Paralelamente à caracterização da amostra global, e após a definição dos critérios de vitimação de acordo com as indicações do autor principal do *Multidimensional Online Grooming Questionnaire* (Gámez-Guadix et al., 2021) (2 ou mais respostas positivas aos itens da escala), os participantes foram agrupados em vítimas e não vítimas de *grooming online*. Com base nesta distinção (secção 1.3. - Tabela 5), realizou-se uma análise comparativa entre os dois grupos no que respeita as variáveis sociodemográficas (secção 1.1.), padrões de utilização da Internet (secção 1.2.1.), atividades e comportamentos *online* (secção 1.2.2.), relacionamento familiar e supervisão parental (secção 1.2.3.), variáveis psicológicas (secção 1.2.4.) e experiências de (cyber)bullying (secção 1.2.5.) incluídas no estudo, de modo a de identificar padrões diferenciais associados à vitimação.

1.1. Caraterização sociodemográfica

A amostra foi constituída por 240[12] adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos (M=15.82; DP=1.719), tal como indicado na tabela 1. Do total da amostra (N=240), 38.3% (*n*=92) participantes eram do sexo masculino e 61.3% (*n*=147) do sexo feminino. A maioria possuía nacionalidade portuguesa (82.1%), frequentava escolas privadas (66.3%) e encontrava-se no ensino secundário (69.2%), com destaque do 10º ano de escolaridade (43.3%). No que concerne à escolaridade parental, verificou-se maior prevalência do ensino secundário entre as mães (29.6%) e do mestrado ou pós-graduação entre os pais (25.4%). Quanto à perceção subjetiva do estatuto socioeconómico, 48.8% dos participantes consideravam-se em situação equivalente à dos colegas, enquanto 20% se como "um pouco melhor" e 11.7% como "um pouco pior".

Relativamente às diferenças entre grupos de vitimação, os adolescentes vítimas de *grooming online* apresentaram uma idade média significativamente superior à dos não vítimas (M=16.10 vs. 15.54; *p*=.011). Ademais, registaram-se diferenças significativas na nacionalidade (*p*=.008), sendo a proporção de adolescentes de nacionalidade não portuguesa superior entre as vítimas (24.6%) do que entre os não vítimas (11.5%), e na natureza da escola frequentada (*p*=.001), com maior proporção de vítimas em escolas privadas (76.3%). Embora não tenham emergido diferenças estatisticamente significativas quanto à escolaridade dos progenitores, observou-se uma tendência para níveis mais baixos no grupo das vítimas. Importa ainda referir que a perceção de estatuto socioeconómico mais baixo foi significativamente mais frequente entre os participantes vítimas (*p*=.048), sobretudo nas categorias "pior" e "muito pior".

[12] Da amostra inicial de 248 indivíduos, foram excluídos 8 casos em que a idade do participante era superior a 19 anos.

Tabela 1 - Caraterização Sociodemográfica da Amostra Global e dos Grupos de Vitimação

	Geral (N=240)				Vítimas (n=118)				Não vítimas (n=122)				
	N	%	M±DP	Min-Max	N	%	M±DP	Min-Max	N	%	M±DP	Min-Max	p^1
Idade			15.82±1.719	12-19			16.10±1.661	12-19			15.54±1.735	12-19	**.011**
Género													.061
Masculino	92	38.3			37	31.36			55	45.08			
Feminino	147	61.3			80	67.80			67	54.92			
Nacionalidade													**.008**
Portuguesa	197	82.1			89	75.42			108	88.52			
Outro	43	17.9			29	24.58			14	11.48			
Escolaridade													
7.º ano	18	7.5			7	5.93			11	9.02			
8.º ano	19	7.9			5	4.24			14	11.48			
9.º ano	37	15.4			13	11.02			24	19.67			
10.º ano	104	43.3			64	54.24			40	32.79			
11.º ano	45	18.8			20	16.95			25	20.49			
12.º ano	17	7.1			9	7.63			8	6.56			
Média de Escolaridade			3.79±1.26	1-6			3.98±1.11	1-6			3.64±1.35	1-6	**<.001**
Natureza da escola													**.001**
Pública	81	33.8			28	23.73			53	43.44			
Privada	159	66.3			90	76.27			69	56.56			
Escolaridade da mãe													
1.º Ciclo (4.º ano)	9	3.8			6	5.08			3	2.46			
2.º Ciclo (6.º ano)	40	16.7			23	19.49			17	13.93			
3.º Ciclo (9.º ano)	55	22.9			26	22.03			29	23.77			
Ensino Secundário (12.º ano)	71	29.6			33	27.97			38	31.15			
Licenciatura	16	6.7			7	5.93			9	7.38			
Mestrado ou Pós-Graduação	43	17.9			22	18.64			21	17.21			
Doutoramento	5	2.1			0	0.00			5	4.10			
Média de Escolaridade			3.81±1.48	1-7			3.66±1.48	1-6			3.95±1.47	1-7	.457
Escolaridade do pai													
1.º Ciclo (4.º ano)	15	6.3			12	10.17			3	2.46			
2.º Ciclo (6.º ano)	39	16.3			18	15.25			21	17.21			
3.º Ciclo (9.º ano)	58	24.2			29	24.58			29	23.77			
Ensino Secundário (12.º ano)	45	18.8			21	17.80			24	19.67			
Licenciatura	15	6.3			6	5.08			9	7.38			
Mestrado ou Pós-Graduação	61	25.4			29	24.58			32	26.23			
Doutoramento	5	2.1			1	0.85			4	3.28			
Média de Escolaridade			3.88±1.66	1-7			3.71±1.69	1-7			4.04±1.61	1-7	.515
Média da Escolaridade Parental Conjunta			5.75±2.08	1.5-10.5			5.51±2.06	1.5-9			5.97±2.08	1.5-10.5	.086
Perceção de estatuto socioeconómico[2]													**.048**
Muito pior	2	0.8			1	0.85			1	0.82			
Pior	18	7.5			15	12.71			3	2.46			
Um pouco pior	28	11.7			16	13.56			12	9.84			
Igual	117	48.8			48	40.68			69	56.56			
Um pouco melhor	48	20			25	21.19			23	18.85			
Melhor	20	8.3			9	7.63			11	9.02			
Muito melhor	7	2.9			4	3.39			3	2.46			

Nota: N: número de sujeitos; n: Número de sujeitos por grupo; %: Frequência Relativa; M: média amostral; DP: Desvio Padrão; Min-Máx: mínimo e máximo; *p*: P-Value

[1] *Independent Samples T-Test*

[2] Perceção subjetiva do estatuto socioeconómico em comparação com os colegas.

1.2. Análise das variáveis independentes

1.2.1. Caraterísticas de utilização da Internet

A Tabela 2 apresenta os dados relativos ao tempo médio diário de utilização da Internet e à frequência de uso de diferentes dispositivos com acesso à mesma.

Globalmente, o dispositivo mais utilizado foi o telemóvel ou *smartphone* (M=5.28), evidenciando uma frequência de uso elevada (5=cerca de 4 ou mais horas diárias), padrão que se manteve em ambos os grupos, com valores ligeiramente superiores entre os participantes vítimas de *grooming online* (M=5.37) face aos não vítimas (M=5.19), embora marginalmente significativos (*p*=.060). Quanto ao tempo médio de uso da Internet, observou-se um aumento significativo ao fim de semana entre o grupo das vítimas (M=6.20) comparativamente aos não vítimas (M=6.16; *p*=.043), ainda que os valores sejam próximos. Nos dias úteis, os participantes vítimas também reportaram tempos superiores (M=5.92) face aos não vítimas (M=5.54), embora esta diferença não tenha alcançado significância estatística (*p*=.137).

Tabela 2 – Tempo Médio *Online* e Frequência de Utilização de Dispositivos

	Geral (N=240)		**Vítimas (*n*=118)**		**Não Vítimas(*n*=122)**		
	M±SE	Min-Max	M±DP	Min-Max	M±DP	Min-Max	*p*[1]
Tempo Médio de Uso da Internet[2]							
Dias Úteis	5.28±.76	0-8	5.92±1.96	0-8	5.54±1.93	1-8	.137
Fim de semana	6.18	0-8	6.20±1.82	2-8	6.16±1.93	0-8	**.043**
Frequência/dispositivo[3]							
Telemóvel/smartphone	5.28±.76	0-6	5.37±.90	0-6	5.19±.58	4-6	.060
Computador	2.49±1.72	0-6	2.46±1.81	0-6	2.52±1.62	0-6	.222
Tablet	.80±1.34	0-6	.79±1.41	0-6	.81±1.28	0-5	.893
Outro	1.29±1.81	0-6	1.40±1.98	0-6	1.18±1.63	0-5	.351

Nota: N: número de sujeitos; n: Número de sujeitos por grupo; M: média amostral; Min-Máx: mínimo e máximo

[1] *Independent Samples T-Test*

[2] Escala do tipo *Likert* (0 = Pouco tempo ou nenhum; 8 = Cerca de 7 horas ou mais)

[3] Escala do tipo *Likert* (0 = Nunca; 6 = Quase todo o tempo)

1.2.2. Atividades e comportamentos online

Tal como indicado na tabela 3, no domínio comportamental, a média global de envolvimento em atividades *online* foi de 3.66 (DP=0.89). Esta foi ligeiramente superior entre as vítimas de *grooming online* (M=3.74; DP=0.93) face aos não vítimas (M=3.59; DP=0.84), embora sem diferenças estatisticamente significativas (*p*=.204). Acrescenta-se que a escala apresentou consistência interna aceitável (α=.616).

Relativamente às competências digitais (α=.779), a média amostral foi de 34.88 (DP=6.67), com valores ligeiramente mais elevados entre as vítimas (M=35.51) em

comparação com os não vítimas (M=34.27; *p*=.151), embora não apresente significância.

Já nos comportamentos de risco *online* (α=.802), observou-se uma diferença significativa entre grupos (*p*<.001), com scores substancialmente superiores entre as vítimas (M=5.61; DP=4.68) face aos não vítimas (M=2.58; DP=3.10), para uma média global de 4.07 (DP = 4.23).

Deste modo, apenas os comportamentos de risco *online* diferenciaram significativamente os grupos, com valores mais elevados entre as vítimas. Embora se tenham observado médias ligeiramente superiores na diversidade de atividades *online* e nas competências digitais nesse grupo, essas diferenças não foram significativas.

1.2.3. Relacionamento familiar e supervisão parental

Atentando à tabela 3, observa-se que o relacionamento familiar apresentou uma média global de 13.21 (DP=3.27), com *scores* significativamente mais elevados no grupo dos não vítimas (M=13.88; DP=2.83) em comparação com os participantes vítimas (M=12.53; DP=3.54; *p*=.001). A consistência interna foi considerada aceitável (α=.714).

A supervisão parental total apresentou uma consistência interna elevada (α=.835) e revelou uma média de M=19.31 (DP=7.33), sendo significativamente superior entre os não vítimas (M=20.57; DP=6.80) face às vítimas (M=18.00; DP = 7.66; *p*=.006).

No que respeita à supervisão parental *offline* (α=.865), a média global foi de 9.63 (DP=2.91), com scores mais elevados no grupo dos não vítimas (M=10.31) do que entre as vítimas (M=8.92; *p*<.001). Por sua vez, na supervisão *online* (α=.787), observou-se uma média de 9.68 (DP=5.44), com valores ligeiramente superiores entre os não vítimas (M=10.26) face às vítimas (M=9.08), embora a diferença não tenha sido estatisticamente significativa (*p*=.091). Ou seja, apenas a supervisão parental total e *offline* em particular foram significativamente diferentes, sendo mais elevadas em não vítimas do que vitimas de *grooming online*. Assim, as vítimas reportam valores significativamente mais baixos na qualidade do relacionamento familiar, supervisão parental total e supervisão parental *offline*, comparativamente às não vítimas, não se verificando diferenças significativas ao nível da supervisão *online*.

1.2.4. Impulsividade, emocionalidade negativa e autoestima

A Tabela 3 apresenta os valores relativos à impulsividade, à emocionalidade negativa e à autoestima. A impulsividade (α=.773) apresentou uma média global de 15.06 (DP=4.80), com *scores* significativamente mais elevados entre os participantes vítimas (M=15.99; DP=4.56) em comparação com os não vítimas (M=14.16; DP=4.88; *p*=.003).

Por sua vez, os participantes revelaram uma média global de 52.24 (DP=11.49) no que concerne à emocionalidade negativa (α=.826), sendo significativamente superior nas vítimas (M=55.28) face aos não vítimas (M=49.30; p<.001).

Por fim, a autoestima (α=.871) apresentou uma média global de 19.62, com *scores* significativamente superiores entre os não vítimas (M=20.85) em comparação com os participantes vítimas (M=18.34; p<.001). Assim, verifica-se que as vítimas reportam valores mais elevados de impulsividade e emocionalidade negativa, mas menos elevados de autoestima comparando com as não vítimas.

Tabela 3 – *Scores* relativos às Atividades *Online*, Competências Digitais, Comportamentos de Risco, Supervisão Parental e Emocionalidade Negativa na Amostra Global e Grupos de Vitimação

		Geral (N=240)		**Vítimas (*n*=118)**		**Não Vítimas(*n*=122)**		
	α	M±DP	Min-Max	M±DP	Min-Max	M±DP	Min-Max	p^1
Atividades *Online*[2]	.616	3.66±.888	.57-6	3.74±.932	.57-6	3.59±.840	1.43-6	.204
Competências Digitais	.779	34.88±6.67	11-44	35.51±6.35	13-44	34.27±6.94	11-44	.151
Comportamentos de Risco	.802	4.07±4.23	.00-20	5.61±4.68	.00-20	2.58±3.10	.00-20	**<.001**
Relacionamento Familiar	.714	13.21±3.27	.00-16	12.53±3.54	.00-16	13.88±2.83	2-16	**.001**
Supervisão Parental	.835	19.31±7.33	.00-32	18.00±7.66	.00-32	20.57±6.80	2-32	**.006**
Offline	.865	9.63±2.91	.00-12	8.92±3.19	.00-12	10.31±2.44	.00-12	**<.001**
Online	.787	9.68±5.44	.00-20	9.08±5.48	.00-20	10.26±5.37	.00-20	.091
Impulsividade	.773	15.06±4.80	5-25	15.99±4.56	5-25	14.16±4.88	5-25	**.003**
Autoestima	.871	19.62±5.75	.00-30	18.34±6.13	.00-30	20.85±5.08	7-30	**<.001**
Emocionalidade Negativa	.826	52.24±11.49	22-87	55.28±12.11	22-87	49.30±10.05	24-76	**<.001**

Nota: α: *Alpha* de *Cronbach*; N: Número de sujeitos; *n*: Número de sujeitos por grupo; M: média amostral; DP: Desvio Padrão; Min-Máx: mínimo e máximo

[1] *Independent Samples T-Test*

[2] Média das frequências autorreferidas de uso nas 7 atividades *online* listadas

1.2.5. Experiências de (cyber)bullying

A Tabela 4 apresenta a prevalência de vitimação por *(cyber)bullying* entre os participantes. Globalmente, 48.3% da amostra reportou ter sido vítima no ano anterior. A análise por grupo revelou uma diferença estatisticamente significativa (p<.001), com uma proporção substancialmente superior de vítimas de *grooming online* a reportar também vitimação por *(cyber)bullying* (63.6%) em comparação com os não vítimas (33.6%).

Tabela 4 – Prevalência de Vitimação por *(cyber)bullying* na Amostra Global e nos Grupos de Vitimação

	Geral (N=240)		Vítimas (*n*=118)		Não Vítimas (*n*=122)		
	N	%	N	%	N	%	p^1
(Cyber)bullying							**<.001**
Não	124	51.7	43	36.44	81	66.39	
Sim	116	48.3	75	63.56	41	33.61	

Nota: N: número de sujeitos; *n*: Número de sujeitos por grupo %: Frequência relativa; Min-Máx: Mínimo e máximo

[1]Teste *Chi-Square* sobre as proporções

1.3. Prevalência de *grooming online*, solicitações de cariz sexual e interações com adultos

A Tabela 5 apresenta os dados referentes à prevalência de vitimação por *grooming online* e à ocorrência de comportamentos associados, nomeadamente solicitações de cariz sexual e interações sexuais com adultos. Com base no ponto de corte definido (≥ 2 interações)[13], 49.2% dos participantes foram classificados como vítimas de *grooming online*, enquanto os restantes 50.8% constituíram o grupo dos não vítimas. A escala utilizada para esta classificação revelou uma consistência interna excelente (α = .935).

Relativamente à solicitação de cariz sexual, 18.3% dos adolescentes reportaram ter sido alvo de pelo menos dois pedido de natureza sexual por parte de um adulto, enquanto 10.8% indicaram ter estabelecido interações sexuais com adultos através de meios digitais. Ambas as dimensões apresentaram níveis de consistência interna elevados (α=.946 e α=.917, respetivamente). O indicador composto que agrega estas duas dimensões demonstrou também excelente consistência interna (α = .955).

Tabela 5 – Prevalência de *Grooming online*, Solicitação de Cariz Sexual & Interações com Adultos na Amostra Global

	α	N	%
***Grooming online*[1] (N=240)**	.935		
Não		122	50.8
Sim		118	49.2
Solicitação de Cariz Sexual & Interações com Adultos (N=240)	.955		
Solicitação de Cariz Sexual	.946		
Não		196	81.7
Sim		44	18.3
Interações Sexuais com Adultos	.917		
Não		214	89.2
Sim		26	10.8

Nota: α: *Alpha* de *Cronbach*; N: Número de sujeitos; %: Frequência Relativa
[1] Ponto de corte: Vítimas ≥ 2; Não Vítimas < 2

2. Comparação de grupos desenvolvimentais

2.1. Caracterização sociodemográfica dos grupos

A Tabela 6 apresenta a comparação entre os dois grupos etários da amostra, adolescentes entre os 12 e os 15 anos (Grupo 1; *n*=96) e entre os 16 e os 19 anos (Grupo 2; *n*=144), relativamente a um conjunto de variáveis sociodemográficas.

[13] Consideraram-se como "interações" respostas afirmativas (≠0) a itens do *Multidimensional Online Grooming Questionnaire*. A classificação como vítima foi atribuída a participantes que indicaram a ocorrência de pelo menos dois desses comportamentos nos 12 meses anteriores, conforme indicado pelo autor original da escala.

Em relação ao género, a distribuição é semelhante entre os grupos, com ligeira predominância do sexo feminino em ambos (62.1% no Grupo 1; 61.1% no Grupo 2), não se registando diferenças estatisticamente significativas (p = .877).

No que respeita à nacionalidade, observa-se uma diferença significativa (p=.033), com o Grupo 1 a apresentar uma maior proporção de adolescentes de nacionalidade portuguesa (88.5%) em comparação com o Grupo 2 (77.8%). Do mesmo modo, a escolaridade média é significativamente superior no grupo mais velho (M= 4.5; DP=0.75) face ao grupo mais novo (M=2.7; DP=1.08), p<.001. Também a natureza da escola frequentada apresenta diferenças marcadas entre os grupos: a maioria dos adolescentes do Grupo 1 frequenta escolas públicas (63.5%), enquanto no Grupo 2 predomina o ensino privado (86.1%), diferença esta estatisticamente significativa (p<.001).

Tabela 6 – Caracterização sociodemográfica por grupo etário

	Grupo 1 (n=96)			**Grupo 2 (n=144)**			
	N(%)	M±DP	Min-Max	N(%)	M±DP	Min-Max	p^1
Género							.877
Masculino	36(37.9)			56(38.9)			
Feminino	59(62.1)			88(61.1)			
Nacionalidade							**.033**
Portuguesa	85(88.5)			112(77.8)			
Outra	11(11.5)			32(22.2)			
Escolaridade		2.7±1.08	1-4		4.5±.75	3-6	**<.001**
Natureza da Escola							**<.001**
Pública	61(63.5)			20(13.9)			
Privada	35(36.5)			124(86.1)			
Escolaridade da mãe		4.1±1.5	1-7		3.6±1.4	1-7	**.007**
Escolaridade do pai		3.9±1.6	1-7		3.9±1.7	1-7	.722
Média Escolaridade Parental Conjunta		6.1±2.1	2.5-10.5		5.5±2.0	1.5-10.0	**.045**
Perceção do Estatuto Socioeconómico							.692
Muito pior	0 (0)			2 (1.4)			
Pior	5 (5.2)			13 (9)			
Um pouco pior	10(10.4)			18 (12.5)			
Igual	51(53.1)			66 (45.8)			
Um pouco melhor	19(19.8)			29 (20.1)			
Melhor	9 (9.4)			11 (7.6)			
Um pouco melhor	2 (2.1)			5 (3.5)			

Nota: N: número de sujeitos; n: Número de sujeitos por grupo; M: média amostral; Min-Máx: mínimo e máximo

[1]*Independent Samples T-Test* e Teste *Chi-Square*

Relativamente à escolaridade dos pais, a média da escolaridade materna é significativamente mais elevada no Grupo 1 (M=4.1; DP=1.5) do que no Grupo 2 (M =3.6; DP=1.4), com p=.007. No entanto, não se observam diferenças na escolaridade do pai (p=.722). A média da escolaridade parental conjunta é ligeiramente mais elevada no

Grupo 1 (M=6.1; DP = 2.1) do que no Grupo 2 (M=5.5; DP=2.0), sendo esta diferença estatisticamente significativa (*p*=.045).

Por fim, no que se refere à perceção do estatuto socioeconómico, a maioria dos participantes de ambos os grupos perceciona-se como tendo um estatuto semelhante ao da maioria (53.1% no Grupo 1; 45.8% no Grupo 2), não se verificando diferenças significativas entre grupos nesta variável (*p*=.692).

2.2. Análise das variáveis independentes

2.2.1. Caraterísticas de utilização da Internet

A Tabela 7 apresenta os dados relativos ao tempo médio diário de utilização da Internet e à frequência de utilização de diferentes dispositivos com acesso à mesma, comparando os dois grupos etários definidos.

Em dias úteis, o tempo médio de utilização da Internet, tanto nos dias úteis, como ao fim de semana, foi ligeiramente superior no Grupo 2 (M=5.97; DP=1.89; M=6.20; DP=1.86, respetivamente) em comparação com o Grupo 1 (M=5.36; DP=1.99; 6.15; DP=1.91), sendo ambos significativos (*p*=.019; *p*=.021, respetivamente).

Relativamente à frequência de utilização de dispositivos com acesso à Internet, avaliada numa escala de 0 a 6 (0 = nunca; 6 = quase todo o tempo), observou-se que o telemóvel ou *smartphone* foi o dispositivo mais frequentemente utilizado em ambos os grupos, com uma média de 5.19 (DP=0.67) no Grupo 1 e de 5.34 (DP=0.81) no Grupo 2.

Verifica-se, assim, que os adolescentes do Grupo 2 reportam um tempo médio diário de utilização da Internet significativamente superior, tanto em dias úteis como ao fim de semana.

Tabela 7 – Tempo Médio *Online* e Frequência de Utilização de Dispositivos nos Grupos Desenvolvimentais

	Grupo 1 (*n*=96)		**Grupo 2 (*n*=144)**		
	$\bar{X}$±DP	Min-Max	$\bar{X}$±DP	Min-Max	*p*[1]
Tempo Médio de Uso da Internet[2]					
Dias Úteis	5.36±1.99	1-8	5.97±1.89	0-8	**.019**
Fim de semana	6.15±1.91	1-8	6.20±1.86	0-8	**.021**
Frequência/dispositivo[3]					
Telemóvel/smartphone	5.19±.67	3-6	5.34±.81	0-6	.128
Computador	2.61±1.71	0-6	2.40±1.72	0-6	.175
Tablet	1.07±1.56	0-6	.62±1.14	0-6	**.010**
Outro	1.44±1.72	0-6	1.19±1.86	0-6	.295

Nota: n: Número de sujeitos por grupo; $\bar{X}$: média amostral; DP: Desvio Padrão; Min-Máx: mínimo e máximo

[1]*Independent Samples T-Test*

[2]Escala do tipo *Likert* (0 = Nunca; 6 = Quase todo o tempo)

[3]Escala do tipo *Likert* (0 = Pouco tempo ou nenhum; 8 = Cerca de 7 horas ou mais)

2.2.2. Atividades e comportamentos online

Observando a tabela 8, verifica-se que os dois grupos etários apresentaram *scores* muito semelhantes nas atividades *online* (Grupo 1: M=25.57; DP=5.45; Grupo 2: M=25.69; DP=6.69; *p*=.889). Já nas competências digitais, os adolescentes mais velhos (Grupo 2) revelaram uma média ligeiramente superior (M=35.54; DP = 6.37) face ao Grupo 1 (M=33.89; DP=7.02), embora esta diferença não tenha alcançado significância estatística (*p*=.059). Nos comportamentos de risco *online*, registou-se uma diferença significativa entre grupos (*p*=.029), com valores mais elevados no Grupo 2 (M=4.56; DP=4.41) em comparação com o Grupo 1 (M=3.34; DP=3.85). Ou seja, adolescentes mais velhos (grupo 2: 16-19 anos) engajam com maior frequência em comportamentos de risco *online*, quando comparados com os adolescentes mais novos.

2.2.3. Relacionamento familiar e supervisão parental

No que respeita às variáveis contextuais (tabela 8), o Grupo 1 apresentou valores significativamente superiores na supervisão parental total (M = 20.55; DP = 6.53) face ao Grupo 2 (M = 18.48; DP = 7.73; *p* = .032). O mesmo padrão verificou-se na supervisão *online*, com valores mais elevados entre os mais novos (M = 10.60; DP = 4.86) do que no Grupo 2 (M = 9.06; DP = 5.73; *p* = .031). A supervisão parental *offline*, embora superior no Grupo 1 (M = 9.95; DP = 2.65), não revelou diferenças significativas (*p* = .166).

O score médio do relacionamento familiar foi semelhante entre grupos (Grupo 1: M=13.07; DP=3.67; Grupo 2: M=13.31; DP=2.98; *p*=.590).

2.2.4. Impulsividade, emocionalidade negativa e autoestima

As médias relativas às variáveis individuais foram próximas nos dois grupos, sem diferenças estatisticamente significativas (Tabela 8). A Impulsividade foi ligeiramente superior no Grupo 2 (M=15.21; DP=4.63) face ao Grupo 1 (M=14.84; DP=5.06; *p*=.566), tal como a Emocionalidade Negativa (Grupo 1: M=52.50; DP=11.58; Grupo 2: M=52.06; DP=11.46; *p*=.773). No que respeita à Autoestima, o Grupo 1 apresentou uma média ligeiramente mais elevada (M=19.90; DP=5.90) do que o Grupo 2 (M=19.43; DP=5.65; *p*=.540). Contudo, estas diferenças não atingiram significância estatística.

2.2.5. (Cyber)bullying

Por fim, a prevalência de vitimação por *(cyber)bullying* foi semelhante nos dois grupos, sem diferenças estatisticamente significativas (*p*=.370), conforme evidenciado na tabela 8. No Grupo 1, 44.8% dos participantes reportaram ter sido vítimas, face a 50.7% dos integrantes Grupo 2.

Tabela 8 – *Scores* relativos às Atividades *Online*, Competências Digitais, Comportamentos de Risco, Supervisão Parental, Emocionalidade Negativa e Prevalência de Vitimação por *(cyber)bullying* nos Grupos Desenvolvimentais

	Grupo 1 (*n*=96)			**Grupo 2 (*n*=144)**			
	M±DP	Min-Max	N(%)	M±DP	Min-Max	N(%)	*p*[1]
Atividades *Online*	3.65±.779	1.71-6		3.67±.956	.57-6		.889
Competências Digitais	33.89±7.02	14-44		35.54±6.37	11-44		.059
Comportamentos de Risco	3.34±3.85	0-20		4.56±4.41	0-20		**.029**
Relacionamento Familiar	13.07±3.67	0-16		13.31±2.98	2-16		.590
Supervisão Parental	20.55±6.53	2-32		18.48±7.73	0-32		**.032**
Offline	9.95±2.65	0-12		9.42±3.06	0-12		.166
Online	10.60±4.86	0-20		9.06±5.73	0-20		**.031**
Impulsividade	14.84±5.06	5-25		15.21±4.63	5-25		.566
Autoestima	19.90±5.90	2-30		19.43±5.65	0-30		.540
Emocionalidade Negativa	52.50±11.58	29-85		52.06±11.46	22-87		.773
(Cyber) *bullying*							.370
Não			53(55.21)			71(49.31)	
Sim			43(44.79)			73(50.69)	

Nota: N: Número de sujeitos; n: Número de sujeitos por grupo; $\bar{x}$: média amostral; DP: Desvio Padrão; Min-Máx: mínimo e máximo; %: Frequência relativa
[1] *Independent Samples T-Test* e teste *Chi-Square* sobre as proporções

2.3. Prevalência de *grooming online*, solicitação de cariz sexual e interações sexuais com adultos

A Tabela 9 apresenta a distribuição da vitimação por *grooming online*, bem como a ocorrência de solicitações de cariz sexual e interações sexuais com adultos, comparando dois grupos etários: Grupo 1 (12–15 anos; N = 96) e Grupo 2 (16–19 anos; N = 144).

Tabela 9 – Prevalência *Grooming online*, Solicitação de Cariz Sexual & Interações com Adultos nos Grupos Desenvolvimentais

	Grupo 1 (*n*=96)		**Grupo 2 (*n*=144)**		
	N	%	N	%	*p*[1]
Grooming online					**.007**
Não	59	61.5	63	43.8	
Sim	37	38.5	81	53.3	
Solicitação de Cariz Sexual & Interações com Adultos					
Solicitação de Cariz Sexual					**.003**
Não	87	90.6	109	75.7	
Sim	9	9.4	35	24.3	
Interações Sexuais com Adultos					**.007**
Não	92	95.8	122	84.7	
Sim	4	4.2	22	15.3	

Nota: N: Número de sujeitos n: Número de sujeitos por grupo; M: média amostral; DP:Desvio Padrão; Min-Máx: mínimo e máximo
[1]Teste *Chi-Square* sobre as proporções

A proporção de participantes classificados como vítimas de *grooming online* foi

significativamente superior no Grupo 2 (53.3%) em comparação com o Grupo 1 (38.5%; *p*=.007). A solicitação de cariz sexual foi reportada por 24.3% dos adolescentes do Grupo 2, valor significativamente superior ao do Grupo 1 (9.4%; *p*=.003). De forma análoga, as interações sexuais com adultos também foram mais prevalentes no Grupo 2 (15.3%) do que no Grupo 1 (4.2%; *p*=.007).

Estes resultados indicam uma maior incidência de vitimação e exposição a comportamentos de solicitação sexual nos adolescentes mais velhos.

3. Regressão logística – fatores de risco para vitimação

Com o objetivo de identificar os fatores que melhor predizem a vitimação por *grooming online*, foi realizada uma análise de regressão logística binária, considerando como variável dependente a ocorrência de vitimação (0 = não vítima; 1 = vítima). Todas as variáveis independentes recolhidas no estudo foram incluídas simultaneamente no modelo, de modo a avaliar o contributo de cada uma delas para a explicação do fenómeno em análise, controlando-se os efeitos das restantes.

O modelo integrou variáveis preditores sociodemográficas e individuais (designadamente a idade, género, escolaridade, perceção do estatuto socioeconómico, autoestima, emocionalidade negativa e impulsividade), preditores relativos ao uso e comportamentos na Internet (variedade de atividades *online*, tempo médio diário despendido na Internet, competências digitais, score de comportamentos de risco *online*), variáveis familiares (supervisão parental *offline* e relacionamento familiar) e experiência prévia de *(cyber)bullying*. Tal como se pode verificar na tabela 10, a análise da colinearidade entre preditores revelou valores de Fator de Inflação da Variância (VIF) entre 1.129 e 3.427, e valores de Tolerância superiores a .29, sugerindo ausência de multicolinearidade severa e, consequentemente, adequação dos preditores ao modelo.

Os resultados revelaram um ajustamento adequado do modelo aos dados, conforme evidenciado pelo teste de Hosmer e Lemeshow ($\chi^2(8)=2.989$, $p=.935$). O valor do R^2 de Nagelkerke foi de .351, o que sugere que o modelo explica aproximadamente 35,1% da variância nas chances de vitimação.

No que respeita à análise dos preditores, três variáveis demonstraram associações estatisticamente significativas com a variável dependente. O género feminino revelou-se um fator de risco, estando associado a chances de vitimação cerca de 2.49 vezes superior à dos participantes do sexo masculino (B=.991, *p*=.012, OR=2.486). De igual modo, a experiência prévia de *(cyber)bullying* emergiu como um preditor significativo,

aumentando substancialmente a probabilidade de vitimação (B=.793, *p*=.012, OR=2.210). Também os comportamentos digitais de risco se destacaram como um dos principais fatores preditivos, com um aumento consistente na probabilidade de vitimação por cada ponto adicional no respetivo score (B=.188, *p*<.001, OR=1.207).

Tabela 10 – Regressão Logística (Fatores de Risco para a Vitimação)

	B	S.E.	Exp(B)	*p*	Tolerância	VIF
Idade	.071	.164	1.073	.664	.292	3.427
Género[1]	**.991**	**.363**	**2.486**	**.012**	**.810**	**1.234**
Escolaridade	.132	.216	1.141	.541	.313	3.195
Perceção do Estatuto Socioeconómico	-.065	.149	.935	.663	.856	1.169
Autoestima	-.047	.033	.937	.158	.680	1.471
Emocionalidade Negativa	.013	.016	1.014	.412	.658	1.520
Impulsividade	-.003	.037	.997	.930	.760	1.316
Variedade de Atividades *Online*	.058	.209	1.060	.277	.694	1.441
Supervisão Parental *Offline*	-.086	.058	.918	.138	.799	1.252
Média do Tempo Diário Dispendido na Internet	-1.264	1.162	.282	.277	.885	1.129
(Cyber)bullying	**.793**	**.315**	**2.210**	**.012**	**.855**	**1.170**
Comportamentos de Risco	**.188**	**.050**	**1.207**	**<.001**	**.718**	**1.392**
Competências Digitais	.028	.027	1.028	.303	.745	1.343
Relacionamento Familiar	-.028	.054	.972	.601	.830	1.205
Constante	-2.445	2.977	.087	.411		

Teste de Hosmer e Lemeshow: $\chi^2(8)=2.989$, $p=.935$

R^2 Nagelkerke = .351

-2LL = 259.289

Nota: B: coeficiente logístico não padronizado; S.E.: erro padrão; Exp(B): *odds ratio* (OR)*; p*: p-value

[1] Base: género masculino (0)

Por outro lado, as restantes variáveis incluídas no modelo não apresentaram efeitos estatisticamente significativos. Ainda assim, foram mantidas no modelo com base na sua relevância teórica, amplamente reconhecida na literatura, e pelo facto de não comprometerem a qualidade estatística da equação.

4. Regressão logística – fatores de risco por grupo etário

No que concerne aos fatores de risco para a vitimação por *grooming online* relativos a cada grupo etário, recorreu-se a um processo de seleção sequencial de variáveis para a análise de regressão logística binária. Este processo teve como ponto de partida a realização de regressões intermédias organizadas por blocos conceptuais (variáveis sociodemográficas, psicológicas, relativas à utilização da Internet, familiares/contextuais e antecedentes de vitimação). Esta decisão teve como base a necessidade de ajustar o

modelo à menor dimensão amostral de cada subgrupo, minimizando o risco de sobreajuste e garantindo maior robustez estatística e interpretativa. Foram incluídas nos modelos finais apenas as variáveis que, dentro de cada domínio, apresentaram associações estatisticamente significativas com a variável dependente (vitimação por *grooming online*) (anexo VIII - Tabela 16).

Três variáveis emergiram como preditores estatisticamente significativos da vitimação para o grupo 1 (12-15 anos): o score de comportamentos de risco *online* (B=.253, *p*=.010; OR=1.288), a experiência prévia de *(cyber)bullying* (B=1.144, *p*=.041; OR=3.138) e o género (B=2.277, *p*=.003; OR=9.743). Estes resultados indicam, respetivamente, que: (1) cada aumento unitário no score de comportamentos de risco *online* está associado a um aumento de cerca de 28,8% na probabilidade de vitimação; (2) os adolescentes com experiência de *(cyber)bullying* apresentam chances mais de três vezes superiores de serem vítimas de *grooming online*; e (3) o género feminino representa um fator de risco substancial, estando associado a um aumento de quase dez vezes nas chances de vitimação, em comparação com os rapazes.

O modelo apresentou um ajustamento global aceitável (teste de Hosmer e Lemeshow: $\chi^2(8)=15.182$, *p*=.056), explicando aproximadamente 47,7% da variância na vitimação (R^2 de Nagelkerke=.477), com um valor de −2LL de 85.076.

Tabela 11 – Regressão Logística (Fatores de Risco para a Vitimação para o Grupo 1)

	B	S.E.	Exp(B)	*p*
(Cyber)bullying	**1.144**	**.559**	**3.138**	**.041**
Supervisão Parental *Offline*	-.167	.109	.846	.126
Relacionamento Familiar	-.102	.085	.903	.231
Comportamentos de Risco	**.253**	**.097**	**1.288**	**.010**
Género	**2.277**	**.764**	**9.743**	**.003**
Natureza da Escola	.055	.574	1.056	.924
Constante	-2.834	2.190	.059	.196

Teste de Hosmer e Lemeshow: $\chi^2(8)=15.182$ *p*=.056
R^2 Nagelkerke = .477
-2LL = 85.076
Nota: B: coeficiente logístico não padronizado; S.E.: erro padrão; Exp(B): *odds ratio* (OR)*; p*: p-value

No Grupo 2 (adolescentes dos 16 aos 19 anos), foi aplicado o mesmo critério de seleção de preditores, resultando num modelo com as mesmas seis variáveis, o que permite a comparação direta entre os grupos. Este segundo modelo apresentou também um ajustamento global adequado (Hosmer e Lemeshow: $\chi^2(8)=4.966$, *p*=.761), e o processo de estimação decorreu sem instabilidades (−2LL=172.005). No entanto, a sua

capacidade explicativa revelou-se mais modesta (R^2 de Nagelkerke=.216), o que poderá refletir uma maior complexidade ou variabilidade nos fatores que influenciam a vitimação nesta fase da adolescência.

Apenas o *score* de comportamentos de risco *online* manteve um efeito estatisticamente significativo (B=.171, *p*=.002; OR=1.187), sugerindo que este fator constitui um preditor transversalmente relevante, embora com impacto ligeiramente inferior neste grupo etário. A supervisão parental *offline* (B=-.132, OR=.876) aproximou-se do limiar de significância (*p*=.058), podendo indicar uma tendência relevante, ainda que estatisticamente marginal.

Tabela 12 – Regressão Logística (Fatores de Risco para a Vitimação para o Grupo 2)

	B	S.E.	Exp(B)	*p*
(Cyber)bullying	.516	.377	1.675	.171
Supervisão Parental *Offline*	-.132	.070	.876	.058
Relacionamento Familiar	.014	.071	1.014	.844
Comportamentos de Risco	**.171**	**.056**	**1.187**	**.002**
Género	.454	.388	1.574	.243
Natureza da Escola	.231	.535	1.260	.666
Constante	-.794	1.616	.452	.623

Teste de Hosmer e Lemeshow: $\chi^2(8)=4.966$, $p=.761$

R^2 Nagelkerke = .216

-2LL = 172.005

Nota: B: coeficiente logístico não padronizado; S.E.: erro padrão; Exp(B): *odds ratio* (OR)*; p*: p-value

Posteriormente, foi realizada uma comparação estatística entre os coeficientes logísticos da variável comportamentos de risco *online*, o único preditor comum aos dois grupos etários (12–15 e 16–19 anos), com o objetivo de apurar se a força da associação com a vitimação variava significativamente em função da idade. Para tal, recorreu-se ao cálculo do valor de *Z*, segundo a seguinte fórmula:

$$\boldsymbol{Z} = \frac{\boldsymbol{B^1 - B^2}}{\sqrt{\boldsymbol{SE_1^2 + SE_2^2}}} \quad \Leftrightarrow \quad \boldsymbol{Z} = \frac{\mathbf{0.253 - 0.171}}{\sqrt{\mathbf{0.097^2 + 0.056^2}}} \quad \Leftrightarrow \quad Z \approx 0.73$$

Embora tenham sido observadas diferenças na magnitude dos efeitos (com um impacto mais pronunciado no grupo mais jovem), os testes estatísticos de comparação[14] não revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários, dado que o valor de Z calculado ficou abaixo do limiar convencional de 1.96 ($p<.05$).

Ainda assim, esta análise sugere a presença de possíveis tendências desenvolvimentais distintas, que poderão refletir uma maior suscetibilidade

[14] (Clogg et al., 1995; Paternoster et al., 1998)

comportamental e emocional nas fases iniciais da adolescência, embora não suportadas por evidência estatística robusta neste modelo.

5. Modelo de mediação – Impulsividade, comportamentos de risco e vitimação

Tendo em consideração a relação teórica apontada pelo National Academy of Sciences, Engineering, and Medicine (2019) e por Bakhshani (2014), de que os comportamentos de risco se devem a uma maior impulsividade, e tendo em mente, não só a relevância dos comportamentos de risco na explicação da vitimação assinalada pelas regressões anteriores, mas também da impulsividade sobre a vitimação indicada pela literatura (Schoeps et al., 2020), testou-se a hipótese de que os comportamentos de risco mediam a relação entre a impulsividade e a vitimação por *grooming online* (Model 4 do PROCESS; Hayes, 2022).

Tabela 13 – Efeito de Mediação (Impulsividade → Risco → Vitimação)

	B	**SE B**	**LLCI**	**ULCI**	**z**	***p***
Efeito Direto na Vitimação						
Impulsividade	0.0340	0.0307	-0.0261	0.0941	1.1078	.268
Comportamentos de risco	0.2052	0.0453	0.1163	0.2941	4.5261	< .001
Constante	-1.3271	0.4636	-2.2358	-0.4184	-2.8624	.004
Efeito Direto nos Comportamentos de Risco						
Impulsividade	.2817	.0541	.1752	.3883	5.2099	<.001
Constante	-.1728	.8548	-1.856	1.5111	-.2022	.840
Parâmetros do modelo						
-2LL	296.3472					
McFadden R^2	0.1091					
p	<.001					

Efeito indireto (mediação)	**B**	**BootSE**	**BootLLCI**	**BootULCI**
Impulsividade → Risco → Vitimação	0.0578	0.0195	0.0274	0.1031

Os resultados demonstraram que a impulsividade tem um efeito direto significativo sobre os comportamentos de risco *online* (B=.2817, SE=0.0541, p<.001), indicando que adolescentes mais impulsivos tendem a adotar, com maior frequência, comportamentos de risco *online*.

Por sua vez, os comportamentos de risco *online* mostraram-se positivamente associados à vitimação por *grooming online* (B=0.2052, SE=0.0453, p<.001). Este efeito sugere que, à medida que os adolescentes aumentam os seus comportamentos de risco no ambiente digital, também aumentam as suas probabilidades de se tornarem vítimas deste tipo de crime. Já o efeito direto da impulsividade sobre a vitimação não foi

estatisticamente significativo (B=0.0340, SE=0.0307, *p*=.268), o que indica que a impulsividade, por si só, não prediz diretamente a vitimação quando os comportamentos de risco são controlados.

Importa destacar, contudo, que o efeito indireto da impulsividade sobre a vitimação, mediado pelos comportamentos de risco *online*, foi estatisticamente significativo (B=0.0578, BootSE=0.0195, IC 95% [0.0274, 0.1031]). Assim, confirma-se a existência de um efeito mediador, o que indica que os adolescentes mais impulsivos estão mais vulneráveis à vitimação por *grooming online* porque se envolvem em comportamentos digitais de risco.

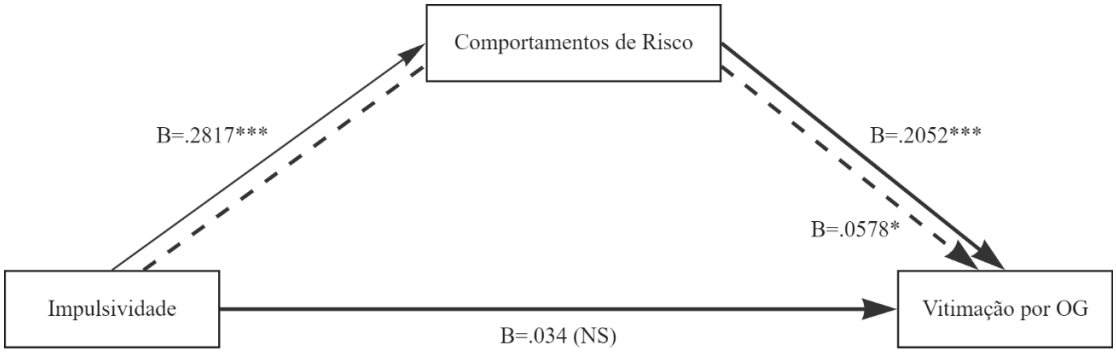


Figura 1 - Esquema do Efeito de Mediação (Impulsividade, Comportamentos de Risco e Vitimação

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral identificar os principais fatores de risco para a vitimação por *grooming online* numa amostra de adolescentes. Adicionalmente, procurou-se analisar, não só a prevalência de vitimaçãonas diferentes fases do desenvolvimento adolescente, mas também a relação entre características individuais (eg., impulsividade, autoestima), o impacto das práticas de uso da Internet, e o possível efeito moderador da supervisão parental nas diferentes faixas etárias.

Este capítulo discute os principais resultados obtidos à luz da evidência empírica, refletindo igualmente sobre as principais implicações teóricas e práticas dos mesmos. Tendo em consideração os objetivos e hipóteses que regeram o estudo, a discussão será dividida em duas partes: fatores de risco e análise da vitimação geral e fatores de risco e análise bipartida por grupo desenvolvimental.

1. Perfil Comparativo de Vítimas e Não Vítimas – Fatores de Risco para a Vitimação

Com o intuito de identificar diferenças significativas entre adolescentes com e sem experiência de vitimação por *online grooming*, a amostra foi dividida em dois grupos com

base na ocorrência autorreportada deste fenómeno. A prevalência de vitimação foi de 49.2%, valor expressivo que justifica a pertinência da análise comparativa entre grupos no âmbito das variáveis em estudo.

Num primeiro momento, com para aferir diferenças entre adolescentes vitimizados e não vitimizados, procederam-se a testes de comparação de médias relativos às principais variáveis em estudo. No que respeita às características sociodemográficas, emergiram diferenças estatisticamente significativas que acompanham, em grande medida, as tendências identificadas na literatura internacional.

Especificamente, observou-se que os adolescentes vitimizados apresentavam uma média de idades significativamente superior. Este resultado parece refletir uma maior exposição ao risco de vitimação nas fases mais avançadas da adolescência, coincidindo com um período de maior autonomia digital e redução da supervisão parental (Davidson & Martellozzo, 2016). Assim, esta tendência vai de encontro ao que é apontado por Greene-Colozzi et al. (2020) e Reneses et al. (2024).

Relativamente ao género, a análise revelou uma diferença marginalmente significativa (p=.061), sendo que 67.8% dos adolescentes vitimizados se identificavam como do género feminino. Esta tendência foi confirmada pela regressão logística, onde o género feminino surgiu como um preditor estatisticamente significativo, indicando uma chance de vitimação 148.6% superior face ao género masculino. Estes resultados oferecem suporte empírico à H_1 (*O género feminino estará associado a um maior risco de vitimação por online grooming*), sustentando a ideia de que o género constitui um fator diferenciador na probabilidade de exposição ao *grooming online*, largamente relatado na literatura (Reneses et al., 2024; Whittle et al., 2013a; Greene-Colozzi et al., 2020; Wolak & Finkelhor, 2013). Esta conclusão pode ser explicada pelo facto de, geralmente, as raparigas apresentarem menor autoestima e papéis de género passivos tradicionalmente atribuídos (Reneses et al., 2024). Além disso, esta probabilidade acrescida de vitimação pode relacionar-se com a hipersexualização feminina *online* ou com padrões de socialização que favorecem a exposição e procura de validação nas redes sociais (Llovet Rodríguez et al., 2022)

No que diz respeito à nacionalidade, identificou-se uma diferença significativa, com uma maior proporção de adolescentes estrangeiros a integrar o grupo vitimado do que o grupo que não experienciou vitimação. Embora este dado requeira uma análise mais aprofundada, é plausível indagar que fatores como a integração social, a barreira

linguística ou a ausência de redes de apoio possam contribuir para uma maior vulnerabilidade *online*, embora tais fatores não tenham sido explorados no estudo.

A natureza da escola frequentada revelou igualmente uma diferença significativa, com uma proporção substancialmente superior de vítimas a frequentar escolas privadas (76.27%) em comparação com os não vitimizados (56.56%). Neste estudo, a frequência de escolas privadas foi considerada um indicador objetivo aproximado do contexto socioeconómico, assumindo-se que a sua frequência implica, tendencialmente, maior investimento financeiro por parte das famílias. Contudo, e em contrapartida a estes dados, os dados relativos à perceção subjetiva do estatuto socioeconómico revelaram que os adolescentes vitimizados se percecionavam com maior frequência como estando em situações piores ou muito piores do que os seus pares. Esta discrepância entre um indicador possivelmente objetivo de estatuto socioeconómico e o indicador subjetivo poderá remeter para dinâmicas nas quais o sentimento de desvantagem resulta não da condição material em si, mas da comparação social com o grupo de pares. Este sentimento de inferioridade, mesmo em contextos considerados favorecidos, poderá amplificar a vulnerabilidade psicossocial e, consequentemente, aumentar a exposição a situações de risco *online* (Whittle et al., 2013).

No que toca à escolaridade parental, tanto materna como paterna, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos. Este resultado contraria, em parte, algumas evidências anteriores que associam baixos níveis de escolaridade dos cuidadores a um maior risco de vitimação (Villacampa & Gómez, 2016). Duas possíveis explicações para este resultado são complexidade desta variável ou à presença de fatores moderadores não contemplados na presente análise.

Relativamente às características de utilização da internet, apenas o tempo médio de utilização ao fim de semana se revelou significativamente diferente entre grupos, com as vítimas a apresentarem médias ligeiramente superiores face aos adolescentes não vitimizados. Ainda que a diferença seja modesta, parece acompanhar a tendência identificada noutros estudos, que associam um maior tempo de permanência *online* a uma probabilidade acrescida de exposição a contactos de risco (Baumgartner et al., 2010; Whittle et al., 2014; Tintori et al., 2023).

Para além destas variáveis, observou-se que os adolescentes vitimados apresentaram, de forma sistemática, valores médios mais elevados nos comportamentos de risco online, na impulsividade e na emocionalidade negativa, assim como valores mais baixos na autoestima, no relacionamento familiar e na supervisão parental, sobretudo no

domínio *offline*. A diferença mais expressiva verificou-se ao nível dos comportamentos de risco *online*, dimensão que continua a assumir um papel central na explicação da vulnerabilidade a situações de *online grooming* através da internet. No âmbito da regressão logística realizada, os comportamentos de risco *online* apresentam-se como um valioso preditor da vitimação, dado que a chance de um adolescente ser vitimado aumenta cerca de 20% por cada incremento unitário no *score* dos comportamentos de risco. mesmo após controlo pelas restantes variáveis no modelo.

Relativamente às hipóteses H_2 (*Uma menor autoestima, maior impulsividade e maior emocionalidade negativa estarão associadas a uma maior probabilidade de vitimação por online grooming*) e H_3 (*Uma fraca supervisão parental estará associada a níveis mais elevados de vitimação por online grooming*), os resultados obtidos permitem afirmar que estas se encontram parcialmente suportadas. No plano descritivo, tanto os indicadores psicológicos (autoestima, impulsividade e emocionalidade negativa) como as dimensões associadas à supervisão parental revelaram diferenças significativas entre vítimas e não vítimas, sugerindo padrões consistentes com a literatura sobre vulnerabilidade psicológica e falhas na proteção relacional (Pasca et al., 2022; Jonsson et al., 2022; Gámez-Guadix et al., 2023; Whittle et al., 2013; 2014) que indicam que as vítimas, em média, são mais impulsivas, apresentam uma menor autoestima, e níveis superiores de emocionalidade negativa, além de uma menor supervisão parental. No entanto, nenhuma destas variáveis se manteve estatisticamente significativa na regressão logística, o que implica que, quando analisadas em simultâneo com os restantes fatores, perdem poder explicativo independente sobre a probabilidade de vitimação.

No entanto, a H_4 (*a adoção de comportamentos digitais de risco estará associada a uma maior probabilidade de vitimação por online grooming*) foi confirmada. Os comportamentos de risco *online*, para além de apresentarem diferenças expressivas entre os grupos, emergiram como um dos preditores mais robustos da vitimação no modelo de regressão. Este resultado evidencia que a exposição ativa a contextos digitais potencialmente perigosos constitui um fator determinante no processo de vitimação, independentemente de outras características individuais ou relacionais. O seu efeito direto e significativo, mesmo após controlo pelas restantes variáveis, sublinha a centralidade desta dimensão na explicação do *online grooming*, indo de encontro aos padrões ressaltados por (Baumgartner et al., 2010; Whittle et al., 2014; Saridakis et al., 2016). Este efeito pode ser explicado à luz da Teoria das Atividades de Rotina (Cohen & Felson, 1979). Na Internet, o contacto entre a vítima e o ofensor depende da disponibilidade de

ambos, sendo que a exposição e os comportamentos de risco *online* aumentam a vulnerabilidade. Os ofensores aproveitam as informações partilhadas pelos menores, como gostos, fotografias ou problemas pessoais, para adaptar estratégias de manipulação e facilitar o contacto (Reneses et al., 2024).

Por sua vez, no que concerne à vitimação prévia por, constatou-se uma diferença significativa entre proporções, com um número consideravelmente superior de vítimas a relatarem terem sofrido *(cyber)bullying* no ano anterior, comparativamente aos adolescentes não vitimizados. Ademais, os testes de regressão logística indicaram que a vitimação por *(cyber)bullying* prediz significativamente a vitimação por *grooming online*, sendo que os adolescentes *bullied* apresentaram chances 121% superiores de serem vítimas de *grooming online*. Estes resultados permitem, assim, confirmar a hipótese H_5 (*a experiência prévia de (cyber)bullying estará associada a uma maior suscetibilidade à vitimação por online grooming*), sustentando a ideia de que a experiência prévia de vitimação interpessoal pode aumentar o risco relevante para o *grooming online* e corroborando as conclusões de Machimbarrena et al. (2018) e Shannon (2008). A associação significativa entre o *(cyber)bullying* e o *online grooming* poderá refletir um padrão de vitimação acumulada, no qual a exposição prévia a contextos de agressão ou exclusão aumenta a vulnerabilidade emocional e relacional dos adolescentes, possivelmente tornando-os mais suscetíveis a abordagens manipuladoras ou coercivas em ambientes digitais. Ademais, o histórico de vitimação poderá comprometer a perceção de risco e favorecer a aceitação acrítica de novas relações, particularmente quando estas aparentam ser uma fonte de proteção ou reconhecimento (Macaulay et al., 2020).

Assim, e de forma concisa, embora um conjunto alargado de variáveis tenha revelado diferenças estatisticamente significativas entre adolescentes vitimizados e não vitimizados, os resultados do modelo de regressão logística evidenciam que apenas três preditores mantêm poder explicativo independente quando consideradas simultaneamente com as restantes variáveis em análise: o género feminino, os comportamentos de risco *online* e a experiência prévia de *(cyber)bullying*. Este padrão de resultados sugere que, apesar da relevância descritiva de outras dimensões, como a autoestima, a impulsividade, a emocionalidade negativa ou a supervisão parental, estas variáveis poderão exercer influência de forma indireta, mediada ou dependente de outras condições contextuais. Esta interpretação é, aliás, reforçada pelos resultados do modelo de mediação testado, segundo o qual a impulsividade exerce um efeito indireto sobre a vitimação por meio do aumento do envolvimento em comportamentos digitais de risco

(p<.001), estas estes últimos, por sua vez, diretamente associados à vitimação (p<.001). Esta evidência vai de encontro aos padrões apontados pelo National Academy of Sciences, Engineering, and Medicine (2019) e por Bakhshani (2014).

A configuração final do modelo reforça, assim, a importância de uma abordagem ecológica e multidimensional na compreensão da vitimação online, que reconheça a articulação entre fatores individuais, experiências interpessoais acumuladas e práticas digitais quotidianas. Adicionalmente, destaca-se a necessidade de considerar o género não apenas como uma variável demográfica, mas enquanto categoria social estruturante da experiência adolescente no espaço digital, nomeadamente na exposição a formas de violência sexualizada e na distribuição assimétrica de risco (Reneses et al., 2024; Whittle et al., 2013a; Greene-Colozzi et al., 2020; Wolak & Finkelhor, 2013), embora não se deva negligenciar a possibilidade de ocorrência de *underreporting* por parte do género masculino, tal como indicado por Davidson & Martellozzo (2008).

2. Fatores de Risco sob uma perspetiva desenvolvimental

Com o intuito de aprofundar a compreensão das dinâmicas desenvolvimentais associadas à vitimação por *online grooming*, procedeu-se à análise comparativa entre dois grupos etários distintos: adolescentes na fase inicial da adolescência (12–15 anos) e na fase final da adolescência (16–19 anos), tendo esta divisão sido realizada com base na literatura (Salmela-Aro, 2011) e na relevância de captar diferenças desenvolvimentais significativas entre fases distintas da adolescência. Optou-se por uma divisão bipartida, em vez da tripartida tradicional, de forma a garantir um número equilibrado de participantes por grupo e evitar a perda de poder estatístico em análises multivariadas, como a regressão logística (Burke et al., 2015). Esta divisão permitiu explorar possíveis variações na prevalência do fenómeno e nos fatores de risco associados, em articulação com a maturação biopsicossocial característica de cada etapa.

A vitimação por *online grooming* revelou-se significativamente mais prevalente entre os adolescentes mais velhos, o que corrobora H_6 (*a prevalência de vitimação por online grooming será mais elevada na fase final da adolescência, em comparação com a fase inicial da adolescência*). Isto pode dever-se com o maior uso da Internet e diversidade de acessos (Livingstone et al., 2011) ou pela procura de relações sociais mais amplas, pela exploração da sexualidade e pela procura de atenção e validação características desta fase, que podem aumentar a vulnerabilidade destes jovens (Quayle et al., 2012). Este grupo reportou igualmente um maior número de solicitações de cariz

sexual e interações com adultos através da Internet. Paralelamente, emergiram diferenças significativas ao nível das médias das variáveis psicossociais e comportamentais entre grupos, refletindo transformações relevantes no uso da internet, nas práticas parentais e nos indicadores emocionais e relacionais ao longo do desenvolvimento. Tais resultados justificam a pertinência de uma análise diferenciada por grupo etário, à luz da Criminologia e da Vitimologia Desenvolvimentais.

No grupo etário mais jovem (12–15 anos) observou-se que os adolescentes vitimados reportavam níveis significativamente mais elevados de impulsividade, comportamentos de risco online e emocionalidade negativa, assim como valores mais baixos de autoestima, relacionamento familiar positivo e supervisão parental, com diferenças particularmente expressivas na supervisão *offline*. Esta tendência indica que, mesmo numa fase precoce do desenvolvimento são observáveis características psicológicas e sociais que aumentam o risco a experiências negativas, como a vitimação.

Ademais, os resultados da regressão logística demonstram que a vitimação prévia por *(cyber)bullying* emergiu como o preditor mais robusto no mesmo grupo etário, sugerindo que experiências de vitimação interpessoal prévias funcionam como possíveis marcadores iniciais de vulnerabilidade.

Importa referir que o modelo inicial, organizado por blocos temáticos e que foi utilizado como estratégia exploratória para a seleção das variáveis a incluir nos modelos de regressão aplicados aos diferentes grupos desenvolvimentais permitiu identificar, em cada domínio teórico, os preditores com maior significância estatística e relevância conceptual. Nesse modelo por blocos, destacaram-se outras variáveis, além das sinalizadas no modelo final, significativamente associadas à vitimação no grupo 1 (12-15 anos), como o género, o relacionamento familiar e, de uma forma marginal, a autoestima.

Ou seja, entre os adolescentes mais novos, ser do género feminino esteve associado a chances mais de quatro vezes superior de vitimação, reforçando a literatura que aponta o género como um fator de vulnerabilidade particular neste tipo de crime. A maior escolaridade parental, por sua vez, apresentou uma associação inesperada com o aumento do risco, o que contraria conclusões prévias da literatura internacional (eg., Villacampa & Gómez, 2016), que constatavam uma relação em sentido negativo entre as variáveis, ou seja, esperava-se que, quanto menor a escolaridade parental, maior o risco de vitimação. Em contraste, relações familiares mais positivas mostraram-se protetoras, estando associadas a uma redução significativa da probabilidade de vitimação, ao passo

que níveis mais elevados de autoestima tenderam também a exercer um efeito protetor, ainda que este se tenha revelado estatisticamente marginal.

Estes dados vão de encontro às características típicas da fase inicial da adolescência, marcada por uma progressiva busca de autonomia (Salmela-Aro, 2011), mas ainda fortemente dependente do apoio familiar e da regulação externa (Pfeifer et al., 2011). Nesta etapa, as relações familiares continuam a exercer um papel central na estruturação emocional e comportamental dos jovens, enquanto se iniciam processos de construção identitária e exposição crescente ao meio digital (Salmela-Aro, 2011; Valkenburg et al., 2021). Neste contexto, estes dados são confirmados à luz da Teoria da Taxonomia Dual de Moffitt (1993), que afirma que várias das características mencionadas, nomeadamente o apoio familiar, a supervisão e as relações emocionais têm um impacto na regulação comportamental dos jovens. Esta abordagens sublinha a forma como a transição da influência parental para a influência dos pares, marcada pela procura progressiva de autonomia, pode favorecer comportamentos de risco, que, por sua vez, estão diretamente relacionados à vitimação por *grooming online*. A autoestima encontra-se ainda em desenvolvimento e tende a ser mais vulnerável a influências externas, o que pode explicar a sua associação com o risco de vitimação (Valkenburg et al., 2021). Além disso, é nesta fase que se intensificam as assimetrias de género na socialização e no uso das tecnologias, podendo levar à maior vulnerabilidade observada entre as raparigas.

Ainda, a identificação do *(cyber)bullying* como um dos preditores da vitimação por *online grooming* no grupo dos 12–15 anos pode ser interpretada à luz da Taxonomia Dual de Moffitt (1993). Esta teoria propõe que alguns jovens seguem trajetórias de persistência ao longo do curso de vida, caracterizadas por padrões estáveis de comportamento desajustado desde a infância. Aplicando esta lógica à vitimação, é plausível considerar que a experiência de *(cyber)bullying* poderá funcionar como um marcador precoce de trajetórias de vitimação continuada, sinalizando uma vulnerabilidade acrescida a múltiplos episódios de exposição ao risco e à vitimação ao longo do desenvolvimento.

Por seu turno, no grupo dos adolescentes mais velhos (16–19 anos), o perfil de risco associado à vitimação por *online grooming* assumiu contornos distintos face ao identificado na fase inicial da adolescência. As comparações desenvolvimentais entre grupos revelaram que os adolescentes mais velhos apresentavam médias significativamente superiores nos comportamentos digitais de risco, e inferiores na supervisão parental, sobretudo na sua vertente *online*. Estas diferenças refletem alterações

relevantes nas práticas digitais ao longo da adolescência, sendo consistentes com os pressupostos da Criminologia e da Vitimologia Desenvolvimentais, que sublinham o aumento da agência individual e a diminuição progressiva da supervisão parental como características marcantes da transição para a adultez emergente (Turanovic, 2016).

No entanto, no modelo de regressão logística final aplicado a este grupo, apenas os comportamentos de risco *online* emergiram como preditores estatisticamente significativos da vitimação por *online grooming,* mantendo o seu efeito robusto mesmo após o controlo pelas restantes variáveis. Este resultado confirma a centralidade desta dimensão na explicação da vitimação *online*, oferecendo suporte empírico a H_{10} *(Os comportamentos digitais de risco terão um impacto mais acentuado na vitimação por online grooming durante a fase final da adolescência)*, ainda que de forma parcial. Apesar da expectativa de um impacto mais acentuado na adolescência tardia, a comparação estatística entre os coeficientes dos dois grupos não revelou diferenças significativas, o que sugere que os comportamentos de risco *online* constituem um fator transversal ao desenvolvimento, mantendo a sua relevância ao longo de diferentes fases da adolescência.

Por contraste, variáveis que haviam evidenciado significância no modelo exploratório por blocos, como a emocionalidade negativa e a supervisão parental *offline*, perderam poder explicativo no modelo final, sendo que esta última manteve apenas um efeito marginal, não perdendo, no entanto, a sua importância. A impulsividade, o género, a autoestima, o relacionamento familiar, a natureza da escola e a experiência prévia de *(cyber)bullying* não se revelaram estatisticamente significativos em nenhum momento da análise deste grupo. Estes resultados contrariam H_7 (*a impulsividade e a emocionalidade negativa estarão mais fortemente associadas à vitimação por online grooming na fase final da adolescência, em comparação com a fase inicial da adolescência*), e H_8 (*a associação entre baixos níveis de autoestima e vitimação por online grooming será mais pronunciada na fase inicial da adolescência*), ainda que esta variável tenha apresentado um efeito marginal no modelo exploratório do grupo 1. Estes dados vão em sentido oposto ao que é relatado pela literatura, mais precisamente por Grisanzio et al. (2025) e pelo National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine (2019), que apontam para um aumento de impulsividade e da emocionalidade negativa ao longo da adolescência. Também Harter (2012) é contrariado, na medida em que este defende que a adolescentes mais jovens seriam influenciados por uma autoestima mais baixa. No entanto, as conclusões retiradas em relação a H_7 corroboram as conclusões de Bailen et al. (2019), de que os adolescentes mais velhos apresentam uma maior estabilidade emocional.

Já a hipótese H_9 (*o efeito protetor da supervisão parental será mais significativo na fase inicial da adolescência, em comparação com a fase final da adolescência*) não encontra suporte empírico nos resultados obtidos. No modelo final de regressão logística, a supervisão parental não se revelou estatisticamente significativa no grupo mais novo (12–15 anos), tendo apenas apresentado um efeito marginal no grupo mais velho (16–19 anos), como supramencionado. Esta configuração contraria a previsão inicial sustentada pela literatura, segundo a qual a fase inicial da adolescência constitui uma fase de maior dependência dos cuidadores e de menor autorregulação, na qual a presença de figuras parentais atentas e envolvidas assume importância para a prevenção de comportamentos de risco e vitimação (Pfeifer et al., 2011; Salmela-Aro, 2011; Valkenburg et al., 2021).

De facto, na *early adolescence*, a supervisão parental tem sido descrita como um fator protetor crítico, numa fase marcada pela instabilidade emocional, pela emergência das competências cognitivas e pela elevada influência dos pares, sobretudo no ambiente digital (Harter, 2012; Pfeifer & Allen, 2021). A ausência de efeito significativo neste grupo poderá refletir limitações no tipo ou qualidade da supervisão exercida, mas não pode ser inferida com base nos dados disponíveis.

Por sua vez, o efeito marginalmente significativo da supervisão parental na *late adolescence* surge como um resultado inesperado, que não encontra explicação direta na literatura mobilizada. Com base na fundamentação teórica apresentada, seria expectável que, nesta fase de maior autonomia emocional e cognitiva, a influência parental diminuísse, e que os fatores individuais ou relacionais apresentassem maior peso na explicação da vitimação. Esta divergência entre os dados e as previsões teóricas requer aprofundamento em investigações futuras, nomeadamente sobre a forma como os adolescentes mais velhos percecionam e respondem à supervisão, e se diferentes estilos de supervisão podem ter efeitos distintos ao longo do desenvolvimento.

Adicionalmente, a ausência de efeitos significativos de variáveis como o género, a natureza da escola ou o relacionamento familiar poderá refletir a diminuição da centralidade dos contextos familiares e institucionais na estruturação da vulnerabilidade *online* durante a adolescência tardia. O facto de o género não se ter afirmado como um fator diferenciador neste grupo poderá indicar uma maior homogeneização das formas de exposição ao risco entre rapazes e raparigas mais velhos, em contraste com as assimetrias observadas no grupo mais novo.

Assim, o modelo final do grupo dos 16–19 anos evidencia uma concentração do risco em torno dos comportamentos digitais de risco, enquanto os fatores emocionais e

contextuais perdem relevância quando controlados estatisticamente. Este padrão é coerente com as características da *late adolescence*, marcada por maior autonomia e autorregulação, mas também por decisões digitais mais independentes e, por vezes, desprotegidas (Salmela-Aro, 2011; Pfeifer & Allen, 2021). Os resultados alinham-se com os estudos da Vitimologia Desenvolvimental, ao sugerirem que, nesta fase, o risco de vitimação depende sobretudo das práticas individuais, exigindo estratégias de prevenção focadas na literacia digital e na autorreflexão crítica sobre os comportamentos online (Finkelhor, 2008; Steinberg & Morris, 2001).

3. Implicações Teóricas

O presente estudo representa uma contribuição inovadora para a compreensão da vitimação por *online grooming* em jovens em contexto português, sendo, até agora, um dos primeiros a investigar de maneira sistemática os fatores de risco ligados a este fenómeno, fundamentando-se em instrumentos validados e numa perspetiva desenvolvimental. Este carácter inovador destaca a sua relevância teórica, pois possibilita uma abordagem empírica a construtos ainda pouco explorados no contexto nacional, como os mecanismos de vitimação *online*, de vulnerabilidade acumulada ou a influência das práticas digitais quotidianas na exposição ao risco.

A confirmação do papel central dos comportamentos de risco *online* como preditores da vitimação por *online grooming* está em consonância com os pressupostos da Vitimologia e da Criminologia Desenvolvimentais, que sublinham que, com o avanço da idade, o risco de vitimação passa a depender crescentemente das escolhas e exposições individuais dos jovens. À medida que a autonomia e a autorregulação se consolidam, torna-se mais relevante o modo como os adolescentes interagem com os contextos digitais e os riscos que assumem (Finkelhor, 2008; Turanovic, 2016). Simultaneamente, a identificação do *(cyber)bullying* e do género feminino como fatores de risco relevantes ressalta a importância dos padrões de vitimação cumulativa e das desigualdades estruturais, corroborando o valor de abordagens interseccionais e ecológicas para entender a exposição ao *online grooming*.

A análise comparativa entre faixas etárias, por sua vez, fornece evidências empíricas da conceção dos fatores de risco como não sendo fixos, mas sim dinâmicos, ao se reconfigurarem conforme o progresso do desenvolvimento biopsicossocial. As diferenças assinaladas nos fatores de risco entre as fases da adolescência destacam a relevância de modelos teóricos que considerem a dimensão temporal, como os elaborados

por Steinberg e Morris (2001) e Turanovic (2016), além de evidenciar a necessidade de estratégias distintas conforme a etapa do desenvolvimento.

4. Implicações Práticas

Sob uma lente prática, os resultados deste estudo fornecem contribuições significativas para a criação de estratégias de prevenção da vitimação na internet. A identificação de um grupo limitado de preditores diretos, como comportamentos de risco *online*, género feminino e experiências anteriores de *(cyber)bullying*, indica que as intervenções mais eficientes devem concentrar-se na capacitação dos adolescentes para uma navegação digital segura, crítica e consciente, com ênfase na gestão de riscos interpessoais. A promoção da literacia digital e da conscientização sobre riscos, assim como a alerta para as dinâmicas manipuladoras ligadas ao *online grooming*, devem ser elementos centrais em programas educativos, especialmente pela inclusão desses temas nos currículos escolares.

A sinalização da importância do *(cyber)bullying* indica também a urgência de sistemas de alerta antecipado e intervenções psicossociais para jovens com histórico de vitimização interpessoal, evitando assim caminhos de vulnerabilidade acumulada. Nesse contexto, é essencial assegurar respostas interdisciplinares no ambiente escolar e comunitário, que integrem os serviços de educação, saúde mental e proteção infantil. Ademais, a intervenção preventiva sobre este fenómeno poderá, de forma indireta, comportar-se como um fator protetor para a vitimação por *online grooming*. Neste sentido, é de ressaltar a existência de dois programas de prevenção implementados pelo Ministério da Educação em Portugal: O programa "Escola Sem Bullying. Escola Sem Violência"[15], implementado desde o ano letivo de 2019/2020, parte de um diagnóstico local e propõe estratégias de sensibilização, identificação de sinais de risco e promoção de práticas preventivas junto de toda a comunidade educativa; e o projeto "ENABLE"[16] (*European Network Against Bullying in Learning and Leisure Environments*), promovido entre jovens dos 11 aos 14 anos. Este último integra dez aulas de Aprendizagem Social e Emocional (SEL) e um sistema de apoio interpares, formando alunos, professores e encarregados de educação para reconhecerem, prevenirem e lidarem com situações de *bullying*. Para além de sensibilizar a comunidade educativa, o ENABLE desenvolve competências emocionais e sociais nos jovens, fomentando uma cultura escolar de

[15] https://www.sembullyingsemviolencia.edu.gov.pt/
[16] https://www.seguranet.pt/sites/default/files/media/documents/Manual%20Enable.pdf

respeito, inclusão e apoio mútuo.

Assim, na esfera desenvolvimental, os resultados destacam a relevância de ajustar as estratégias de prevenção à faixa etária dos adolescentes. Na fase inicial da adolescência, a supervisão dos pais, o suporte familiar e o fortalecimento da autoimagem emergem como aspetos essenciais, ainda que a sua influência direta não tenha sido mantida nos modelos finais. Essa tendência indica que a intervenção antecipada com cuidadores, focada em abordagens de parentalidade positiva e diálogo transparente sobre o uso digital, poderá trazer efeitos protetores significativos. Na fase final da adolescência, o ênfase deve estar na promoção da autorregulação, do pensamento crítico e da responsabilização pelas decisões digitais, considerando o aumento da autonomia e a redução da supervisão dos pais.

5. Limitações e implicações para futuras investigações

Não descuidando o carácter inovador deste estudo, este não é isento de limitações, que devem ser reconhecidas e discutidas de modo a serem ultrapassadas futuramente.

Primeiramente, este estudo restringiu-se a uma amostra não probabilística por conveniência, de jovens em contexto escolar com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos, estando circunscrita à zona geográfica correspondente à Área Metropolitana do Porto. Esta estratégia poderá limitar o potencial de generalização de resultados (Carmo & Ferreira, 1998). Apesar de satisfatória, é aconselhável que investigações futuras optem por amostras probabilísticas que não sejam restringidas por zonas geográficas e abarquem zonas distintas de Portugal. O emprego de estratégias probabilísticas que permitam a aproximação a resultados generalizáveis beneficiaria essas investigações. Ainda neste âmbito, estudos com dimensões amostrais superiores teriam uma maior capacidade de generalização dos resultados (Stockemer, 2019), bem como maior robustez estatística na análise de subgrupos e interações entre variáveis, permitindo aprofundar o papel de fatores que neste estudo se revelaram marginais ou não significativos.

Adicionalmente, a medição dos construtos por meio do autorrelato, embora eficaz para captar as variáveis pretendidas, pode estar vulnerável a distorções de memória, como o *telescoping*, ou subnotificação, principalmente em contextos com forte carga emocional ou que são socialmente estigmatizados. A possível sub-representação da vitimação masculina representa uma preocupação acrescida, dadas as dificuldades de divulgação previamente reconhecidas na literatura (Davidson & Martellozzo, 2008). Ainda, a própria natureza manipulativa do fenómeno do *online* grooming, poderá ter resultado na não

identificação de determinadas experiências como constituindo este crime e, como tal, ter sido subreportado. Assim, questões como a desejabilidade social poderão ter influenciado os resultados e devem ser tidos em consideração futuramente. Deve igualmente ser estudada a sensibilidade ao ponto de corte do *Multidimensional Online Grooming Questionnaire* (Gámez-Guadix et al., 2021), de modo a avaliar a estabilidade dos resultados obtidos. Além disso, recomenda-se que futuras investigações considerem o critério etário adotado neste estudo, que incluiu participantes até aos 19 anos de idade. Esta decisão alinha-se com a definição de adolescência proposta pela Organização Mundial da Saúde, que compreende o intervalo entre os 10 e os 19 anos, e teve por objetivo garantir a representatividade de toda a faixa etária adolescente. Importa, ainda, salientar que os participantes mais velhos se encontravam inseridos em contextos escolares idênticos aos dos seus pares mais novos, partilhando experiências educativas e digitais semelhantes, o que reforça a coerência da amostra utilizada.

Por sua vez, a natureza correlacional e transversal do estudo impede a exploração de relações causais entre os fatores examinados e a vitimação, resultando em evidências limitadas relativamente à identificação de associações estatísticas. Investigações futuras com um *design* longitudinal poderão esclarecer a alteração das variáveis nas diferentes fases desenvolvimentais com um maior rigor.

Finalmente, a natureza exploratória da análise por faixa etária, apesar de ter fundamento teórico, pode ter atenuado diferenças subtis dentro de cada grupo. Seria vantajoso, em futuras investigações, avaliar modelos com subdivisões mais detalhadas, por exemplo, através de uma divisão tripartida, conforme a sugerida por Salmela-Aro (2011), e investigar o impacto de variáveis moderadoras como estilos de parentalidade, modalidades de uso da internet ou o suporte social percebido.

Os resultados alcançados ainda assim marcam um progresso importante no mapeamento dos fatores de risco relacionados à vitimação por *online grooming* em Portugal, servindo como uma base robusta para investigações futuras, iniciativas de prevenção e políticas públicas focadas na segurança digital dos jovens.

6. Considerações finais

No âmbito deste estudo, os resultados obtidos permitem aprofundar a compreensão científica sobre os fatores de risco associados à vitimação por *online grooming* durante a adolescência, evidenciando a importância de uma abordagem integrativa que articule variáveis individuais, relacionais, contextuais e comportamentais.

Neste quadro, destaca-se o papel preditivo dos comportamentos digitais de risco, do género feminino e da experiência prévia de *(cyber)bullying*, confirmando tendências já identificadas na literatura, e reforçando a centralidade destes fatores no delineamento de perfis de vulnerabilidade.

Adicionalmente, a análise por grupos etários permitiu identificar configurações desenvolvimentais distintas no processo de vitimação. Entre os adolescentes mais novos, a vulnerabilidade revelou-se mais associada a fatores emocionais, familiares e contextuais, ao passo que, nos adolescentes mais velhos, a preponderância dos comportamentos de risco *online* indicia uma maior autonomização da exposição ao perigo, compatível com o aumento progressivo da autorregulação e da agência individual característicos da *late adolescence*. Esta reconfiguração do risco em função da maturação biopsicossocial está em consonância com os pressupostos teóricos da Vitimologia e da Criminologia Desenvolvimentais, ao sublinhar que a vitimação não constitui um fenómeno estático, mas antes um processo dinâmico, influenciado pelas transições normativas e pelas mudanças nos contextos de vida dos indivíduos.

As evidências obtidas assumem, assim, uma relevância acrescida para a definição de estratégias de prevenção e intervenção diferenciadas, ajustadas ao estádio desenvolvimental dos adolescentes. Reforça-se, nomeadamente, a pertinência de intervenções precoces dirigidas a jovens com trajetórias de vitimação acumulada e a necessidade de promover competências de autorregulação e literacia digital nos adolescentes em fases mais avançadas do desenvolvimento. Para além disso, o presente estudo fornece um contributo teórico e empírico relevante para a consolidação do conhecimento científico na área da vitimação online, ao alicerçar os resultados obtidos em modelos explicativos e ao evidenciar a necessidade de integrar múltiplas dimensões da experiência adolescente na análise da exposição a riscos digitais.

BIBLIOGRAFIA

Abrantes, A. C. S. (2016). *O problema do aliciamento de menores através da internet para fins sexuais* [Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade Católica Portuguesa do Porto]. https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/2194/1/Alexandra%20Catarina%20Sil

Açar, K. V. (2016). *Sexual Extortion Of Children In Cyberspace*. https://doi.org/10.5281/ZENODO.163398

Almeida, T.C. & Pereira, A. (in press). Prevalence of Grooming and Sexting among Portuguese Youth: Adaptation of the Questionnaire for Online Sexual Solicitation and Interactions with Adults and Sexting Questionnaire.

Almeida, L. S., & Freire, T. (2017). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5ª). Psiquilíbrios.

Álvarez-García, D., Núñez Pérez, J. C., Dobarro González, A., & Rodríguez Pérez, C. (2015). Risk factors associated with cybervictimization in adolescence. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, *15*(3), 226–235. https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2015.03.002

Amaral, I., Reis, B., Lopes, P., & Quintas, C. (2017). Práticas e consumos dos jovens portugueses em ambientes digitais. *Estudos em Comunicação*, *24*, 107–131. https://doi.org/10.20287/ec.n24.a06

Azevedo, Â. S., Oliveira, Í. M., & Dias, P. C. (2022). Parental Mediation of the Use of the Internet: A Psychometric Study with Portuguese Pre-adolescents. Em A. Mesquita, A. Abreu, & J. V. Carvalho (Eds.), *Perspectives and Trends in Education and Technology* (Vol. 256, pp. 895–906). Springer Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-16-5063-5_74

Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & VanZuylen, H. (2015). Online Child Pornography Offenders are Different: A Meta-analysis of the Characteristics of Online and Offline Sex Offenders Against Children. *Archives of Sexual Behavior*, *44*(1), 45–66. https://doi.org/10.1007/s10508-014-0270-x

Bailen, N. H., Green, L. M., & Thompson, R. J. (2019). Understanding Emotion in Adolescents: A Review of Emotional Frequency, Intensity, Instability, and Clarity. *Emotion Review*, *11*(1), 63–73. https://doi.org/10.1177/1754073918768878

Bakhshani, N.-M. (2014). Impulsivity: A Predisposition Toward Risky Behaviors. *International Journal of High Risk Behaviors and Addiction*, *3*(2). https://doi.org/10.5812/ijhrba.20428

Bates, S. (2017). Revenge Porn and Mental Health: A Qualitative Analysis of the Mental Health Effects of Revenge Porn on Female Survivors. *Feminist Criminology*, *12*(1), 22–42. https://doi.org/10.1177/1557085116654565

Baumgartner, S. E., Valkenburg, P. M., & Peter, J. (2010). Unwanted online sexual solicitation and risky sexual online behavior across the lifespan. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *31*(6), 439–447. https://doi.org/10.1016/j.appdev.2010.07.005

Berliner, L., & Conte, J. R. (1990). The process of victimization: The victims' perspective. *Child Abuse & Neglect*, *14*(1), 29–40. https://doi.org/10.1016/0145-2134(90)90078-8

Blokland, A. A. J., & Niewbeerta, P. (2010). Life course criminology. Em P. Knepper & S. G. Shoham (Eds.), *International Handbook of Criminology* (pp. 51–94).

Bonnie, R. J., & Backes, E. P. (Eds.). (2019). *The Promise of Adolescence: Realizing Opportunity for All Youth*. National Academies Press. https://doi.org/10.17226/25388

Bozzola, E., Spina, G., Agostiniani, R., Barni, S., Russo, R., Scarpato, E., Di Mauro, A., Di Stefano, A. V., Caruso, C., Corsello, G., & Staiano, A. (2022). The Use of Social Media in Children and Adolescents: Scoping Review on the Potential Risks. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *19*(16), 9960. https://doi.org/10.3390/ijerph19169960

Briggs, P., Simon, W. T., & Simonsen, S. (2011). An Exploratory Study of Internet-Initiated Sexual Offenses and the Chat Room Sex Offender: Has the Internet Enabled a New Typology of Sex Offender? *Sexual Abuse*, *23*(1), 72–91. https://doi.org/10.1177/1079063210384275

Brislin, R. W. (1970). Back-Translation for Cross-Cultural Research. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *1*(3), 185–216. https://doi.org/10.1177/135910457000100301

Broome, L. J., Izura, C., & Lorenzo-Dus, N. (2018). A systematic review of fantasy driven vs. contact driven internet-initiated sexual offences: Discrete or overlapping typologies? *Child Abuse & Neglect*, *79*, 434–444. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.02.021

Burke, J. F., Sussman, J. B., Kent, D. M., & Hayward, R. A. (2015). Three simple rules to ensure reasonably credible subgroup analyses. *BMJ*, h5651. https://doi.org/10.1136/bmj.h5651

Calvete, E., Fernández-González, L., & Orue, I. (2023). A Growth Mindset and Self-Affirmation Intervention to Reduce Violent and Risky Online Behaviors: The Moderating Role of Previous Victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, *38*(7–8), 5875–5901. https://doi.org/10.1177/08862605221127221

Carapinha, L., Calado, V., & Neto, H. (2022). *Comportamentos Aditivos aos 18 anos Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional—2021 Utilização da internet*. SICAD.

https://www.sicad.pt/pt/Paginas/detalhe.aspx?itemId=896&lista=SICAD_NOVIDADES&bkUrl=/BK

Carlton, A. (2021). Sextortion: The Hybrid «Cyber-Sex» Crime. *North Carolina Journal of Law & Technology*, *177*. https://scholarship.law.unc.edu/ncjolt/vol21/iss3/5

Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2015). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem* (2nd ed.). Universidade Aberta.

Casa Branca, C. M., Grangeia, H., & Cruz, O. (2016). Grooming Online em Portugal: Um estudo exploratório. *Análise Psicológica*, *34*(3), 249–263. https://doi.org/10.14417/ap.978

Chaing, E., & Grant, T. (2017). Online Grooming: Moves and Strategies. *Language and Law*, *4*(1), 103–141.

Chopin, J., Beauregard, E., & DeLisi, M. (2023). Adverse childhood experience trajectories and individual high risk-behaviors of sexual offenders: A developmental victimology perspective. *Child Abuse and Neglect*, *146*. Scopus. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106457

Christie, D., & Viner, R. (2005). Adolescent development. *BMJ*, *330*(7486), 301–304. https://doi.org/10.1136/bmj.330.7486.301

Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. Em M. A. Andresen, P. J. Brantingham, & J. B. Kinney (Eds.), *Classics in Environmental Criminology* (First edition). Taylor and Francis.

Committee on the Neurobiological and Socio-behavioral Science of Adolescent Development and Its Applications, Board on Children, Youth, and Families, Division of Behavioral and Social Sciences and Education, Health and Medicine Division, & National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2019). *The Promise of Adolescence: Realizing Opportunity for All Youth* (R. J. Bonnie & E. P. Backes, Eds.; p. 25388). National Academies Press. https://doi.org/10.17226/25388

Craven, S., Brown, S., & Gilchrist, E. (2006). Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations. *Journal of Sexual Aggression*, *12*(3), 287–299. https://doi.org/10.1080/13552600601069414

Cuevas, C. A., Finkelhor, D., Clifford, C., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2010). Psychological distress as a risk factor for re-victimization in children. *Child Abuse & Neglect*, *34*(4), 235–243. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.07.004

Davidson, J. C., & Martellozzo, E. (2008). Protecting vulnerable young people in cyberspace from sexual abuse: Raising awareness and responding globally. *Police Practice and Research*, *9*(4), 277–289. https://doi.org/10.1080/15614260802349965

Davidson, J., Grove-Hills, J., Bifulco, A., Gottschalk, P., Caretti, V., Pham, T., & Webster, S. (2011). *Online abuse: Literature review and policy context. (Project Report)* (European online grooming project). http://www.scotcen.org.uk/media/22523/european-online-grooming-projectliteraturereview.pdf

Davidson, J., & Martellozzo, E. (2013). EXPLORING YOUNG PEOPLE'S USE OF SOCIAL NETWORKING SITES AND DIGITAL MEDIA IN THE INTERNET SAFETY CONTEXT: A comparison of the UK and Bahrain. *Information, Communication & Society*, *16*(9), 1456–1476. https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.701655

De Santisteban, P., Del Hoyo, J., Alcázar-Córcoles, M. Á., & Gámez-Guadix, M. (2018). Progression, maintenance, and feedback of online child sexual grooming: A qualitative analysis of online predators. *Child Abuse & Neglect*, *80*, 203–215. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.026

De Santisteban, P., & Gámez-Guadix, M. (2017). Estrategias de persuasión en grooming online de menores: Un análisis cualitativo con agresores en prisión. *Psychosocial Intervention*, *26*(3), 139–146. https://doi.org/10.1016/j.psi.2017.02.001

de Santisteban, P., & Gámez-Guadix, M. (2018). Prevalence and Risk Factors Among Minors for Online Sexual Solicitations and Interactions With Adults. *Journal of Sex Research*, *55*(7), 939–950. Scopus. https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1386763

DeCamp, W., & Zaykowski, H. (2015). Developmental victimology: Estimating group victimization trajectories in the age–victimization curve. *International Review of Victimology*, *21*(3), 255–272. https://doi.org/10.1177/0269758015591722

DeHart, D., Dwyer, G., Seto, M. C., Moran, R., Letourneau, E., & Schwarz-Watts, D. (2017). Internet sexual solicitation of children: A proposed typology of offenders based on their chats, e-mails, and social network posts. *Journal of Sexual Aggression*, *23*(1), 77–89. https://doi.org/10.1080/13552600.2016.1241309

Delicado, A., Almeida, A. N., & Alves, N. de A. (2011). As Crianças e a Internet em Portugal: Perfis de Uso. *Sociologia: Problemas e Práticas*, *65*, 9–30.

Donmez, Y. E., & Soylu, N. (2021). *Online sexual solicitation in adolescents; socio-demographic risk factors and association with psychiatric disorders, especially posttraumatic stress disorder*. https://hdl.handle.net/20.500.12627/137476

Ellis, L. K., & Rothbart, M. (2011). *Early Adolescent Temperament Questionnaire—Revised* [Dataset]. https://doi.org/10.1037/t07624-000

Espino, E., Veiga-Simão, A. M., Ferreira, P. C., Sánchez-Jiménez, V., & Rey, R. D. (2025). Adolescents Suffering from Long-term Cyberbullying Victimisation: Peer Pressure and Anger Dysregulation as Risk Factors. *Research on Child and Adolescent Psychopathology*. https://doi.org/10.1007/s10802-025-01339-5

Farrington, D. P. (2003). DEVELOPMENTAL AND LIFE-COURSE CRIMINOLOGY: KEY THEORETICAL AND EMPIRICAL ISSUES-THE 2002 SUTHERLAND AWARD ADDRESS*. *Criminology*, *41*(2), 221–225. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00987.x

Fernandes, N., & Tomás, C. (2011). *Questões Conceptuais, Metodológicas e Éticas na Investigação com Crianças em Portugal*. X Conference of the European Sociological Association. https://hdl.handle.net/1822/15425

Festl, R., Reer, F., & Quandt, T. (2019). Online sexual engagement and psychosocial well-being: The mediating role of sexual victimization experiences. *Computers in Human Behavior*, *98*, 102–110. https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.04.010

Finkelhor, D. (1995). The victimization of children: A developmental perspective. *American Journal of Orthopsychiatry*, *65*(2), 177–193. https://doi.org/10.1037/h0079618

Finkelhor, D. (2008). *Childhood victimization: Violence, crime, and abuse in the lives of young people*. Oxford university press.

Finkelhor, D. (2009). *Childhood Victimization: Violence, Crime, and Abuse in the Lives of Young People* (p. 242). Oxford University Press; Scopus. https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195342857.001.0001

Finkelhor, D., & Dziuba-Leatherman, J. (1994). Victimization of children. *American Psychologist*, *49*(3), 173–183. Scopus. https://doi.org/10.1037/0003-066X.49.3.173

Flewitt, R. (2005). Conducting research with young children: Some ethical considerations. *Early Child Development and Care*, *175*(6), 553–565. https://doi.org/10.1080/03004430500131338

Gallacher, L.-A., & Gallagher, M. (2008). Methodological Immaturity in Childhood Research?: Thinking through `participatory methods'. *Childhood*, *15*(4), 499–516. https://doi.org/10.1177/0907568208091672

Gámez-Guadix, M., Almendros, C., Calvete, E., & De Santisteban, P. (2018). Persuasion strategies and sexual solicitations and interactions in online sexual grooming of adolescents: Modeling direct and indirect pathways. *Journal of Adolescence*, *63*(1), 11–18. https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2017.12.002

Gámez-Guadix, M., De Santisteban, P., Wachs, S., & Wright, M. (2021). Unraveling cyber sexual abuse of minors: Psychometrics properties of the Multidimensional Online Grooming Questionnaire and prevalence by sex and age. *Child Abuse & Neglect*, *120*, 105250. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105250

Gámez-Guadix, M., & Mateos-Pérez, E. (2019). Longitudinal and reciprocal relationships between sexting, online sexual solicitations, and cyberbullying among minors. *Computers in Human Behavior*, *94*, 70–76. https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.01.004

Gault, R. H. (1907). A History of the Questionnaire Method of Research in Psychology. *The Pedagogical Seminary*, *14*(3), 366–383. https://doi.org/10.1080/08919402.1907.10532551

Ge, X., Conger, R. D., & Elder, G. H., Jr. (2001). Pubertal transition, stressful life events, and the emergence of gender differences in adolescent depressive symptoms. *Developmental Psychology*, *37*(3), 404–417. https://doi.org/10.1037//0012-1649.37.3.404

Gillespie, A. A. (2004). Tackling Grooming. *The Police Journal: Theory, Practice and Principles*, *77*(3), 239–255. https://doi.org/10.1350/pojo.77.3.239.54092

Golzar, J., Noor, S., & Tajik, O. (2022). Convenience Sampling. *International Journal of Education Language Studies*, *1*(2). https://doi.org/10.22034/ijels.2022.162981

Gonçalves, B. G., & Nuernberg, D. (2012). A dependência dos adolescentes ao mundo virtual. *Revista de Ciências Humanas*, *46*(1), 165–182. https://doi.org/10.5007/2178-4582.2012v46n1p165

González-Cabrera, J., Basterra-González, A., Ortega-Barón, J., Caba-Machado, V., Díaz-López, A., Pontes, H. M., & Machimbarrena, J. M. (2023). Loot box purchases and their relationship with internet gaming disorder and online gambling disorder in adolescents: A prospective study. *Computers in Human Behavior*, *143*, 107685. https://doi.org/10.1016/j.chb.2023.107685

Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik, R. J., & Arneklev, B. J. (1993). Testing the Core Empirical Implications of Gottfredson and Hirschi's General Theory of Crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, *30*(1), 5–29. https://doi.org/10.1177/0022427893030001002

Greene-Colozzi, E. A., Winters, G. M., Blasko, B., & Jeglic, E. L. (2020). Experiences and Perceptions of Online Sexual Solicitation and Grooming of Minors: A Retrospective Report. *Journal of Child Sexual Abuse*, *29*(7), 836–854. https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1801938

Guan, S.-S. A., & Subrahmanyam, K. (2009). Youth Internet use: Risks and opportunities. *Current Opinion in Psychiatry*, *22*(4), 351–356. https://doi.org/10.1097/YCO.0b013e32832bd7e0

Hackett, S. (2017). Researching child sexual assault: Towards a child sensitive methodology. Em M. Cowburn, L. Gelsthorpe, & A. Wahidin (Eds.), *Research ethics in criminology: Dilemmas, issues and solutions* (1st Edition). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315753553

Harter, S. (2012). Emerging self-processes during childhood and adolescence. Em M. R. Leary & J. P. Tangney (Eds.), *Handbook of self and identity* (2nd ed., pp. 680–715). The Guilford Press.

Hayes, A. F. (2022). Introduction to Mediation, Moderation, and Conditional Process Analysis: A Regression-Based Approach (Vol. 3). The Guilford Press.

Hessler, D. M., & Katz, L. F. (2010). Brief report: Associations between emotional competence and adolescent risky behavior. *Journal of Adolescence*, *33*(1), 241–246. https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2009.04.007

Hindelang, M. J., Gottfredson, M. R., & Garofalo, J. (1978). *Victims of personal crime: An empirical foundation for a theory of personal victimization*. Ballinger Publ. Comp.

Hong, M. (2024). The impact of social media in child sexual abuse. *Journal of Paediatrics and Child Health*, *60*(10), 476–478.

Hornor, G. (2020). Online Sexual Solicitation of Children and Adolescents. *Journal of Pediatric Health Care*, *34*(6), 610–618. https://doi.org/10.1016/j.pedhc.2020.05.008

Hoyt, L. T., Niu, L., Pachucki, M. C., & Chaku, N. (2020). Timing of puberty in boys and girls: Implications for population health. *SSM - Population Health*, *10*, 100549. https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2020.100549

Jones, L. M., Mitchell, K. J., & Finkelhor, D. (2012). Trends in Youth Internet Victimization: Findings From Three Youth Internet Safety Surveys 2000–2010. *Journal of Adolescent Health*, *50*(2), 179–186. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2011.09.015

Jonsson, L. S., Fredlund, C., Priebe, G., Wadsby, M., & Svedin, C. G. (2019). Online sexual abuse of adolescents by a perpetrator met online: A cross-sectional study. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, *13*(1), 32. https://doi.org/10.1186/s13034-019-0292-1

Kim, J., & Haridakis, P. M. (2009). The Role of Internet User Characteristics and Motives in Explaining Three Dimensions of Internet Addiction. *Journal of Computer-Mediated Communication*, *14*(4), 988–1015. https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2009.01478.x

Kim, Y., Jeong, J.-E., Cho, H., Jung, D.-J., Kwak, M., Rho, M. J., Yu, H., Kim, D.-J., & Choi, I. Y. (2016). Personality Factors Predicting Smartphone Addiction Predisposition: Behavioral Inhibition and Activation Systems, Impulsivity, and Self-Control. *PLOS ONE*, *11*(8), e0159788. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0159788

Leander, L., Christianson, S. Å., & Granhag, P. A. (2008). Internet-initiated sexual abuse: Adolescent victims' reports about On and Offline sexual activities. *Applied Cognitive Psychology*, *22*(9), 1260–1274. https://doi.org/10.1002/acp.1433

Lee, S.-J., & Chae, Y.-G. (2012). Balancing Participation and Risks in Children's Internet Use: The Role of Internet Literacy and Parental Mediation. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, *15*(5), 257–262. https://doi.org/10.1089/cyber.2011.0552

Livingstone, S., Haddon, L., Görzig, A., & Ólafsson, K. (2011). *Risks and safety on the internet: The perspective of European children. Full Findings*. EU Kids Online.

Livingstone, S., Mascheroni, G., Ólafsson, K., & Haddon, L. (2014). *Children's Online Risks and Opportunities: Comparative Findings from EU Kids Online and Net Children Go Mobile*. EU Kids Online.

Livingstone, S., & Smith, P. K. (2014). Annual Research Review: Harms experienced by child users of online and mobile technologies: the nature, prevalence and management of sexual and aggressive risks in the digital age. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *55*(6), 635–654. https://doi.org/10.1111/jcpp.12197

Llovet Rodríguez, C., Narros González, M. J., Díaz-Bustamante Ventisca, M., & Ruiz-SanRomán, J. A. (2022). Sobreexposición e hipersexualización para vender más: Percepciones y actitudes sociales sobre las preadolescentes en comunicaciones comerciales. *Revista Latina de Comunicación Social*, *80*, 287–312. https://doi.org/10.4185/RLCS-2022-1546

Macaulay, P. J. R., Steer, O. L., & Betts, L. R. (2020). Factors leading to cyber victimization. Em *Emerging Cyber Threats and Cognitive Vulnerabilities* (pp. 1–25). Elsevier. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-816203-3.00001-0

Machimbarrena, J. M., Calvete, E., Fernández-González, L., Álvarez-Bardón, A., Álvarez-Fernández, L., & González-Cabrera, J. (2018). Internet Risks: An Overview of Victimization in Cyberbullying, Cyber Dating Abuse, Sexting, Online Grooming and Problematic Internet Use. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *15*(11), 2471. https://doi.org/10.3390/ijerph15112471

Macmillan, R. (2001). Violence and the Life Course: The Consequences of Victimization for Personal and Social Development. *Annual Review of Sociology*, *27*(1), 1–22. https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.1

Madigan, S., Villani, V., Azzopardi, C., Laut, D., Smith, T., Temple, J. R., Browne, D., & Dimitropoulos, G. (2018). The Prevalence of Unwanted Online Sexual Exposure and Solicitation Among Youth: A Meta-Analysis. *Journal of Adolescent Health*, *63*(2), 133–141. Scopus. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2018.03.012

Marcos, V., Fariña, F., Isorna, M., López-Roel, S., & Rolán, K. (2025). Problematic Use of the Internet and Cybervictimization: An Empirical Study with Spanish Adolescents. *Behavioral Sciences*, *15*(6), 810. https://doi.org/10.3390/bs15060810

Marcum, C. D. (2007). Interpreting the Intentions of Internet Predators: An Examination of Online Predatory Behavior. *Journal of Child Sexual Abuse*, *16*(4), 99–114. https://doi.org/10.1300/J070v16n04_06

Marshall, P. A. (2006). Informed Consent in International Health Research. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, *1*(1), 25–41. https://doi.org/10.1525/jer.2006.1.1.25

Martellozzo, E. (2012). *Online Child Sexual Abuse* (0 ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203124116

Martellozzo, E., & Jane, E. (2019). *CYBERCRIME AND ITS VICTIMS*. ROUTLEDGE.

Martínez De Morentin, J. I., Cortés, A., Medrano, C., & Apodaca, P. (2014). Internet use and parental mediation: A cross-cultural study. *Computers & Education*, *70*, 212–221. https://doi.org/10.1016/j.compedu.2013.07.036

McGlynn, C., Rackley, E., & Houghton, R. (2017). Beyond 'Revenge Porn': The Continuum of Image-Based Sexual Abuse. *Feminist Legal Studies*, *25*(1), 25–46. https://doi.org/10.1007/s10691-017-9343-2

Mitchell, K. J. (2001). Risk Factors for and Impact of Online Sexual Solicitation of Youth. *JAMA*, *285*(23), 3011. https://doi.org/10.1001/jama.285.23.3011

Mitchell KJ, Jones L, Finkelhor D, Wolak J. 2014. Trends in unwanted sexual solicitations: Findings from the Youth Internet Safety Studies. Youth Internet Safety Survey Bulletin (February).

Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, *100*(4), 674–701. https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674

Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2005). Life-course persistent and adolescence-limited antisocial males: Longitudinal followup to adulthood. Em *Developmental Psychobiology of Aggression* (pp. 161–186). Cambridge University Press; Scopus. https://doi.org/10.1017/CBO9780511499883.009

O'Malley, R. L., & Holt, K. M. (2022). Cyber Sextortion: An Exploratory Analysis of Different Perpetrators Engaging in a Similar Crime. *Journal of Interpersonal Violence*, *37*(1–2), 258–283. https://doi.org/10.1177/0886260520909186

Ortega-Barón, J., Machimbarrena, J. M. ,. Calvete, E. ,. Orue, I. ,. Pereda, N. ,. &. González-Cabrera, J. (2022). *Epidemiology of online sexual solicitation and interaction of minors with adults: A longitudinal study*. https://hdl.handle.net/11212/6193

Pasca, P., Signore, F., Tralci, C., Del Gottardo, D., Longo, M., Preite, G., & Ciavolino, E. (2022). Detecting online grooming at its earliest stages: Development and validation of the Online Grooming Risk Scale. *Mediterranean Journal of Clinical Psychology*, *Vol 10*, No 1 (2022). https://doi.org/10.13129/2282-1619/MJCP-3248

Patchin, J. W., & Hinduja, S. (2020). Sextortion Among Adolescents: Results From a National Survey of U.S. Youth. *Sexual Abuse*, *32*(1), 30–54. https://doi.org/10.1177/1079063218800469

Patton, D. U., Hong, J. S., Ranney, M., Patel, S., Kelley, C., Eschmann, R., & Washington, T. (2014). Social media as a vector for youth violence: A review of the literature. *Computers in Human Behavior*, *35*, 548–553. https://doi.org/10.1016/j.chb.2014.02.043

Pechorro, P., DeLisi, M., Pacheco, C., Abrunhosa Gonçalves, R., Maroco, J., & Quintas, J. (2023). Examination of Grasmick et al.'s Low Self-Control Scale and of a Short Version With Cross-Gender Measurement Invariance. *Crime & Delinquency*, *69*(13–14), 2741–2764. https://doi.org/10.1177/00111287211073674

Pechorro, P., Maroco, J., Poiares, C., & Vieira, R. (2011). Validação da Escala de Auto-estima de Rosenberg com adolescentes Portugueses em contexto forense e escolar [Validation of the Rosenberg Self-Esteem Scale with Portuguese adolescents in forensic and school contexts]. *Arquivos de Medicina*, *25*, 174–179.

Perry, D. G., & Pauletti, R. E. (2011). Gender and Adolescent Development. *Journal of Research on Adolescence*, *21*(1), 61–74. https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2010.00715.x

Pfeifer, J. H., & Allen, N. B. (2021). Puberty Initiates Cascading Relationships Between Neurodevelopmental, Social, and Internalizing Processes Across Adolescence. *Biological Psychiatry*, *89*(2), 99–108. https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2020.09.002

Pfeifer, J. H., Masten, C. L., Moore, W. E., Oswald, T. M., Mazziotta, J. C., Iacoboni, M., & Dapretto, M. (2011). Entering Adolescence: Resistance to Peer Influence, Risky Behavior, and Neural Changes in Emotion Reactivity. *Neuron*, *69*(5), 1029–1036. https://doi.org/10.1016/j.neuron.2011.02.019

Piquero, A. R. (2008). Taking Stock of Developmental Trajectories of Criminal Activity over the Life Course. Em *The Long View of Crime: A Synthesis of Longitudinal Research* (pp. 23–78). Springer New York. https://doi.org/10.1007/978-0-387-71165-2_2

Pluhar, E., Kavanaugh, J. R., Levinson, J. A., & Rich, M. (2019). Problematic interactive media use in teens: Comorbidities, assessment, and treatment. *Psychology Research and Behavior Management*, *Volume 12*, 447–455. https://doi.org/10.2147/PRBM.S208968

Pollard, J. A., Hawkins, J. D., & Arthur, M. W. (1999). Risk and protection: Are both necessary to understand diverse behavioral outcomes in adolescence? *Social Work Research*, *23*(3), 145–158. https://doi.org/10.1093/swr/23.3.145

Ponte, C., & Batista, S. (2019). *EU Kid Online Portugal: Usos, competências, riscos e medições da internet reportados por crianças e jovens (9-17 anos).* EU Kids Online e NOVA FCSH.

Priewasser, B., Roessler, J., & Perner, J. (2013). Competition as rational action: Why young children cannot appreciate competitive games. *Journal of Experimental Child Psychology*, *116*(2), 545–559. https://doi.org/10.1016/j.jecp.2012.10.008

Punch, S. (2002). Research with Children: The Same or Different from Research with Adults? *Childhood*, *9*(3), 321–341. https://doi.org/10.1177/0907568202009003005

Quayle, E. (2011). Child Pornography. Em Y. Jewkes & M. Yar (Eds.), *Handbook of internet crime*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781843929338

Quayle, E., Jonsson, L., & Lööf, L. (2012). *Online behaviour related to child sexual abuse. Interviews with affected young people*. Council of the Baltic Sea States.

Queijo, J. M. A. (2020). *Online Grooming—A Problemática do Aliciamento de Menores para Fins Sexuais* [Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa]. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/52818

Reneses, M., Riberas-Gutiérrez, M., & Bueno-Guerra, N. (2024). "He flattered me". A comprehensive look into online grooming risk factors: Merging voices of victims, offenders and experts through in-depth interviews. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, *18*(4). https://doi.org/10.5817/CP2024-4-3

Ringenberg, T. R., Seigfried-Spellar, K. C., Rayz, J. M., & Rogers, M. K. (2022). A scoping review of child grooming strategies: Pre- and post-internet. *Child Abuse & Neglect*, *123*, 105392. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105392

Salmela-Aro, K. (2011). Stages of Adolescence. Em *Encyclopedia of Adolescence* (pp. 360–368). Elsevier. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-373951-3.00043-0

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1994). Crime in the Making: Pathways and Turning Points through Life. *Canadian Journal of Sociology / Cahiers canadiens de sociologie*, *19*(3), 430. https://doi.org/10.2307/3340743

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A Life-Course View of the Development of Crime. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, *602*(1), 12–45. https://doi.org/10.1177/0002716205280075

Saridakis, G., Benson, V., Ezingeard, J.-N., & Tennakoon, H. (2016). Individual information security, user behaviour and cyber victimisation: An empirical study

of social networking users. *Technological Forecasting and Social Change*, *102*, 320–330. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.08.012

Schittenhelm, C., Kops, M., Moosburner, M., Fischer, S. M., & Wachs, S. (2024). Cybergrooming Victimization Among Young People: A Systematic Review of Prevalence Rates, Risk Factors, and Outcomes. *Adolescent Research Review*. https://doi.org/10.1007/s40894-024-00248-w

Schoeps, K., Montoya-Castilla, I., Garaigordobil, M., & Peris Hernández, M. (2020). Risk factors for being a victim of online grooming in adolescents. *Psicothema*, *1*(32), 15–23. https://doi.org/10.7334/psicothema2019.179

Shannon, D. (2008). Online Sexual Grooming in Sweden—Online and Offline Sex Offences against Children as Described in Swedish Police Data. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, *9*(2), 160–180. https://doi.org/10.1080/14043850802450120

Silva, J. M. A. (2016). *Cibercrime: O Crime de Pornografia, Infantil na Internet* [Dissertação em Ciências Jurídico-Forenses, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra,]. https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/34801/1/Cibercrime_o%20Crime%20de%2

Smith, P. K., Thompson, F., & Davidson, J. (2014). Cyber safety for adolescent girls: Bullying, harassment, sexting, pornography, and solicitation. *Current Opinion in Obstetrics & Gynecology*, *26*(5), 360–365. https://doi.org/10.1097/GCO.0000000000000106

Sorell, T. (2017). Online Grooming and Preventive Justice. *Criminal Law and Philosophy*, *11*(4), 705–724. https://doi.org/10.1007/s11572-016-9401-x

Steinberg, L., & Lerner, R. M. (2004). The Scientific Study of Adolescence: A Brief History. *The Journal of Early Adolescence*, *24*(1), 45–54. https://doi.org/10.1177/0272431603260879

Steinberg, L., & Morris, A. S. (2001). Adolescent Development. *Annual Review of Psychology*, *52*(1), 83–110. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.83

Stockemer, D. (2019). *Quantitative Methods for the Social Sciences: A Practical Introduction with Examples in SPSS and Stata*. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-99118-4

Symons, K., Ponnet, K., Emmery, K., Walrave, M., & Heirman, W. (2017). Parental Knowledge of Adolescents' Online Content and Contact Risks. *Journal of Youth and Adolescence*, *46*(2), 401–416. https://doi.org/10.1007/s10964-016-0599-7

Tintori, A., Ciancimino, G., Bombelli, I., De Rocchi, D., & Cerbara, L. (2023). Children's Online Safety: Predictive Factors of Cyberbullying and Online Grooming Involvement. *Societies*, *13*(2), 47. https://doi.org/10.3390/soc13020047

Turanovic, J. (2016). *Toward a Life Course Theory of Victimization*.

Turanovic, J. J. (2023). Victimization and Its Consequences over the Life Course. *Crime and Justice*, *52*, 265–342. https://doi.org/10.1086/727029

Turner, H. A., Shattuck, A., Finkelhor, D., & Hamby, S. (2016). Polyvictimization and Youth Violence Exposure Across Contexts. *Journal of Adolescent Health*, *58*(2), 208–214. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2015.09.021

Valcke, M., De Wever, B., Van Keer, H., & Schellens, T. (2011). Long-term study of safe Internet use of young children. *Computers & Education*, *57*(1), 1292–1305. https://doi.org/10.1016/j.compedu.2011.01.010

Valkenburg, P. M., Pouwels, J. L., Beyens, I., Van Driel, I. I., & Keijsers, L. (2021). Adolescents' social media experiences and their self-esteem: A person-specific susceptibility perspective. *Technology, Mind, and Behavior*, *2*(2). https://doi.org/10.1037/tmb0000037

Van Selm, M., & Jankowski, N. W. (2006). Conducting Online Surveys. *Quality and Quantity*, *40*(3), 435–456. https://doi.org/10.1007/s11135-005-8081-8

Vandoninck, S., d'Haenens, L., & Roe, K. (2013). Online Risks: Coping strategies of less resilient children and teenagers across Europe. *Journal of Children and Media*, *7*(1), 60–78. https://doi.org/10.1080/17482798.2012.739780

Villacampa, C., & Gómez, M. (2016). Nuevas tecnologías y victimización sexual de menores por online grooming [New technologies and thesexual victimisation of minors through online grooming]. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, *18*(2), 1–7.

Wachs, S., Jiskrova, G. K., Vazsonyi, A. T., Wolf, K. D., & Junger, M. (2016). A cross-national study of direct and indirect effects of cyberbullying on cybergrooming victimization via self-esteem. *Psicología Educativa*, *22*(1), 61–70. https://doi.org/10.1016/j.pse.2016.01.002

Webster, S. (Ed.). (2015). *Online offending behaviour and child victimization: New findings and policy*. Palgrave Macmillan.

Webster, S., Davidson, J., Bifulco, A., Gottschalk, P., Caretti, V., Pham, T., Grove-Hills, J., Turley, C., Tompkins, C., Ciulla, S., Milazzo, V., Schimmenti, A., & Craparo, G. (2012). *European Online Grooming Project—Final Report*.

Whittle, H. C. (2014). *An exploration of young people's vulnerabilities to online grooming and sexual abuse*. http://etheses.bham.ac.uk//id/eprint/5469/1.hassmallThumbnailVersion/Whittle14ForenPsyD_Redacted.pdf

Whittle, H. C., Hamilton-Giachritsis, C. E., Beech, A. R., & Collings, G. (2013a). A review of online grooming: Characteristics and concerns. *Aggression and Violent Behavior*, *18*(1), 62–70. https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.09.003

Whittle, H., Hamilton-Giachritsis, C. ,. Beech, A. ,. &. Collings, G. (2013). *A Review of Young People's Vulnerabilities to Online Grooming*. http://hdl.handle.net/11212/5546

Willoughby, M. (2019). A review of the risks associated with children and young people's social media use and the implications for social work practice. *Journal of Social Work Practice*, *33*(2), 127–140. https://doi.org/10.1080/02650533.2018.1460587

Wittes, B., Poplin, C., Jurecic, Q., & Spera, C. (2016). Sextortion: Cybersecurity, teenagers, and remote sexual assault. *Center for Technology Innovation at Brookings*. https://static1.squarespace.com/static/64a33f910ac7724e5f0a02b2/t/65bba748763126035885e10e/1706796873068/sextortion1-1.pdf

Wolak, J., & Finkelhor, D. (2016). *Sextortion: Findings from a Survey of 1,631 Victims*. Crimes Against Children Research Center. University of Hampshire.

Wurtele, S. K., & Kenny, M. C. (2016). Technology-Related Sexual Solicitation of Adolescents: A Review of Prevention Efforts. *Child Abuse Review*, *25*(5), 332–344. https://doi.org/10.1002/car.2445

Ybarra, M. L., Mitchell, K. J., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2007). Internet Prevention Messages: Targeting the Right Online Behaviors. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, *161*(2), 138. https://doi.org/10.1001/archpedi.161.2.138D

Zhang, X., Astivia, O. L. O., Kroc, E., & Zumbo, B. D. (2023). How to think clearly about the central limit theorem. *Psychological Methods*, *28*(6), 1427.

ANEXOS

Anexo I – Fatores de Risco para a Vitimação por *Online Grooming*

Tabela 14 - Fatores de risco identificados

	Fator de Risco	Autores
Sociodemográficos	Idade	Baumgartner et al. (2010; 11-15); De Santisteban & Gámez-Guadix (2017; 14-17); Wolak et al. (2008; 14-17); Reneses et al. (2024; 14-16); Mitchell et al. (2001; 11-15); Mitchell et al. (2014; 14-17); Montiel et al. (2016; 14-17); Quayle et al. (2012; 14-17); Whittle et al. (2013; 14-17); Wolak & Finkelhor (2013; 14-17); Martellozzo (2017)
	Género (Feminino)	Wolak & Finkelhor (2013); Reneses et al. (2024); Greene-Colozzi et al. (2020); Martellozzo (2017); Baumgartner et al. (2010)
	Sexualidade Não-Heterossexual (Homossexual, Bissexual ou *unclear*)	Mitchell et al. (2014); Montiel et al. (2016); Reneses et al. (2024; vítimas do sexo masculine); Suseg et al. (2008; idem); Wolak et al. (2008; idem)
	Escolaridade dos pais (educação primária)[1]	Vilacampa & Gómez (2016); Mitchell (2009)
Psicológicas	Baixa autoestima	Shannon (2008); Jonsson et al. (2019); Reneses et al. (2024); Pasca et al. (2022); Martellozzo (2017); Livingstone et al. (2011); Webster et al. (2012)
	Alterações de humor	Arnett (1999)
	Poor mental health	Jonsson et al. (2019); Whittle et al. (2014); Quayle et al. (2012); Reneses et al. (2024); Martellozzo (2017)
	Sintomas de depressão	Ybarra et al. (2007); DeGraaf & Vanwesenbeeck (2006)
	Dificuldade em fazer amigos pessoalmente/ isolamento	Reneses et al. (2024): Whittle at al. (2013); Viñas Poch (2009); Reeves et al. (2022)
	Impulsividade	Schoeps et al. (2020); Reneses et al. (2024); Whittle et al. (2013); Romer (2010); Martellozzo (2017); Davidson & Martellozzo (2016)
Vitimação Prévia	História previa de abuso	Jonsson et al. (2019); Reneses et al. (2024)
	Exposição ao *(cyber)bullying*	Shannon (2008); Machimbarrena et al. (2018)
Utilização da Internet	Uso mais frequente de comunicações *online*/mensagens instantâneas	Baumgartner et al. (2010); Jones et al. (2013)
	Comportamentos de risco sexuais *online*[2]	DeGraaf & Vanwesenbeeck (2006)
	Tempo dispendido *online*	Reneses et al. (2024); Baumgartner et al. (2010); Jones et al. (2013); Whittle et al. (2014)
	Definição de privacidade/perfil público	Reneses et al. (2024); Saridakis et al. (2016); Whittle at al. (2014)
	Publicação de informações pessoais	Reneses et al. (2024); Saridakis et al. (2016); Greene-Colozzi et al. (2020)
	Sexting	Shoeps et al. (2020); Machimbarrena et al. (2018)
Supervisão e Relacionamento Familiar	Menor supervisão parental	Whittle et al. (2013); Reneses et al. (2024); Martellozzo (2017); Davidson & Martellozzo (2016); Tintori et al. (2023)
	Conflitos familiars	Arnett (1999); Shanon (2017); Whittle at al. (2013); Soo & Bodanovskaya (2018); Jonsson et al. (2019); Reneses et al., (2024); Whittle et al. (2014)

[1] Mais relevante do que estatuto socioeconómico | [2] eg. Discussão de tópicos íntimos ou procura por conteúdos sexuais

Anexo II – Análise de Escalas Existentes

Tabela 15 - Escalas consideradas para avaliação das variáveis em estudo

Escala	Autores	Conceitos e Variáveis	Idades	Organização Instrumento/Itens Originais/Informação	Consistência Interna	Itens a Utilizar	Autoria da Tradução	Pedido Enviado
EU Kids *Online*	Ponte, C. (coord.) (2017)	Características sociodemográficas | Competências para utilização da Internet | (Cyber)Bullying | Sexting | Práticas Parentais/Supervisão Parental	9-17 anos	1. Quem são, como são 2. Acesso e uso da Internet 2.1. acesso 2.2. uso 2.3. atividades *online* 2.4. as redes sociais 2.5. aproximação à comunicação *online* 3. Competências 3.1. Competências instrumentais 3.2. Competências de navegação e apreciação crítica da informação 3.3. competências sociais 3.4. competências criativas 3.5. competências associadas a meios digitais móveis; 3.6. Alfabetização digital em síntese 4. riscos e danos 4.1. A resposta ao risco 5. Bullying 6. Pornografia 7. Sexting 8. Encontros com pessoas que conheceram *online* 9. Outros riscos (conteúdos negativos, mau uso de dados pessoais, sharenting, datificação e vigilância, uso excessivo da Internet) 10. A Família (ambiente e intervenção familiar; mediação capacitante; mediação 'de baixo', mediação restritiva, os filhos) 11. A escola, o grupo de pares, a comunidade (contexto escolar, mediação dos professores, grupo de pares, lugar onde se vive)		**Sociodemográfias** QA1 Quem és tu? QA2 Em que MÊS e ANO nasceste? QA3 Na casa onde vives a maior parte do tempo, que pessoas vivem contigo? Se vives em mais do que uma casa, responde sobre as pessoas da casa onde vais dormir hoje. QA4 Esta imagem é uma escada. Esta escada é para representar onde se situam as pessoas do teu país. MARCA O DEGRAU ONDE ACHAS QUE ESTÁS TU E A TUA FAMÍLIA No degrau mais alto (10) estão as pessoas com mais dinheiro, mais estudos e com empregos com mais prestígio e importância. **Utilização da Internet** QB5 Com que frequência estás *online* ou usas a Internet nos seguintes dispositivos? QB7/QB8 Quanto tempo costumas estar na Internet? QC1 O que pensas desta frase: 'Há muitas coisas na Internet que são boas para as pessoas da minha idade'? QC2 Que atividades na Internet achas que são boas para as pessoas da tua idade? QC3 Com que frequência fizeste estas atividades na Internet NO ÚLTIMO MÊS? QE1 Numa escala de 1 a 5 (onde 1 significa 'para mim, não é verdade' e 5 significa 'para mim, é mesmo verdade', até que ponto estas situações são verdade para ti? QF10 No ÚLTIMO ANO, com que frequência fizeste estas coisas? QF11 Já ALGUMA VEZ falaste na Internet com alguém que não tivesses encontrado antes cara a cara? QF12 No ÚLTIMO ANO, tiveste algum encontro cara a cara com alguém que tivesses conhecido primeiro na Internet? QF13 Na última vez em que te encontraste cara a cara com alguém que tinhas conhecido primeiro na Internet, como te sentiste? ***(cyber)bullying*** QF20 No ÚLTIMO ANO, alguém te tratou de uma maneira ofensiva ou desagradável? QF21 No ÚLTIMO ANO, quantas vezes te aconteceram algumas destas coisas? QF22. Assinala como foi quando isso aconteceu na Internet QF23. Algumas destas coisas aconteceram contigo no último ano? QF24 Pensa na ÚLTIMA VEZ em que alguém te tratou de um modo desagradável *ONLINE*. Como te sentiste? **Supervisão/Práticas Parentais** QI4: Quando estás a usar a Internet, com que frequência os teus pais fazem estas coisas? (encorajam-me a explorar e a aprender coisas na Internet; sugerem modos de usar a Internet de forma segura; falam comigo sobre o que eu faço *online*; ajudam-me quando alguma coisa me aborrece na Internet) QI5. ALGUMAS VEZES fizeste alguma das seguintes coisas? (falei aos meus pais sobre coisas que me aborreceram ou perturbaram na Internet; ajudei os meus pais a fazerem coisas que eles achavam difíceis na Internet; pedi ajuda aos meus pais numa situação da Internet que não conseguia resolver) QI6 Os teus pais deixam-te fazer estas coisas na Internet? Se sim, tens de lhes pedir autorização? (usar uma câmara web ou do telefone (p. ex.: para uma conversa por Skype ou vídeo; descarregar músicas e filmes; usar uma rede social) QI7 Os teus pais usam alguma destas coisas? (controlos parentais, filtros ou outros modos de bloquear certos conteúdos; controlos parentais ou outros modos de saber que sites ou aplicações usas; tecnologia GPS para saberem onde estou) QI13 Alguma vez ignoraste o que os teus pais te disseram sobre como e quando podias usar a Internet?		**Não necessita**

Tabela 15 - Escalas consideradas para avaliação das variáveis em estudo

Escala	Autores	Conceitos e Variáveis	Idades	Organização Instrumento/Itens Originais/Informação	Consistência Interna	Itens a Utilizar	Autoria da Tradução	Pedido Enviado
Juvenile Victimization Questionnaire	Hamby, Finkelhor, Ormrod & Turner (2004)	Vitimação prévia	10-17 anos	Módulo A: Crimes Convencionais - C1. Roubo - C2. Furto pessoal - C3. Vandalismo - C4. Agressão com arma - C5. Agressão sem arma - C6. Tentativa de agressão - C7. Rapto - C8. Ataque por preconceito Módulo B: Maus-Tratos a Crianças - M1. Abuso físico por parte do cuidador - M2. Abuso psicológico/emocional - M3. Negligência - M4. Interferência de custódia/rapto familiar Módulo C: Vitimização por Pares e Irmãos - P1. Agressão por grupo ou gangue - P2. Agressão por pares ou irmãos - P3. Agressão genital não sexual - P4. Bullying - P5. Bullying emocional - P6. Violência no namoro Módulo D: Vitimização Sexual - S1. Agressão sexual por adulto conhecido - S2. Agressão sexual não específica - S3. Agressão sexual por par - S4. Violação: tentada ou consumada - S5. Exposição sexual/atos de exibicionismo - S6. Assédio sexual verbal - S7. Abuso sexual de menores e má conduta sexual Módulo E: Testemunhar e Vitimização Indireta - W1. Testemunhar violência doméstica - W2. Testemunhar agressão a irmão por parte dos pais - W3. Testemunhar agressão com arma - W4. Testemunhar agressão sem arma - W5. Roubo na residência familiar - W6. Assassinato de um membro da família ou amigo - W7. Testemunhar assassinato - W8. Exposição a tiroteios aleatórios, terrorismo ou motins - W9. Exposição a guerra ou conflito étnico	Para a versão portuguesa (2020) α (geral) = .94 α (pares e irmãos) =. 76 α (agressão sexual) =.84		Magalhães et al. (2008) Validado por Almeida et al. (2020)	

Tabela 15 - Escalas consideradas para avaliação das variáveis em estudo

Escala	Autores	Conceitos e Variáveis	Idades	Organização Instrumento/Itens Originais/Informação	Consistência Interna	Itens a Utilizar	Autoria da Tradução	Pedido Enviado
Rosenberg Self-Esteem Scale	Rosenberg (1989)	Autoestima	12-20 anos	1. On the whole, I am satisfied with myself. 2. At times I think I am no good at all. 3. I feel that I have a number of good qualities. 4. I am able to do things as well as most other people. 5. I feel 1do not have much to be proud of. 6. I certainly feel useless at times. 7. I feel that I'm a person of worth. 8. I wish I could have more respect for myself. 9. All in all, I am inclined to think that I am a failure. 10. I take a positive attitude toward myself.	.77 ≤ α ≥ .88		Pechoro et al. (2011)	Escala original é de livre utilização; **Autorizado**
Brief Symptom Inventory - 18	Derogatis (2001)	Emocionalidade negativa		Os respondentes devem avaliar a intensidade (de 0 – Nada a 4 – Extremamente) com que, nos últimos sete dias, experienciaram dezoito manifestações de psicossintomatologia	Versão portuguesa α=.86 (grupo comunitário) α=.91 (grupo clínico)	01. Desmaios ou tonturas 02. Não sentir interesse pelas coisas 03. Nervosismo ou agitação interior 04. Dores no coração ou no peito 05. Sentir-se sozinho(a) 06. Sentir-se tenso(a) ou nervoso(a) 07. Náuseas ou mal-estar no estômago 08. Sentir-se triste 09. Assustar-se repentinamente sem razão para isso 10. Dificuldade em respirar 11. Sentir que não tem valor 12. Momentos de terror ou pânico 13. Sensação de dormência ou formigueiro em partes do seu corpo 14. Sentir-se sem esperança em relação ao futuro 15. Sentir-se tão agitado a ponto de não conseguir estar parado 16. Sentir fraqueza em partes do seu corpo 17. Pensamentos de acabar com a sua vida 18. Sentir-se com medo	Nazaré et al. (2017)	**Enviado**
Sexting Behavior and Motives	Del Rey et al. (2020) – **delrey@us.es**	Sexting	12-18 anos	1. Experiência de envio 1.1. Motivos 1.2. Partilha sem consentimento 2. Receção 2.1. Partilha de conteúdos recebidos 2.2. Motivo para partilha 3. Receção de conteúdos de terceiros	α = .82 (geral) α = .83 (envio) α = .89 (motivo)			

Multidimensional *Online* Grooming Questionnaire	Gámez-Guadix et al. (2021)	*Online* Grooming	12-15 anos	Use of deception Interest in victim's environment Sexualization Agression Response Options: Never - 0 Once or twice - 1 3–4 times - 2 5 or more times – 3 How often during the last 12 months did the following things happen to you through the Internet or mobile phone with a person who was 18 years or older: **Use of deception** 1. Lied to make me believe that he/she was a person closer to my age [by appearance, language, etc.] 2. Told me that he/she was younger than he/she really was 3. Lied to make me believe that we had things in common or that we liked the same things 4. Pretended to be other people to convince me of things or scare me **Gift giving** 5. Offered me free photo sessions 6. Offered me work because of my physical appearance (as a model, public relations, etc.) 7. Offered me money or other things in exchange for sex 8. Offered me money or other things in exchange for photos or videos of me **Interest in the victim's environment** 9. Showed interest in my school hours, family, etc. 10. Asked me about family and friends 11. Was interested in my family problems 12. Was interested in how I feel, if I was happy **Sexualization** 13. In the beginning, heshe didn't talk to me about sex, but then heshe did 14. Made sexual jokes or comments about me 15. Asked me about my sexual experiences 16. From the beginning, showed me hisher interest in sex **Agression** 17. Sent me threatening or insulting messages 18. Threatened to spread or post intimate or sexual photos or videos of me on the Internet 19. Spread jokes, rumors, gossip, or comments that humiliated me 20. Made me look bad with my family, friends or people I know	.72 ≤ α ≤ .90			
Questio	Gámez	*Online* Groo		Itens originais – figura 2	α = .87(S		André de Sousa Alves Pereira	**Autorizado**

Tabela 15 - Escalas consideradas para avaliação das variáveis em estudo

Escala	Autores	Conceitos e Variáveis	Idades	Organização Instrumento/Itens Originais/Informação	Consistência Interna	Itens a Utilizar	Autoria da Tradução	Pedido Enviado
							(2023) – não encontrei email, mas posso solicitar acesso à tese pelo site Orientado por Telma Almeida Almeida & Pereira (in press)	
Sexting Questionnaire	Gámez-Guadix et al. (2017)	Sexting	12-17 anos	How often 1) "Send written information or text messages with sexual content about you," 2) "Send pictures with sexual content (e.g., naked) about you," 3) "Send images (e.g., via webcam) or videos with sexual content about you."	α=.71		André de Sousa Alves Pereira (2023) Orientado por Telma Almeida	**Autorizado**
Perceived Parental Media Mediation Scale	Valkenburg et al. (2013)	Perceção sobre Supervisão e Práticas parentais	10 – 14 anos	28 itens 2 main scales to measure the frequency of active and restrictive mediation	α ≥.74			
(ARTIGO) Grooming *online* em Portugal: Um estudo	Cláudia Miura Casa Branca* / Helena Grangeia* / Olga Cruz*	*Online* Grooming	12-17 anos	0. Identificação 1. Utilização da Internet 2. Experiências de Vitimação 3. *Online* Grooming 3.1. Sentimento de insegurança relacionado com a Internet 3.2. Perceções acerca do *Online* Grooming				**Autorizado**
Escala de Satisfação com a Vida	Huebner (1991)	Emocionalidade Negativa	8-18 anos	7 itens (*Likert*-type scale 1 discordo totalmente-6concordo totalmente)	Versão original: α=.82 Versão portuguesa: α=.89	1—A minha vida está a correr bem. 2—A minha vida é perfeita 3—Eu gostaria de mudar muitas coisas na minha vida. 4—Eu desejava ter uma vida diferente. 5—Eu tenho uma vida boa. 6—Na minha vida, eu tenho o que quero. 7—A minha vida é melhor do que a vida da maioria das outras pessoas da minha idade.	Marques, Pais-Ribeiro & Lopes (2007)	**Enviado**
Escala de Ansiedade, Depressão e stress - Crianças	Lovibond & Lovibond (1995)	Emocionalidade Negativa	8-15 anos	21 itens -7 itens por subescala Depressão (3,5,10,13,16,17,21) Ansiedade (2,4,7,9,15,19,20) Stress (1,6,8,11,12,14,18)	α=.74 (stress); α=75 (ansiedade) α=.78 (depressão)		Leal, Antunes, Passos, Pais-Ribeiro & Maroco, 2009)	**Enviado**

ISRD-4		; Questões Sociodemográficas; Impulsividade; Conflitos familiares/Práticas Parentais;	13-17 anos			**Questões Sociodemográficas** **C1**. Qual é o teu género? **C2**. Quantos anos tens? __ anos **C3**. Nasceste em Portugal? **C6**. A tua mãe nasceu em Portugal? **C8**. O teu pai nasceu em Portugal? **C10**. Com quem vives a maior parte do tempo? **C12**. Qual das seguintes descrições se aproxima mais do que sentes acerca do rendimento do teu agregado familiar atualmente? **C.13**. Como é a situação económico-financeira da tua família em comparação com outras famílias do teu país? **C14** Se te comparares com outras pessoas da tua idade: tens mais dinheiro, o mesmo dinheiro ou menos dinheiro para gastar (dinheiro de bolso, para prendas ou outras finalidades)? **Impulsividade** **I4. Até que ponto concordas com as seguintes afirmações?** Ajo de forma impulsiva, sem pensar. Faço tudo o que me dá prazer no momento, mesmo à custa de um objetivo futuro. Preocupo-me mais com o que me acontece a curto prazo do que a longo prazo. Gosto de me testar de vez em quando, fazendo coisas arriscadas. Às vezes corro riscos só para me divertir. Excitação e aventura são mais importantes para mim do que segurança. **Conflitos Familiares/Práticas Parentais** **D1**. Com que frequência as seguintes afirmações se aplicam a ti? *Se, por exemplo, tens pai e um padrasto, responde ao que é mais importante na tua educação.* Eu dou-me bem com o meu pai (padrasto). Eu dou-me bem com a minha mãe (madrasta). Eu consigo facilmente que os meus pais me apoiem emocionalmente e que cuidem de mim. Eu sentir-me-ia muito mal se desapontasse os meus pais. **D3.** Com que frequência as seguintes afirmações se aplicam a ti? (Seleciona uma quadrícula em cada linha) Um adulto da minha casa sabe onde estou quando saio. Um adulto da minha casa sabe o que faço quando saio. Um adulto da minha casa sabe com que amigos estou quando saio. Um adulto da minha casa sabe o que eu faço na Internet **D4.** Alguma vez passaste por algum dos seguintes acontecimentos? Morte do teu pai ou mãe. Doença muito grave de um dos teus pais ou alguém próximo. Problemas de álcool ou droga dos teus pais. Agressões físicas entre os teus pais. Conflitos graves repetidos entre os teus pais. Divórcio ou separação dos teus pais. **F15**. Alguma vez a tua mãe ou o teu pai (ou a tua madrasta ou padrasto) te bateu, deu um estalo ou empurrão (incluindo como punição)? Com que frequência é que isto te aconteceu nos últimos 12 meses? **F16**. Alguma vez a tua mãe ou o teu pai (ou a tua madrasta ou padrasto) te bateu com algum objeto, te deu um murro ou pontapé forte ou te espancou (incluindo como punição)? Com que frequência é que isto te aconteceu nos últimos 12 meses?		
Escala	Hernana	Online Ge	12-1	La gente utiliza Internet para hacer amistades y también mantener conversaciones eróticas	α = .86 (o		Mariana Fernandes Costa	**Autorizado**

Tabela 15 - Escalas consideradas para avaliação das variáveis em estudo

Escala	Autores	Conceitos e Variáveis	Idades	Organização Instrumento/Itens Originais/Informação	Consistência Interna	Itens a Utilizar	Autoria da Tradução	Pedido Enviado
				íntimas. Piensa si alguna vez alguien bastante mayor que tú (por Internet, webcam, chat, RSI, móvil u otros medios) ha intentado conocerte y acercarse a ti haciéndote sentir una persona especial, más valorada, querida e incluso teniendo detalles contigo. Indica en qué medida reconoces las siguientes situaciones. Es importante que contestes a todas las afirmaciones que vienen a continuación y que lo hagas con sinceridad, marcando la respuesta que consideres adecuada de acuerdo con estos valores: 1 = Nunca o nada; 2 = Alguna vez o poco; 3 = Bastantes veces o bastante; 4 = Siempre o mucho. 1. ¿Conoces a alguien que enseñe su cuerpo desnudo en las RSI? 2. ¿Conoces a gente de tu edad que se masturba delante de la webcam? 3. ¿Has mostrado tus genitales o tu cuerpo desnudo en Internet? 4. ¿Te has masturbado alguna vez delante de la webcam con otra persona? 5. ¿Has mantenido alguna conversación mediante la webcam estando tú o la otra persona en ropa interior? 6. ¿Utilizas la webcam para seducir o mantener conversaciones eróticas con otra persona? 7. He enviado fotografías sexys y eróticas con intención de ligar. 8. He enviado mensajes de texto con contenidos insinuantes y eróticos. 9. Me han escrito comentarios en la red un poco atrevidos y sexuales. 10. ¿Te han pedido alguna vez que te muestres desnudo/a o enseñes tus genitales en las RSI? 11. Me han enviado fotografías eróticas para seducirme. 12. ¿Algún adulto ha intentado quedar contigo con intenciones cariñosas poco claras? 13. ¿Alguien que no conocías ha querido convencerte, hacerte algún regalo u ofrecerte dinero a cambio de que enseñes tu cuerpo en la red?			(2024) – tese de mestrado	

Anexo III – Exemplar de Pedido de Autorização para Utilização de Escalas

Outlook

Escala de Auto-estima de Rosenberg (Versão Portuguesa) - Pedido de Autorização para Utilização do Instrumento

De Lara Carolina de Cavalcanti Mello e Reyes Nápoles <up201905192@edu.direito.up.pt>
Data qui, 16/01/2025 18:10
Para [redacted]

Exmo. Senhor Doutor Pedro Pechorro,

O meu nome é Lara Nápoles, e estou a desenvolver um projeto de investigação no âmbito da minha Dissertação de Mestrado em Criminologia, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. O estudo, intitulado "*Online Grooming*: Análise de Fatores de Risco sob uma Perspetiva Desenvolvimental", está a ser conduzido sob a orientação da Professora Doutora Inês Guedes e coorientação da Professora Doutora Margarida Santos. O objetivo do meu estudo é explorar as associações entre fatores de risco e a vitimação por *Online Grooming*, considerando as especificidades das diferentes fases desenvolvimentais da adolescência.

Durante a revisão da literatura, tomei conhecimento da tradução e adaptação da *Rosenberg Self-Esteem Scale* para português no artigo "Validação da Escala de Auto-estima de Rosenberg com Adolescentes Portugueses em Contexto Forense e Escolar" da sua autoria, tendo-se apresentado como um instrumento adequado para a avaliação das variáveis em estudo no meu trabalho.

Gostaria, assim, de solicitar a sua autorização para utilizar a versão portuguesa da escala no âmbito da minha investigação e, se possível, o envio do instrumento juntamente com as respetivas instruções de aplicação. Comprometo-me a cumprir todos os requisitos éticos e científicos e a reconhecer devidamente a autoria do instrumento.

Estou totalmente disponível para fornecer mais informações ou esclarecer quaisquer dúvidas sobre este pedido. Agradeço imensamente a sua atenção e colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

Lara Nápoles
Mestranda em Criminologia
Faculdade de Direito, Universidade do Porto
up201905192@edu.direito.up.pt

Figura 2 - Exemplar de Pedido de Autorização para Utilização de Escalas

Anexo IV – Pedido de Autorização para Tradução de Escala

Outlook

Solicitud de autorización para el uso y traducción del Multidimensional Online Grooming Questionnaire

De Lara Carolina de Cavalcanti Mello e Reyes Nápoles <up201905192@edu.direito.up.pt>
Data seg, 10/02/2025 09:19
Para [redacted]

Estimado Profesor Doctor Manuel Gámez-Guadix,

Me dirijo a usted con el propósito de solicitar su autorización para la utilización y traducción al portugués de Portugal del "**Multidimensional Online Grooming Questionnaire**", en el marco de mi Disertación de Máster en Criminología, en la Facultad de Derecho de la Universidad de Oporto.

Mi estudio, titulado “Online Grooming: Análise de Fatores de Risco sob uma Perspetiva Desenvolvimental" (Online Grooming: Análisis de Factores de Riesgo desde una Perspectiva del Desarrollo), bajo la dirección de la Profesora Doctora Inês Guedes y la codirección de la Profesora Doctora Margarida Santos, ambas de la Facultad de Derecho de la Universidad de Oporto, tiene como principal objetivo examinar la relación entre diversos factores de riesgo y la victimización por Online Grooming, teniendo en cuenta las particularidades de las distintas etapas del desarrollo adolescente.

Dado el reconocido valor del "Multidimensional Online Grooming Questionnaire", considero que su adaptación al contexto portugués representaría una importante contribución para la validez y aplicabilidad de mi investigación. Con este fin, me comprometo a llevar a cabo un riguroso proceso de traducción, respetando fielmente la estructura y esencia del instrumento original. Asimismo, quedo a su entera disposición para compartir los resultados de este proceso, en caso de que así lo desee.

Le agradecería profundamente su consideración a mi solicitud y quedo a la espera de su amable respuesta. No dude en contactar conmigo para cualquier información adicional que pueda necesitar.

Reciba un cordial y atento saludo,

Lara Carolina de Cavalcanti Mello e Reyes Nápoles
Estudiante de Máster en Criminología
Facultad de Derecho de la Universidad de Oporto

Figura 3 - Pedido de Autorização para Tradução de Escala

Anexo V – Exemplar do Pedido de Colaboração Enviado às Escolas

Outlook

A/C D[redacted]: Pedido de Colaboração em Dissertação de Mestrado sobre Online Grooming

De Lara Carolina de Cavalcanti Mello e Reyes Nápoles <up201905192@edu.direito.up.pt>
Data qua, 12/03/2025 09:47
Para [redacted]

Prezada Drª. ([redacted]

Eu, Lara Carolina de Cavalcanti Mello e Reyes Nápoles, encontro-me neste momento a desenvolver uma investigação no âmbito da minha Dissertação de Mestrado em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Inês Sousa Guedes e pela Professora Doutora Margarida Santos. Esta centra-se na análise do fenómeno do Online Grooming e na vitimação de adolescentes no ambiente digital.

O Online Grooming (ou aliciamento online) consiste num fenómeno que se desenvolve através de estratégias cuidadosamente estruturadas pelos ofensores adultos, que utilizam táticas como elogios, empatia, manipulação emocional e introdução gradual de temas sexuais para estabelecer uma relação de confiança e, eventualmente, explorar sexualmente a vítima menor. Este estudo tem como objetivo analisar os fatores de risco do Online Grooming, em diferentes fases desenvolvimentais da adolescência. A investigação poderá contribuir para a criação de estratégias de sensibilização e prevenção que promovam a segurança digital e o bem-estar dos adolescentes.

O estudo baseia-se num questionário anónimo, em formato online, dirigido a alunos dos 7.º ao 12.º anos de escolaridade. O preenchimento do questionário, que, se possível, ocorrerá em contexto de sala de aula, tem uma duração aproximada de 25 minutos. Durante a aplicação, estará presente um investigador ou assistente responsável por explicar os objetivos do estudo e esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir.

O questionário aborda os seguintes tópicos:

- Dados sociodemográficos do/a aluno/a;
- Características de utilização da internet;
- Supervisão parental;
- Impulsividade;
- Autoestima;
- Emocionalidade negativa;
- Experiências de vitimação por (Cyber)Bullying;
- Online Grooming.

Esta investigação cumpre integralmente os requisitos éticos e deontológicos aplicáveis, tendo obtido parecer favorável da Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. O anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos estão totalmente assegurados, sendo impossível associar os resultados a escolas, turmas ou alunos.

A recolha de dados, caso aceite a participação no estudo, será agendada em data e horário a definir de acordo com a vossa conveniência, de preferência durante as disciplinas de TIC, de Oferta Complementar, Direção de Turma ou outras que entendam adequadas, de modo a minimizar qualquer interferência nas atividades letivas. Serão também fornecidas todas as informações e materiais necessários, incluindo declarações de consentimento informado destinadas aos encarregados de educação e alunos.

Venho, assim, solicitar a participação da escola que V. Excelência dirige neste estudo e solicitar-lhe uma reunião breve para esclarecimento de eventuais dúvidas. Para esclarecimentos adicionais, poderá contactar-me por correio eletrónico para up201905192@edu.direito.up.pt.

Na expectativa da vossa colaboração, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

Cordialmente,
Lara Nápoles

Figura 4 - Exemplar do Pedido de Colaboração Enviado às Escolas

Anexo VI – Nota Metodológica

NOTA METODOLÓGICA

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico e a disseminação da Internet transformaram a forma como os indivíduos interagem, aprendem e se expressam. Este impacto é especialmente evidente entre crianças e adolescentes, que são os maiores utilizadores das tecnologias digitais. Em Portugal, 96% das famílias com crianças têm acesso à Internet, e a maioria dos jovens começa a usar dispositivos conectados aos 10 anos (Amaral et al., 2017; Dashlane, 2020), refletindo um fenómeno global em que as novas tecnologias integram a vida dos jovens.

Apesar dos benefícios, a Internet apresenta riscos, como o *Online* Grooming, um cibercrime onde adultos aliciam menores para exploração sexual, aproveitando o anonimato e a acessibilidade global (Wurtele & Kenny, 2016). A vulnerabilidade dos jovens ao *Online* Grooming é influenciada por fatores individuais, familiares, sociais e ambientais (Greene-Colozzi et al., 2020; Whittle et al., 2014), e as características da adolescência, como a procura de validação social e a propensão para correr riscos, aumentam a exposição a ofensores *online* (Albert & Steinberg, 2011).

A adolescência é dividida em subfases (early adolescence, 11-13 anos; middle adolescence, 14-16 anos; late adolescence, 17-19 anos) e é marcada por mudanças que influenciam a forma como os jovens interagem no ambiente digital (Salmela-Aro, 2011). Compreender o *Online* Grooming e os fatores de risco é essencial para desenvolver estratégias de prevenção eficazes. Este estudo propõe-se a investigar o fenómeno sob uma perspetiva desenvolvimental, analisando os fatores que aumentam a vulnerabilidade dos jovens e o impacto do ambiente digital na sua segurança.

A investigação visa analisar as associações entre fatores de risco individuais, familiares, sociais e relacionados ao uso da Internet e a vitimação por *Online* Grooming, considerando as especificidades de cada fase da adolescência. Especificamente, serão analisados (1) a prevalência de *Online* Grooming numa amostra de adolescentes portugueses; (2) a relação entre características individuais (autoestima, impulsividade, género) e a suscetibilidade ao *Online* Grooming; (3) o impacto do uso da Internet (tempo, interações com desconhecidos, configurações de privacidade) na Vitimação e (4) o efeito da supervisão parental no risco de vitimação por *Online* Grooming.

Assim, este estudo será conduzido por **Lara Carolina de Cavalcanti Mello e Reyes Nápoles**, mestranda em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sob

a orientação da Professora Doutora Inês Sousa Guedes e da Professora Doutora Margarida Santos.

PROCEDIMENTOS

- **Participantes:** Alunos do 3.º Ciclo e Ensino Secundário
- **Instrumentos de Avaliação:** Para operacionalizar as variáveis descritas, foi elaborado um questionário composto por 8 secções, descritas em seguida. Estas secções utilizam diversas escalas e questionários já existentes, escolhidos pela sua elevada fiabilidade e validade.
  - Dados sociodemográficos do/a aluno/a - Retirado do *International Self-Report Delinquency* (ISRD4);
  - Características de utilização da Internet - Retirado do *EU Kids Online* (Ponte [coord.], 2017);
  - Supervisão parental - Retirado do *International Self-Report Delinquency* (ISRD4);
  - Impulsividade - Retirado do *International Self-Report Delinquency* (ISRD4);
  - Experiências de vitimação por *(cyber)bullying* - Retirado do *EU Kids Online* (Ponte [coord.], 2017);
  - Autoestima - *Rosenberg Self-Esteem Scale* de Rosenberg, traduzida por Pechorro e colegas (2010);
  - Emocionalidade negativa - *Early Adolescent Temperant Questionnaire* de Capaldi & Rothbart (1992), traduzida por Carvalho (2007);
  - *Online Groomig* (*Multimidensional Online Grooming Questionnaire* de Gámez-Guadix e colegas (2021) e *Questionnaire for Online Sexual Solicitation and Interaction with Adults* de Gámez-Guadix e colegas (2017), traduzido por Almeida & Pereira (in press).
- **Recolha de Dados:**

O estudo baseia-se na aplicação de um questionário anónimo, disponibilizado em formato *online*, com uma duração aproximada de 25 minutos. Previamente à recolha de dados, serão seguidos os procedimentos necessários, incluindo o contacto com as escolas e a obtenção das autorizações e consentimentos necessários, nomeadamente dos encarregados de educação e dos próprios participantes.

Por sua vez, a recolha de dados será realizada em contexto de sala de aula, idealmente numa sala equipada com computadores com acesso à Internet, garantindo que todos os participantes possam responder ao questionário nas mesmas condições. A investigadora principal estará presente durante todo o processo para explicar os objetivos do estudo e esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir durante o preenchimento do questionário.

- **Questões Éticas**

A participação de crianças e adolescentes na investigação científica tem um papel essencial, permitindo caracterizar as suas realidades e contextos, e contribuindo para a compreensão de temáticas relacionadas com a infância e adolescência. A Convenção dos Direitos da Criança (Artigo 12º) assegura o direito dos menores de expressar as suas opiniões sobre assuntos que os envolvem, e a investigação com essa população é reconhecida como uma forma autêntica de gerar conhecimento significativo.

Para garantir a ética e a voluntariedade da participação, asseguraremos que todos os participantes sejam devidamente informados sobre o propósito da investigação, os métodos utilizados e os objetivos do estudo, sendo que a sua participação será assegurada através de consentimentos informados. Considerando a vulnerabilidade desta população, será garantido o direito à confidencialidade e à privacidade dos dados recolhidos, sendo que a linguagem utilizada nos instrumentos de recolha de dados será adaptada à faixa etária dos participantes, garantindo que todos os conceitos e questões sejam claramente compreendidos. A participação será sempre voluntária, e os participantes poderão retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso implique qualquer consequência negativa.

O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. A participação será voluntária, anónima e confidencial, sendo obtidos consentimentos informados por escrito de todos os participantes e respetivos encarregados de educação. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins científicos e tratados de acordo com as normas de proteção de dados em vigor. Serão armazenados de forma segura, garantindo a privacidade e confidencialidade dos participantes, e não serão partilhados com terceiros ou utilizados para quaisquer outros fins.

Anexo VII – Consentimento Informado

Consentimento Informado

Exmo(a). Sr(a). Encarregado(a) de Educação,

No âmbito da elaboração da minha tese de Mestrado na Universidade do Porto sob a coordenação científica da Professora Doutora Inês Sousa Guedes e da Professora Doutora Margarida Santos, vimos convidá-lo(a) a autorizar a participação do(a) seu(sua) educando(a) no estudo intitulado "*Online Grooming:* Análise de Fatores de Risco sob uma Perspetiva Desenvolvimental".

Objetivos e Participação no Estudo

Este estudo visa analisar o fenómeno do *Online Grooming* e os fatores de risco associados, explorando as relações entre a utilização da Internet, a supervisão parental, as características individuais e as práticas de socialização digital. O objetivo é compreender como certos fatores, como o uso da Internet, a interação com desconhecidos online, e as dinâmicas familiares podem influenciar a vulnerabilidade dos adolescentes a este tipo de vitimação.

Para atingir esses objetivos, é necessária a participação do(a) seu(sua) educando(a), no preenchimento de um questionário anónimo e confidencial. O questionário, administrado pela investigadora, aborda os seguintes tópicos: (1) Dados sociodemográficos do/a aluno/a; (2) Características de utilização da internet; (3) Supervisão parental; (4) Impulsividade; (5) Experiências de vitimação por *(Cyber)Bullying*; (6) Autoestima; (7) Emocionalidade negativa; (8) *Online Grooming*.

O preenchimento do questionário ocorrerá durante o horário escolar. A participação no estudo está condicionada ao consentimento explícito de V. Excelência. O consentimento do(a) jovem também será previamente solicitado

Confidencialidade e Anonimato

Durante todo o estudo, serão garantidos o anonimato e a confidencialidade de todos os participantes. Nenhum dado que possa identificar o(a) educando(a) será recolhido, incluindo nome, turma ou escola. Todos os dados serão analisados de forma agregada, sem que seja possível identificar individualmente qualquer participante ou associar os dados à sua escola. O material recolhido será utilizado exclusivamente para os objetivos da investigação. A participação do(a) seu(sua) educando(a) é totalmente voluntária e ele(a) poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou consequência. A participação não influenciará de forma alguma a avaliação escolar do(a) aluno(a), e os dados recolhidos não serão partilhados com os professores.

Consentimento Informado

Para que possamos contar com a participação do(a) seu(sua) educando(a) neste estudo, pedimos o seu consentimento.

Agradecemos antecipadamente a sua atenção e colaboração, certos de que a sua participação contribuirá significativamente para o desenvolvimento do estudo. Estamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais. Para mais informações, por favor, entre em contacto através do endereço up201905192@edu.direito.up.pt

Nota:Para facilitar a resposta ao questionário, pede-se que, se possível, os alunos tenham consigo um telemóvel ou computador.

Com os melhores cumprimentos,

Lara Lopes

----------**DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO**----------

Eu,_____, Encarregado de Educação do(a) aluno(a) _____, tomei conhecimento do projeto de dissertação de mestrado que se pretende realizar e compreendi os seus objetivos. Assim sendo, _____(por favor, escreva **autorizo/não autorizo**) que o meu educando participe nesse estudo.

_____, _____de _____de 20_____

Assinatura do/a Encarregado/a de Educação _____

Assinatura do/a Aluno/a _____

Figura 5 - Consentimento Informado

Anexo VIII – Regressões Logísticas Binárias por Domínio Temático: Fatores Associados à Vitimação por *Online* Grooming nos Grupos 1 (12–15 anos) e 2 (16–19 anos)

Tabela 16 - Regressões Logísticas Binárias por Domínio Temático: Fatores Associados à Vitimação por *Online Grooming* nos Grupos 1 (12–15 anos) e 2 (16–19 anos)

	Grupo 1				**Grupo 2**			
	B	S.E.	Exp(B)	*p*	B	S.E.	Exp(B)	*p*
Modelo 1: Variáveis Sociodemográficas								
Género	**1.443**	**.542**	**4.234**	**.008**	.129	.350	1.138	.712
Natureza da Escola	1.069	500	2.911	.033	.537	.497	1.710	.280
Perceção de Estatuto Socioeconómico	.210	.127	.773	.375	-.225	.146	.798	.123
Média da Escolaridade Parental	**-.257**	**.127**	**4.102**	**.043**	-.005	.086	.995	.949
Constante								
Modelo 2: Variáveis Psicológicas								
Autoestima	-.091	.047	.913	.055	-.019	.035	.981	.585
Emocionalidade Negativa	.015	.024	1.015	.539	**.050**	**.018**	**1.051**	**.006**
Impulsividade	.011	.051	1.011	.825	.071	.040	1.073	.078
Constante	.363	1.930	1.438	.851	-2.999	1.438	.050	.037
Modelo 3: Variáveis Relativas à Utilização de Internet								
Competências Digitais	.018	.035	1.019	.602	.009	.032	1.009	.785
Comportamentos de Risco	**.265**	**.081**	**1.304**	**.001**	**.189**	**.055**	**1.208**	**.001**
Variedade de Atividades *Online*	-.192	.338	.825	.570	-.051	.215	.950	.812
Constante	-1.280	1.476	.278	.386	-.652	1.068	.521	.541
Modelo 4: Variáveis Contextuais/Familiares								
Supervisão Parental *Offline*	-.160	.084	.852	.057	**-.167**	**.069**	**.846**	**.015**
Relacionamento Familiar	**-.216**	**.072**	**.805**	**.003**	-.015	.066	.985	.819
Constante	3.925	1.274	50.636	.002	2.049	.910	7.761	.024
Modelo 5: Variáveis de Vitimação Prévia								
(Cyber)bullying	**1.765**	**.460**	**5.840**	**<.001**	**.912**	**.345**	**2.488**	**.008**
Constante	-1.340	.339	.262	<.001	-.198	.239	.821	.407

Nota: B: coeficiente logístico não padronizado; S.E.: erro padrão; Exp(B): *odds ratio; p*: p-value

FACULDADE DE **DIREITO**